

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 165982/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 165982/18

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2017

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

Gestor atual: EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Gestor das Contas: EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Gestor das Contas: LUCIANA TRAMUJAS AZEVEDO BUENO

Gestor das Contas: SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I Formulário de dados.pdf.p7s)
- Relatório de Gestão (Relatório_Circunstanciado_de_Gestão_-_Exercício_2017.pdf.p7s)
- Relatório do Controle Interno (III Relatorio Controle Interno.pdf.p7s)
- Parecer do Controle Interno (IV Parecer Controle Interno.pdf.p7s)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (V Controladoria.pdf.p7s)
- Demonstrativo de Receitas (VI Receita Segundo as Categorias Econômicas (SIA 810) (declaração).pdf.p7s)
- Demonstrativos de Despesas (VII (a)- Demonstrativo da Despesa Segundo a Natureza (SIA 815).pdf.p7s)
- Demonstrativos de Despesas (VII (b) Demonstrativo da Despesa Segundo a Natureza (SIA 816).pdf.p7s)
- Comparativo da Receita (VIII Comparativo da Receita Orçada com a Arrecada (SIA 840) (declaração).pdf.p7s)
- Comparativo de Despesas (IX Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (SIA 845).pdf.p7s)
- Comparativo de Despesas por espécie (X Comparativo da Desp. Autoriz. c_a Realiz. seg. os Desdobr. Espécie (SIA 846).pdf.p7s)
- Demonstrativo da Dívida Pública (XI Demonstração da Dívida Fundada (SIA 870, 871, 872 e 873) (declaração).pdf.p7s)
- Relação de Restos a Pagar (XII Relação de Restos a Pagar (SIA 220).pdf.p7s)
- Balancete Sem Encerramento (XIII Balancete do mês de dezembro de 2017, sem encerramento (SIA 215).pdf.p7s)

- Declaração de Bens (XV - Declaração DRH.pdf.p7s)

Portal eContas Paraná Página 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI (a) Balanço Orçamentário_Demonstrativo de Restos a Pagar Processados_(SIAF).pdf.p7s)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI (a) Balanço Orçamentário_Receita_(SIAF).pdf.p7s)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI (a) Balanço Orçamentário_Despesa_(SIAF).pdf.p7s)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI (a) Balanço Orçamentário_Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados_(SIAF).pdf.p7s)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI (b) Balanço Financeiro_(SIAF).pdf.p7s)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI (c) Balanço Patrimonial_(SIAF)_Versão Final.pdf.p7s)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI (d) Demonstração das Variações Patrimoniais Analítico_(SIAF).pdf.p7s)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI (d) Demonstração das Variações Patrimoniais Sintético_(SIAF).pdf.p7s)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI (e) Demonstração dos Fluxos de Caixa_(SIAF).pdf.p7s)
- Notas explicativas às DCASP (XVI (f) Notas Explicativas (MCASP).pdf.p7s)
- Outros Documentos (Certidão de Regularidade Profissional.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a) Representante Legal EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO, CPF 251.308.828-06

Curitiba, 15 de março de 2018 16:31:35

Portal eContas Paraná Página 2

3. Formulário de Dados



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2017

Nome: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 13.950.733/0001-39

GESTOR DAS CONTAS

Período: 01/01/2017 a 07/07/2017 Ato de Nomeação: Decreto 2384/2015

Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

Nome: SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA

CPF: 186.034.919-68

Período: 08/07/2017 a 17/07/2017

Ato de Nomeação: Resolução DPG nº 93/2017 e Resolução DPG nº 175/2017

Cargo: DEFENSOR PÚBLÍCO GERAL DO ESTADO Nome: LUCIANA TRAMUJAS AZEVEDO BUENO

CPF: 066.352.119-00

3

4.

Período: 18/07/2017 a 15/10/2017 Ato de Nomeação: Decreto 2384/2015

Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

Nome: SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA

CPF: 186.034.919-68

Período: 16/10/2017 a 31/12/2017 Ato de Nomeação: Decreto 7974/2017

Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

Nome: EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

CPF: 251.308.828-06

GESTOR ATUAL

Ato de Nomeação: Decreto 7974/2017

Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

Nome: EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

CPF: 251.308.828-06

The state of the s

1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 137/2017 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

5.

Curitiba, 15 de março de 2018.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

4. Relatório de Gestão			



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. LEGISLAÇÃO VIGENTE	3
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA	8
4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	26
5. PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E AÇÕES INSTITUCIONAIS	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender à auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referente à prestação de contas do exercício 2017. Discorrer-se-á, ao longo do documento, acerca do planejamento e execução orçamentária e financeira da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), tal qual aspectos da gestão administrativa institucional, sem adentrar em aspectos relacionados ao gerenciamento da atividade-fim.

Para tanto, o documento será dividido em tópicos específicos, a fim de atender, com maior assertividade, o propósito de promover clareza, amplitude de análise e transparência nas informações prestadas, configurado na seguinte estrutura:

- Legislação Vigente;
- Gestão Administrativa;
- Análise Orçamentária e Financeira;
- Plano Plurianual 2016-2019 e Ações Institucionais; e,
- Considerações Finais.

A especificidade de cada ponto retroelencado será pautada e correlacionada aos fatores que, por ventura, vieram a potencializar ou reprimir os resultados da Instituição em suas atividades.

A confecção deste relatório, por fim, tem origem em documentos setoriais, especialmente aqueles produzidos pela Coordenação de Planejamento e pelo Departamento Financeiro, compilados e contextualizados pela Coordenadoria-Geral de Administração.

2. LEGISLAÇÃO VIGENTE

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) foi criada a partir da Lei Complementar nº 55, de 05 de fevereiro de 1991, em observância aos artigos 134 e 22 da Constituição Federal e dos artigos 127 e 128 da Constituição Estadual do Paraná.

Embora, em seu artigo 6°, fosse prevista a regulamentação da carreira de defensor público estadual no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do supracitado diploma legal estadual, fato é que a Defensoria Pública do Estado do Paraná e, por conseguinte, a carreira de defensor público, somente observaram efetiva regulamentação em 19 de maio de 2011, com a publicação da Lei Complementar nº 136.

Dessa forma, entre os anos de 1991 e 2011, a Defensoria Pública esteve sob exclusiva administração da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social – SEJU. Tal gerência perpetuou-se intensamente até o ano de 2013, quando houve ingresso dos primeiros servidores públicos do quadro de apoio da Instituição, bem como, o ingresso dos primeiros defensores públicos estaduais concursados especificamente para a carreira.

Após esse breve histórico legislativo a respeito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, serão apresentados os principais diplomas legais que tratam da Instituição no âmbito federal e estadual, tal qual apresentação de recente jurisprudência acerca das Defensorias Públicas Estaduais.

2.1. Legislação Federal

2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

A Carta Magna versa acerca das Defensorias Públicas Estaduais, da União e dos Territórios em diversas oportunidades. Transcrevem-se, abaixo, as passagens com maior pertinência às atividades administrativas e organização da DPE/PR:

QUADRO 1 – DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- **1. Art. 5º**. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
 - **LXXIV** o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- 2. Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIII assistência jurídica e Defensoria Pública.
 - § 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

- § 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- § 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- § 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- **3. Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
 - § 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
 - **II** disponham sobre:
 - **d**) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- **4. Art. 76-A.** São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93)
 - V fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 93)
- 5. Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)
 - § 1°. No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)
 - § 2º. Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)
- 6. Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)
 - § 1º. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. (Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 - § 2º. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 - § 3°. Aplica-se o disposto no § 2° às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. (**Incluído** pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)
 - § 4°. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)
- 7. Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4°. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- 8. Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9°. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

2.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.2.1. Constituição Estadual

A Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, trata da Defensoria Pública Estadual em algumas oportunidades. Analogamente à abordagem dada à Constituição Federal no tópico anterior, extraem-se:

QUADRO 2 – DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

- **Art. 13.** Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
 - XIII assistência jurídica e defensoria pública;
- **2. Art. 53.** Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:
 - **XI** organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;
- 3. Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:
 - XII processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade; (Renumerado pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)
- **4. Art. 66**. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
 - III organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- **5. Art. 101**. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:
 - VII processar e julgar, originariamente:
 - b) os mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembléia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública;
 - § 2º. Os agentes do Ministério o Público e da Defensoria Pública terão, no conjunto arquitetônico dos fóruns, instalações próprias ao exercício de suas funções, com condições assemelhadas às dos juízes de Direito junto aos quais funcionem.
- **6. Art. 127.** A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.
 - **Parágrafo único**. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.
- **7. Art. 128.** Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.
- **8. Art. 6º**. O Governador do Estado, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei objetivando regulamentar a carreira da Defensoria Pública.
 - **Parágrafo único**. A Assembléia Legislativa regulamentará, no mesmo prazo, o quadro de carreira de todos os seus servidores.

2.2.2. Lei Complementar 136/2011

Trata-se da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Publicada em 19 de maio de 2011, a Lei Complementar nº 136, este é o diploma legal que

parametriza a organização e atuação institucional. Fortemente lastreada à Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná foi reformada em quatro oportunidades, exceto nos casos de implantação de Revisão Geral Anual, conforme abaixo:

- i. Lei Complementar nº 142, de 23 de janeiro de 2012;
- ii. Lei Complementar nº 180, de 15 de dezembro de 2014, suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5217;
- iii. Lei Complementar n° 199, de 02 de setembro de 2016; e,
- iv. Lei Complementar nº 200, de 05 de dezembro de 2016.

2.2.3. Leis Estaduais

Outras leis estaduais trouxeram novos elementos à Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme elencado abaixo:

- Lei Estadual nº 17.138, de 02 de maio de 2012 Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs;
- ii. Lei Estadual nº 17.139, de 02 de maio de 2012 Autoriza o Governo do Estado a firma convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas APAD's;
- iii. Lei Estadual nº 17.140, de 02 de maio de 2012 Altera a Lei nº 4.95, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário;
- iv. Lei Estadual nº 17.244, de 17 de julho de 2012 Institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas;
- v. Lei Estadual nº 17.504, de 11 de janeiro de 2013 Cria, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado responsável pela política pública da mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná;
- vi. Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outro de 2013 Cria o CONSEPIR Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- vii. Lei Estadual nº 17.908, de 02 de janeiro de 2014 Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, que trata do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná;
 - Lei Estadual nº 18.419, de 08 de janeiro de 2015 Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.
- viii. Lei Estadual nº 18.602, de 04 de novembro de 2015 Alteração da Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

- ix. Lei 18.773, de 05 de maio de 2016 Institui o auxílio-transporte aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e,
- x. Lei 18.774, de 05 de maio de 2016 Institui o auxílio-alimentação aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2.3. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Apresentam-se, a seguir, acórdãos do Supremo Tribunal Federal – STF – concernentes às Defensorias Públicas Estaduais:

- i. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.286¹;
- ii. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 339²;
- iii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.287³; e,
- iv. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.056⁴.

Sem prejuízo, elencam-se as Ações Diretas de Inconstitucionalidade a respeito da Defensoria Pública do Estado do Paraná que tramitam no Pretório Excelso:

- i. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.218;
- ii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.217; e,
- iii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.381.

2.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Em seções específicas, serão abordadas as seguintes leis:

- i. Lei Estadual nº 18.661, de 22 de dezembro de 2015 Plano Plurianual 2016-2019:
- ii. Lei Estadual nº 19.907, de 25 de novembro de 2016 Lei de Diretrizes
 Orçamentárias do exercício financeiro de 2016; e,
- iii. Lei Estadual nº 18.948, de 22 de dezembro de 2016 Lei Orçamentária Anual.

¹ http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11329269

² http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11402259

³ http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11638659

⁴ http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2455183

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Serão apresentadas, no presente tópico, as principais características da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sobretudo quanto aos fatos mais relevantes que ocorreram no ano de 2017.

Para tanto, serão segmentadas três subseções, quais sejam:

- i. Quadro de Pessoal;
- ii. Aquisições e Contratações;
- iii. Estrutura Física; e,
- iv. Administração Superior.

3.1. PESSOAL

Em relação ao quadro de pessoal, a Defensoria Pública possui a seguinte estrutura:

- i. Estagiários;
- ii. Assessor Técnico em Comissão;
- iii. Ouvidor Externo;
- iv. Técnicos Administrativos;
- v. Agente Profissional;
- vi. Defensor Público;

Quanto aos estagiários, a Defensoria Pública iniciou o ano de 2017 com 24 (vinte e quatro) estagiários de nível médio e 207 (duzentos e sete) estagiários de nível superior, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 03 – DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2017 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

DISTRIBUIÇÃO EM 01/01/2016	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
NÍVEL MÉDIO	21	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	24
NÍVEL SUPERIOR	113	29	7	2	23	0	12	17	0	4	0	207
PÓS-GRADUAÇÃO	1	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL	135	32	7	2	26	0	12	17	0	5	0	236

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em relação ao ano de 2016, esse quantitativo representa o aumento de, aproximadamente, 84% (oitenta e quatro por cento) no número de estagiários de nível médio e de, aproximadamente, 33% (trinta e três por cento) no número de estagiários de nível superior. Além disso, passou-se a computar 05 (cinco) estagiários de pós-graduação, enquanto no início de 2016 nenhuma contratação havia nesse sentido, haja vista Deliberação nº 10/2016 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná – CSDP – ter disciplinado esse tipo de contratação apenas em março daquele ano.

Já, ao final de 2017, a Defensoria Pública contava com 19 (dezenove) estagiários a menos do que no início do ano, totalizando 22 (vinte e dois) estagiários de nível médio, 183 (cento e oitenta e três) estagiários de nível superior e 12 (doze) estagiários de pósgraduação. O quadro final, logo, possui a seguinte composição:

QUADRO 04 – DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DISTRIBUIÇÃO EM 31/12/2016	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
NÍVEL MÉDIO	20	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	22
NÍVEL SUPERIOR	116	21	1	1	19	3	10	10	0	2	0	183
PÓS-GRADUAÇÃO	8	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	12
TOTAL	144	23	1	1	21	5	10	10	0	2	0	217

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A redução ocorreu, sobretudo, por dois motivos: i) descontinuidade de sedes na Região Metropolitana de Curitiba e litoral; e, ii) equalização da força de trabalho. Em relação às sedes, foram encerradas atividades em Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Matinhos e Paranaguá, adiante melhor detalhado. Em relação à equalização da força de trabalho, uma vez que a Defensoria Pública mantém constante nomeação regionalizada de assessores jurídicos através de decisões judiciais, nos locais com maior preenchimento desse cargo foram reduzidas as vagas disponíveis para contratação de estagiários.

Outro ponto sensível que deve ser abordado nesse aspecto é a rotatividade de estudantes na Instituição, tal qual ocorreu em 2016. Ao longo de 2017 foram realizadas 218 (duzentas e dezoito) contratações e 237 (duzentas e trinta e sete) dispensas de estagiários, exibindo altíssima alternância, o que acarreta em evidente prejuízo à continuidade e qualidade do serviço prestado. O principal aspecto apurado para tanto é a

falta de competividade do valor da bolsa-auxílio paga pela Defensoria Pública em relação às outras Instituições que compõem o sistema de justiça, ou seja, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Em relação aos agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, algumas observações são necessárias antes de adentrar à evolução quantitativa dos cargos e, sequencialmente, análise qualitativa dessa composição.

Primeiramente, repisa-se o notório fato de, em 2012, ter ocorrido o primeiro concurso público para servidores da Instituição. Com 528 (quinhentas e vinte e oito) vagas abertas, segmentadas por mesorregiões, o concurso previa, de imediato, a distribuição de servidores públicos em todas as mesorregiões do Estado, bem como, conforme anexo VII da Lei Complementar 136/2011 – revogado pela Lei Complementar 200/2016 –, distribuição dos aprovados em, praticamente, todas as comarcas. Ocorre que ao final do prazo do certame, novembro de 2014, não houve a nomeação integral dos candidatos aprovados, resultando no ingresso escalonado daqueles que acionaram judicialmente o direito líquido e certo de admissão.

Outro fato relevante, em 2017, foi a saída de 08 (oito) defensores públicos, aprovados em outros concursos públicos. Além disso, restou concluso o primeiro processo de aposentadoria da Defensoria Pública. Com isso, 09 (nove) defensores públicos estaduais deixaram de atuar nesse período.

A fim de dar cotejar as informações dadas acima, a composição dos cargos da Instituição, no início de 2017, portanto, era a seguinte:

QUADRO 05 – COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

CARREIRAS E	CARGOS	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
	Administrador	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	Assessor Jurídico	21	4	6	4	15	3	10	7	1	3	-	74
	Engenheiro Civil	-	-	1	-	1	1	1	-	1	-	1	0
	Contador	4	ı	ı	ı	ı	ı	ı	ı	ı	-	1	4
7	Assistente Social	7	3	3	1	8	-	4	6	-	4	-	36
AGENTE PROFISSIONAL	Psicólogo	8	1	2	1	10	2	2	1	-	-	-	27
SSIG	Médico Psiquiatra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
) HC	Sociólogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PRC	Biblioteconomista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
12	Comunicador Social	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EN 3	Estatístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AG	Economista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Secretário Executivo	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	Informática	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1
	Médico Clínico	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0
	Jornalista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
0	Técnico Administrativo	7	3	2	1	8	1	3	4	1	4	-	34
TÉCNICO	Técnico Redes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	0
ĘĊ	Técnico em Informática	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	0
F	Técnico de RH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MEMBROS	Defensor Público	49	20	3	2	11	2	6	9	1	2	-	105
OUTDOC	Assessor Técnico	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
OUTROS	Ouvidor-Geral	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	TOTAL	116	31	16	9	52	8	25	27	3	13	0	300

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Depreende-se que o estrato do corpo técnico da Defensoria Pública é amplamente voltado à atividade-fim. Dos cargos de nível superior, de atividade exclusiva na administração da Instituição, no início de 2017, somente 12 (doze) estavam devidamente preenchidos, quais sejam, os cargos de Administrador, Contador, Estatístico, Economista e Informática, ou seja, redução de, aproximadamente, 15% (quinze por cento) em relação ao ano de 2016.

Outros 11 servidores de nível superior compunham a administração, bem como 06 (seis) técnicos administrativos e 01 (um) cargo em comissão, totalizando equipe de 31 (trinta) servidores públicos em todos os órgãos administrativos, traduzindo-se redução de, aproximadamente, 15% (quinze por cento) em relação ao ano de 2016.

Ademais, dentre os defensores públicos, em janeiro de 2017, somente 07 estavam lotados na administração, quais sejam, Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral, Chefe de Gabinete, Corregedor-Geral, Subcorregedor-Geral, Coordenador de

Planejamento, Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná, computando-se acréscimo de 01 (um) defensor público em relação ao ano de 2016.

Dessa forma, 37 (trinta e sete) agentes públicos compunham a administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná no início de 2017, ou seja, aproximadamente, 12% (doze por cento) de todo o quadro de pessoal, evidenciando redução de 06 (seis) pontos percentuais em relação ao início de 2016, quando, aproximadamente, 18% (dezoito por cento) do total de agentes públicos estava lotado nos órgãos da Administração.

Conforme exposto anteriormente, nomeações e exonerações fizeram parte do ano de 2017. Enquanto aquelas se deram exclusivamente por vias judicias, as exonerações ocorreram por motivos diversos, sendo o mais corriqueiro a aprovação em carreiras mais bem estruturadas e com melhor remuneração. Nesse sentido, apresenta-se o quadro de nomeações e exonerações ao longo de 2017:

QUADRO 06 – NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2017.

CARREIRAS	E CARGOS	POSIÇÃO EM 01/01/2107	NOMEAÇÕES	EXONERAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2017	SALDO
	Administrador	6	0	0	6	0
	Assessor Jurídico	74	6	5	75	1
	Engenheiro Civil	0	0	0	0	0
	Contador	4	0	0	4	0
٦٢	Assistente Social	36	2	0	38	2
AGENTE PROFISSIONAL	Psicólogo	27	4	0	31	4
SSIC	Médico Psiquiatra	0	0	0	0	0
OFI	Sociólogo	0	0	0	0	0
PR	Biblioteconomista	0	0	0	0	0
ITE	Comunicador Social	1	0	0	1	0
3EN	Estatístico	0	0	0	0	0
Α	Economista	1	0	0	1	0
	Secretário Executivo	6	0	0	6	0
	Informática	1	0	0	1	0
	Médico Clínico	0	0	0	0	0
	Jornalista	1	0	0	1	0
0	Técnico Administrativo	34	0	1	34	-1
Ŭ	Técnico Redes	0	0	0	0	0
TÉCNICO	Técnico em Informática	0	0	0	0	0
T	Técnico de RH	0	0	0	0	0
MEMBROS	Defensor Público	105	0	8	96	-8
OUTROS	Assessor Técnico	3	1	2	2	-1
OUTKUS	Ouvidor-Geral	1	0	0	1	0
	TOTAL	300	13	16	297	-3

FONTE: Departamento de Recursos Humanos – DRH.

Por intermédio do quadro recém apresentado, pode-se constatar que o principal motivo para redução do número final de agentes públicos foi a evasão de defensores

públicos estaduais. Não apenas pelo fato dessa carreira corresponder à 50% (cinquenta por cento) das exonerações, mas, ainda, pela falta de nomeação de novos agentes, mesmo algo ainda frequente nos cargos do Quadro de Apoio, embora em menor intensidade quando comparado ao ano de 2016.

Naquele ano, ocorreram noventa nomeações, das quais 48 (quarenta e oito) referentes aos servidores públicos que ingressaram com pedido judicial para nomeação. Em 2017, esse número foi reduzido à 12 (doze) nomeações, ou seja, redução de 75% (setenta e cinco por cento). Tendo em vista que o prazo para judicialização do ingresso se encerrará em novembro de 2019, não é possível excluir tais nomeações de cenários vindouros. Entretanto, constata-se que ao longo do tempo essa demanda tende a diminuir ou, ao menos, se estabilizar.

Dessa forma, ao final de 2017, a composição de agentes públicos, por mesorregião era a seguinte:

QUADRO 07 – COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

DEI EI IOORI	A PUBLICA DO ESTA	DOL	<i>7</i> 01 <i>F</i>	MAT I	л.								
CARREIRAS E	CARGOS	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
	Administrador	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	Assessor Jurídico	24	2	9	4	15	1	8	7	2	3	-	75
	Engenheiro Civil	-	ı	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Contador	4	ı	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
굮	Assistente Social	8	2	3	1	8	1	5	6	-	4	-	38
AGENTE PROFISSIONAL	Psicólogo	8	-	2	1	12	2	1	2	2	1	-	31
SSIC	Médico Psiquiatra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
) E	Sociólogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PR	Biblioteconomista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
븯	Comunicador Social	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
JEN 3EN	Estatístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ä	Economista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Secretário Executivo	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	Informática	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Médico Clínico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Jornalista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
0	Técnico Administrativo	9	2	2	2	8	1	3	3	1	3	-	34
TÉCNICO	Técnico Redes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ÉCI	Técnico em Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
⊢	Técnico de RH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
MEMBROS	Defensor Público	64	4	2	1	11	2	6	4	1	1	-	96
OUTDOS	Assessor Técnico	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
OUTROS	Ouvidor-Geral	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	TOTAL	136	10	18	9	54	7	23	22	6	12	0	297

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Postas essas informações, importa destacar a evolução na composição do quadro de pessoal da DPE/PR:

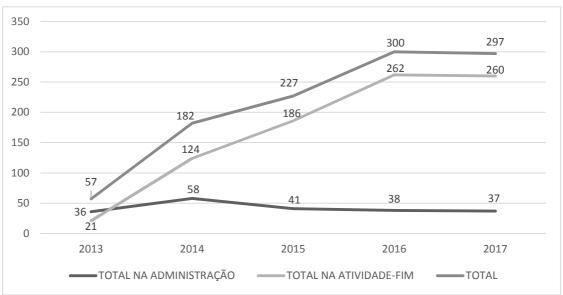
QUADRO 08 – EVOLUÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

CARGO/ATIVIDADE	MAI/13	NOV/14	DEZ/15	DEZ/16	DEZ/17
TOTAL DE AGENTES PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO	36	58	41	38	37
TOTAL DE AGENTES PÚBLICOS NA ATIVIDADE-FIM	21	124	186	262	260
TOTAL	57	182	227	300	297

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Embora os dados acima já sejam suficientes para verificar a crescente correlação negativa entre os agentes públicos lotados na atividade-meio e na atividade-fim, os gráficos, a seguir, evidenciam com clareza esse movimento:

GRÁFICO 01 – EVOLUÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS ENTRE AS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2013 E 2017.



FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nesse gráfico é apresentado o movimento de que trata a o Quadro 08. Percebe-se claramente o leve decréscimo no número de agentes públicos lotados na administração entre os anos de 2013 e 2016, enquanto houve forte avanço no número de agentes públicos lotados na atividade-fim, estabilizando-se essa relação em 2017. Como consequência, apresenta-se o gráfico, a seguir, em que se coloca a evolução na relação entre os agentes públicos lotados na atividade-meio e na atividade-fim, entre 2013 e 2017:

RELAÇÃO ADM/FIM 1,80 1,60 1,40 1,20 1,00 0,80 0.47 0,60 0,40 0,22 0,15 0,14 0,20 0,00 2013 2014 2015 2016 2017

GRÁFICO 02 – RELAÇÃO ENTRE AGENTES PÚBLICOS LOTADOS NA ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2013 E 2017.

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A exponencial negatividade da curva do gráfico acima demonstra, sob outro prisma, o processo de fragilização do corpo técnico diretamente ligado à atividade-meio da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Em termos numéricos, essa acentuada desproporção é apresentada no quadro a seguir:

QUADRO 09 – RELAÇÃO ENTRE AGENTES PÚBLICOS LOTADOS NA ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2013 E 2017.

CARGO/ATIVIDADE	MAI/13	NOV/14	DEZ/15	DEZ/16	DEZ/17
TOTAL DE AGENTES PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO	36	58	41	38	37
TOTAL DE AGENTES PÚBLICOS NA ATIVIDADE-FIM	21	124	186	262	260
TOTAL	57	182	227	300	297
RELAÇÃO ENTRE AGENTES PÚBLICOS NA ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM	1,71	0,47	0,22	0,15	0,14

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A fim de cotejar essas informações com as outras instituições que compõem o sistema de justiça, em fevereiro de 2017 foram coletadas informações no Portal de Transparência do Ministério Público do Estado do Paraná e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Como resultado, apresentam-se os quadros abaixo:

QUADRO 10 – RELAÇÃO ENTRE AGENTES PÚBLICOS LOTADOS NA ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM NO MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

CARGO/ATIVIDADE	MPPR ¹	TJPR ²
SERVIDORES ATIVIDADE-MEIO	291	998
SERVIDORES E MEMBROS ATIVIDADE-FIM	1273	9232
RELAÇÃO MEIO/FIM	0,23	0,11

FONTE: ¹ PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, ACESSADO EM 03 DE FEVEREIRO DE 2017

Depreende-se que a relação entre os agentes públicos lotados na atividade-meio da Defensoria Pública do Estado do Paraná está mais próxima à relação apresentada pelo Tribunal de Justiça, Instituição, esta, consolidada há mais tempo do que o Ministério Público Estadual.

A análise do movimento de correlação entre agentes públicos nas atividades institucionais, portanto, adverte que, com o passar do tempo, menor fica a relação entre agentes lotados na atividade-meio e agentes lotados na atividade-fim, haja vista a consolidação de um núcleo duro capaz de administrar a entidade, com incrementos marginais de pessoal, conforme expande-se sua estrutura voltada à atividade-fim.

Contudo, a Defensoria Pública do Estado do Paraná possui, tão somente, cinco anos desde sua regulamentação e já apresenta taxa intermediária àquelas percebidas por instituições de notória consolidação em suas atividades. Some-se, ainda, a crescente expansão institucional, derivada de sua recência e ampla necessidade da população paranaense pelos seus serviços.

A Defensoria Pública, para uma gestão saudável, deveria, logo, estar, ao menos, em patamar intermediário aos anos de 2014 e 2015, em que para cada três agentes públicos lotados na atividade-fim, haveria um agente público lotado na atividade-meio.

Dessa forma, há premente necessidade de reformulação dos cargos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, ampliando-se a quantidade de vagas disponíveis às carreiras exclusivas à administração institucional, sob pena do sufocamento e atrofiamento da Instituição. Esse fato já é percebido internamente, pela ampla dificuldade em gerir a estrutura criada desde 2013 e a grande evolução do quadro de pessoal.

Para tanto, em 2015, iniciou-se procedimento para novo concurso público exclusivo aos cargos administrativos do Quadro de Apoio da DPE/PR. Homologado ao final de 2017, a reposição de 14 (quatorze) postos de trabalho terá o condão de oxigenar

 $^{^2}$ PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, ACESSADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017

a estrutura administrativa. Entretanto, entende-se que essa breve majoração, embora contundente ao atual quadro, somente trará condições de exequibilidade de demandas essenciais, sem aprimoramento de rotinas, documentos internos e relatórios, haja vista concorrência direta desses aprimoramentos com a manutenção da Instituição. Entendese, por conseguinte, premente a ampliação do número de cargos afetos à administração da Defensoria Pública.

Outra situação que demanda análise é a distribuição dos cargos entre as mesorregiões do Estado. Uma vez que o I Concurso para Servidores Públicos do Quadro de Apoio ocorreu de maneira regionalizada, as lotações têm tomado curso nesse sentido. Dessa maneira, ao final de 2017, a relação entre servidores e defensores públicos, por mesorregião, apresentou grande variação, conforme tabela abaixo, em que é comparado o total de servidores para cada defensor público.

QUADRO 11 – RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE SERVIDORES LOTADOS NA ATIVIDADE-FIM E O NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS, AO FINAL DE 2017.

CARREIRAS E CARGOS	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	MÉDIA
TOTAL	0,7	1,5	8	8	3,9	2,5	2,8	4,5	5	11	-	4,8

FONTE: Coordenadoria-Geral de Administração (CGA).

Desconsiderados os servidores que atendem diretamente à Administração Central da Instituição, chega-se à distorcida relação entre a força de trabalho disponível para cada defensor público estadual. Enquanto em Curitiba para cada defensor público não há sequer um servidor, outras regiões verificam número excessivo, como os casos das regiões Noroeste, Centro Ocidental, Sudoeste e Centro-Sul, todas acima da média estadual.

Sob essa perspectiva, pretende-se não haver miopia na interpretação dos gráficos 01 e 02. Em outras palavras, não há como discorrer apenas sobre o grande número de agentes públicos na atividade-fim como causa de ineficiências institucionais. A distribuição desses acarreta em evidente prejuízo às regiões que não percebem equalização no número de pessoas compondo a equipe de apoio. Dessa forma, entende-se premente a redistribuição da força de trabalho para majoração da eficiência institucional, sobretudo quanto ao gasto público.

3.2. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, em 2017, quanto à elaboração de novas licitações e contratos, teve desempenho superior ao ano anterior, quando foram fortalecidas as rotinas de prorrogações contratuais, aditamentos e supressões de quantitativo, reequilíbrio econômico-financeiro, entre outras atividades relativas à gestão documental.

Em relação às licitações, ao todo, foram realizados 18 (dezoito) procedimentos, ou seja, aumento de 60% (sessenta por cento) em relação ao ano anterior. Conforme quadro-resumo, abaixo, tem-se o rol de certames realizados:

QUADRO 12 – RELAÇÃO DE LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2017.

OBJETO	TIPO	ID
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.	PREGÃO PRESENCIAL	01/2017
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES.	PREGÃO ELETRÔNICO	02/2017
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	PREGÃO ELETRÔNICO	03/2017
RECARGA DE EXTINTORES.	PREGÃO ELETRÔNICO	04/2017
SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.	PREGÃO ELETRÔNICO	05/2017
AQUISIÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA.	PREGÃO ELETRÔNICO	06/2017
ADEQUAÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	PREGÃO PRESENCIAL	07/2017
AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS.	PREGÃO ELETRÔNICO	08/2017
SERVIÇOS GRÁFICOS.	PREGÃO ELETRÔNICO	09/2017
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DE CRACHÁS.	PREGÃO ELETRÔNICO	010/2017
FRETE PARA PONTA GROSSA E LONDRINA.	PREGÃO ELETRÔNICO	011/2017
AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA.	PREGÃO ELETRÔNICO	012/2017
FRETE PARA MARINGÁ.	PREGÃO ELETRÔNICO	013/2017
SERVIÇOS DE REPROGRAFIA.	PREGÃO ELETRÔNICO	014/2017
AQUISIÇÃO DE CARTÕES DE VISITAS.	PREGÃO ELETRÔNICO	015/2017
EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE DE CARGA.	PREGÃO ELETRÔNICO	016/2017
FRETE PARA CASCAVEL.	PREGÃO ELETRÔNICO	017/2017
DISPENSADOR DE SENHA.	PREGÃO ELETRÔNICO	018/2017

FONTE: Portal de Transparência da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Dentre as licitações realizadas, destacam-se (i) aquisição de computadores, haja vista crescente obsolescência dos equipamentos atuais; (ii) serviços de infraestrutura, cujo objeto, especificamente, trata da adequação elétrica e lógica das unidades da Defensoria Pública; (iii) aquisição de certificados digitais, uma vez que a expectativa é de digitalizar todo o acervo da Instituição nos próximos anos, bem como instruir todos os procedimentos em plataforma digital; (iv) frete para as cidades de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, uma vez que todas passam por processo de mudança de sede central, tendo a de Ponta Grossa se realizado ainda no ano de 2017.

Em relação à gestão de contratos, 26 (vinte e seis) contratos foram celebrados em 2017, importando em um acréscimo de, aproximadamente, 08% (oito por cento) em relação ao ano anterior. Abaixo, lista de contratos oficializados em 2017:

QUADRO 13 – RELAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS EM 2017.

OBJETO	CONTRATADA	NÚMERO DO CONTRATO
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA GERENCIAL E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.	AUDORA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	01/20171
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	JR COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA.	02/20172
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	PROTERM – AR CONDICIONADO LTDA.	03/20172
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	ISOCON ELETROTÉCNICA LTDA.	04/20172
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO.	A. PICOLOTTO – ME	05/20172
CORRESPONDÊNCIAS E ENCOMENDAS.	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.	06/2017³
LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM PONTA GROSSA.	ADQUIRA IMOBILIÁRIA.	07/2017³
LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM CASCAVEL.	MAIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	08/2017³
PUBLICAÇÕES OFICIAIS.	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO – DIOE.	09/20171
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES.	DATEN TECNOLOGIA LTDA.	010/20172
RECARGA DE EXTINTORES.	EXTINORPI EXTINTORES DO NORTE PIONEIRO LTDA.	011/20172
RECARGA DE EXTINTORES.	CARNICELLI & CIA LTDA.	012/20172
RECARGA DE EXTINTORES.	PROTEGE – COMÉRCIO DE EXTINTORES E EQUIPAAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA.	013/2017²
LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS.	ITSCON	014/20172
FRETE PARA SEDE DE PONTA GROSSA.	CRISTINA ADRIANA SILVEIRA TRANSPORTES.	015/20172
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.	HILLANI PARTICIPAÇÕES S/A.	016/20173
ENERGIA ELÉTRICA.	ENERGISA SUL-SUDESTE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.	017/2017³
		018/20174
PURIFICADORES DE ÁGUA.	SANGEL COMÉRCIO DE BEBEDOUROS E PURIFICADORES LTDA.	019/20172
ENERGIA ELÉTRICA.	COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A.	020/20173
CONTEÚDO ESPECIALIZADO.	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.	021/20171
		022/20174
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES.	DATEN TECNOLOGIA LTDA.	023/20172
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDIMENTO CENTRAL.	SALEH PARTICIPAÇÕES S/A.	024/20173
		025/20174
		026/20174
		027/20174
		028/20174

ОВЈЕТО	CONTRATADA	NÚMERO DO CONTRATO
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DE CRACHÁS.	SLINGER TECNOLOGY COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO.	029/2017²
		030/20174
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.	BRANELO AUTO CENTER LTDA.	031/2017³
ADEQUAÇÃO ELETROLÓGICA.	NETINSTALL LTDA.	032/20172
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CELEPAR	025/2016 ^{3/5}

¹ Inexigibilidade de licitação.

FONTE: Portal de Transparência da Defensoria Pública do Estado do Paraná e Departamento de Apoio Técnico (DAT).

Dentre os contratos celebrados, alguns trazem características notórias que demandam pormenorização, a começar pelo Contrato nº 01/2017, celebrado entre a Defensoria Pública do Estado do Paraná e a empresa Audora Tecnologia e Serviços Ltda.

Tendo em vista a recência da Defensoria Pública do Estado do Paraná, até o momento, tanto atividade-meio quanto atividade-fim são realizadas sem instrumento de gerenciamento de dados que integrem a Instituição. Nesse sentido, entre 2015 e 2016 foram realizadas visitas diversas em outras Defensorias Públicas Estaduais, a fim de identificar as melhores práticas e as soluções adotadas por cada uma.

Assim, enquanto muitas buscaram soluções internas de desenvolvimento, realidade inviável para esta Defensoria Pública, destacou-se o sistema em funcionamento na Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL). Nesse interim, após reunião realizada entre as autoridades máximas de cada Instituição, celebrou-se Termo de Cooperação, no qual a DPE/AL disponibilizou a licença para desenvolvimento do sistema licitado e desenvolvido em face de sua realidade.

Tratando-se de *software* voltado exclusivamente ao atendimento ao público e fluxo processual, em reunião realizada com a Defensoria Pública do Estado do Paraná, os representantes da empresa Audora Tecnologia Ltda. realizaram proposta de extensão da licença aos módulos gerenciais necessários à DPE/PR. Com isso, realizaram-se diligências internas para aferir a viabilidade de eventual contratação, restando comprovada vantagem econômica pela cessão da licença. Assim, tomou-se curso a contratação da empresa através de inexigibilidade de licitação.

O escopo do contrato, logo, não apenas prevê o atendimento ao público, como também terá o condão de virtualizar todos os procedimentos da Defensoria Pública, a partir do fluxo processual eletrônico. Em fase de desenvolvimento, tal fluxo padronizará

² Licitação.

³ Dispensa de licitação.

⁴ Contratos com numeração reservada e não assinados.

⁵ Contrato firmado ao final de 2016, com vigência no ano de 2017.

todos as rotinas afetas à atividade-fim e atividade-meio, reduzindo-se equívocos de tramitação interna e externa, bem como facilitando a compreensão das peças e atos produzidos à luz de modelos chancelados institucionalmente. Somada à automatização de diversas rotinas de tramitação, o sistema trará perceptível avanço na eficiência em prol da ampliação da quantidade e qualidade de procedimentos realizados.

Em relação aos módulos gerenciais, todas as áreas serão contempladas, com exceção da área de orçamento e finanças, haja vista processo de substituição do sistema do Estado do Paraná. Com a consecução desse projeto, vislumbra-se a integração entre área administrativa e área-fim, facilitando a identificação de inconsistências e boas práticas, a fim de mitigar aquelas e replicar estas. Ao final, entende-se viável que cada ato praticado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná poderá ser precificado e evidenciado em cotejo ao erário.

Para tanto, todos os agentes públicos passarão a atuar processualmente de forma virtual, através de certificação digital. Não apenas maior celeridade é tida como meta, sobretudo, maior transparência e integração junto ao controle interno, externo e social são almejados.

Outra grande mudança institucional tem curso a partir do Contrato nº 024/2017, cujo objeto é a locação de imóvel para Atendimento Central na cidade de Curitiba.

Atualmente, a DPE/PR mantém sede central na Capital do Estado, localizada na Rua Cruz Machado, nº 58, centro. Sendo um imóvel verticalizado, o edifício possui restrita área de recepção ao público, com, aproximadamente, 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) no pavimento térreo e 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) na sobreloja. Nesses ambientes acontece o cadastro do usuário e seu atendimento preliminar de triagem socioeconômica. Tendo em vista a grande procura pelos serviços institucionais, os locais se caracterizam pela baixa qualidade de recepção, acarretando em filas do lado de fora da DPE/PR. Além, o atendimento se prolonga aos demais andares da Instituição, trazendo grande dificuldade de trânsito dentro do imóvel que hoje sedia a unidade central de Curitiba.

Dessa maneira, buscou-se imóvel com características horizontalizadas, como o objeto do contrato em comento. Próximo à atual sede, o imóvel, localizado à Rua José Bonifácio, nº 66, centro de Curitiba, possui, apenas no pavimento térreo, área de, aproximadamente, 1.000 m² (mil metros quadrados). Com isso, não apenas haverá

possibilidade de triplicar a área de espera interna, como, ainda, todos os procedimentos em que a presença do usuário é indispensável ocorrerão no mesmo pavimento, assim como o acompanhamento processual. Com isso, entende-se possível qualificar o ambiente de atendimento ao público e a rotina de atendimento. Atrelado ao sistema Audora, entende-se possível reduzir significativamente o tempo entre o início e final do atendimento ao cidadão.

3.3. ESTRUTURA FÍSICA

Em 2017, após diversas mudanças na estrutura física da Defensoria Pública do Estado do Paraná ocorridas em 2016, diretamente relacionadas com o quadro de defensores públicos em exercício ao longo do ano, percebeu-se período ainda instável do ponto de vista das comarcas atendidas pela Instituição.

Para essa análise, destaca-se que, em janeiro de 2017, a DPE/PR atuava nos seguintes locais:

QUADRO 14 - COMARCAS COM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM JANEIRO DE 2017.

MESORREGIÃO	CIDADE	SITUAÇÃO DA SEDE
	CURITIBA	ALUGADA
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CEDIDA PELA
		PREFEITURA MUNICIPAL
CAPITAL E REGIÃO	COLOMBO	CEDIDA PELO FÓRUM
METROPOLITANA	ALMIRANTE TAMANDARÉ	CEDIDA PELO FÓRUM
	CAMPO LARGO	CEDIDA PELA
		PREFEITURA MUNICIPAL
	FAZENDA RIO GRANDE	CEDIDA PELO FÓRUM
SUDOESTE	FRANCISCO BELTRÃO	CEDIDA PELO FÓRUM
OESTE	CASCAVEL	ALUGADA
OESTE	FOZ DO IGUAÇU	ALUGADA
CENTRO OCIDENTAL	CAMPO MOURÃO	CEDIDA PELA
	CAMI O MOURAO	PREFEITURA MUNICIPAL
CENTRO SUL	GUARAPUAVA	ALUGADA
NOROESTE	CIANORTE	ALUGADA
NOROESTE	UMUARAMA	ALUGADA
	MARINGÁ	ALUGADA
NORTE CENTRAL	LONDRINA	ALUGADA
	APUCARANA	CEDIDA PELO FÓRUM
NORTE PIONEIRO	CORNÉLIO PROCÓPIO	CEDIDA PELA
TORTETIONEIRO		PREFEITURA MUNICIPAL
	PONTA GROSSA	ALUGADA
CENTRO ORIENTAL	CASTRO	CEDIDA PELA
		PREFEITURA MUNICIPAL
	PARANAGUÁ	ALUGADA
LITORAL	MATINHOS	ALUGADA
	GUARATUBA	ALUGADA

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A atuação institucional, portanto, atingia, no início daquele ano, vinte e duas comarcas, distribuídas em dez mesorregiões do estado do Paraná.

Contudo, fatores externos, máxime a evasão de defensores públicos em exercício na Defensoria Pública do Estado do Paraná para instituições diversas, ocasionou a publicação dos Editais de Remoção nº 03/2017 e 012/2017, priorizando a recomposição do atendimento em Curitiba. Assim, as comarcas de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Matinhos e Paranaguá tiveram suas atividades descontinuadas, resultando na seguinte configuração, ao final do ano de 2017:

QUADRO 15 – COMARCAS COM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM DEZEMBRO DE 2017.

MESORREGIÃO	CIDADE	SITUAÇÃO DA SEDE
CAPITAL E REGIÃO	CURITIBA	ALUGADA
METROPOLITANA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CEDIDA PELA
METROI OLITANA	SAO JOSE DOS FINITAIS	PREFEITURA MUNICIPAL
SUDOESTE	FRANCISCO BELTRÃO	CEDIDA PELO FÓRUM
OESTE	CASCAVEL	ALUGADA
OESTE	FOZ DO IGUAÇU	ALUGADA
CENTRO OCIDENTAL	CAMPO MOURÃO	CEDIDA PELA
CENTRO OCIDENTAL	CAMI O MOCKAO	PREFEITURA MUNICIPAL
CENTRO SUL	GUARAPUAVA	ALUGADA
NOROESTE	CIANORTE	ALUGADA
NOROESTE	UMUARAMA	ALUGADA
	MARINGÁ	ALUGADA
NORTE CENTRAL	LONDRINA	ALUGADA
	APUCARANA	CEDIDA PELO FÓRUM
NORTE PIONEIRO	CORNÉLIO PROCÓPIO	CEDIDA PELA
NORTETIONEIRO		PREFEITURA MUNICIPAL
	PONTA GROSSA	ALUGADA
CENTRO ORIENTAL	CASTRO	CEDIDA PELA
	CHOTRO	PREFEITURA MUNICIPAL
LITORAL	GUARATUBA	ALUGADA

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dessa maneira, a Defensoria Pública do Estado do Paraná finalizou o ano com saldo de 16 (dezesseis) comarcas com atendimento ao público, nas mesmas 10 mesorregiões do estado do Paraná que iniciaram o ano com representatividade institucional. Dentre as mesorregiões atendidas, a amplitude institucional se manteve ainda distante da região Sudeste, haja vista diminuto quadro de defensores públicos estaduais.

Em relação à comarca de Curitiba, além do atendimento realizado na sede central da Instituição, localizada à Rua Cruz Machado, 58, Centro, a Instituição também encerrou o ano presente nos seguintes locais:

Núcleo Criminal de Curitiba – Fórum do Santa Cândida;

- Defensoria Pública no Fórum de Santa Felicidade;
- Defensoria Pública no Fórum do Boqueirão;
- Defensoria Pública no Fórum do CIC:
- Defensoria Pública no Fórum do Pinheirinho;
- Defensoria Pública no Fórum do Ahú;
- Casa da Mulher Brasileira:
- Defensoria Pública no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
- Defensoria Pública na Vara da Infância e da Juventude e Adoção;
- Defensoria Pública na Vara de adolescentes em conflito com a lei -Infância e Juventude infracional; e,
- Defensoria Pública na Vara de Infrações Penais contra Crianças,
 Adolescentes e Idosos.

Analogamente, a Instituição contava com sala de apoio descentralizada nos foros municipais nas seguintes cidades: São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e Guarapuava. Ao todo, ao final de 2017, a Defensoria Pública do Estado do Paraná estava presente em 31 (trinta e um) pontos de atendimento ao público.

Cumpre destacar que, conforme o quantitativo e composição do quadro de pessoal descrito na seção anterior, bem como a situação orçamentária da Instituição, ponto a ser abordado sequencialmente, somente serviços e itens básicos compuseram o enxoval estrutural para apoio das atividades institucionais. Quando comparado com as demais estruturas do Estado, percebe-se a grande fragilidade nas condições de trabalho percebidas pelos agentes públicos da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Contudo, progressivamente são preenchidas lacunas de serviços e produtos demandados pelo público interno.

Em síntese, após um ano com redução do número de comarcas atendidas, estruturaram-se condições internas para ampliar a qualidade nas sedes que mantiveram os serviços à população paranaense.

3.4. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Por fim, cumpre destaca a mudança na composição da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Entre outubro de 2015 e outubro de 2017, Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza ocupou o cargo de Defensor Público-Geral do Estado do Paraná.

Após eleições realizadas em agosto daquele ano, elegeu-se, como novo Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, Eduardo Pião Ortiz Abraão. O mandato de dois anos, portanto, se estenderá até outubro de 2019.

4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR), Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, assegura à Instituição, conforme prevê o artigo 7º, a autonomia funcional, administrativa, financeira e a iniciativa para a elaboração de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A autonomia financeira, logo, é exercida quando uma entidade pública detém recursos suficientes e é capaz de administrá-los conforme a própria programação de execução de despesas – sejam estes recursos financeiros originados de fontes de arrecadação própria ou de repasses do Tesouro do Estado.

A manutenção e a estruturação da Instituição, neste caso, são custeadas pelo Tesouro do Estado através da execução do orçamento da Defensoria Pública, enquanto que as fontes próprias são receitas exclusivas do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública (FADEP). Ainda que seja uma fonte alheia à competência fiscal da Defensoria Pública, o Tesouro do Estado deve promover a autonomia financeira da Instituição através de um financiamento suficiente e sustentável.

Já, em relação ao cronograma de repasse, este está legalmente instituído com texto encontrado na Constituição Federal, art. 168, e na Lei Orgânica da Defensoria Pública, art. 8, § 4°. Trata-se do repasse mensal de recursos correspondentes às dotações orçamentárias, divididas igualmente em 12 partes, ou seja, trata-se de repasse duodecimal.

Em relação a autonomia financeira até aqui demonstrada, importante mencionar que este tema foi debatido durante o ano de 2015 através das ADIs 5217, 5218 e 5381, oportunidades em que o Supremo Tribunal Federal refutou qualquer tentativa de ataque à autonomia constitucionalmente garantida à Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Superada essa breve digressão, passa-se a análise da execução orçamentária da Instituição no exercício de 2017. Assim, nos termos da Lei Orçamentária Anual 2017, Lei nº 18.948, de 22 de dezembro de 2016, fora fixado orçamento na monta de R\$ 57.440.000,00 (cinquenta e sete milhões e quatrocentos e quarenta mil reais) para a Unidade Orçamentária 07.01 – Defensoria Pública.

Tendo em vista a insuficiência dos recursos fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Estadual nº 18.907, de 25 de novembro de 2016, tornou-se necessária abertura de créditos adicionais, por meio do Decreto nº 6.569/2017, na monta de R\$ 8.036.257,00 (oito milhões, trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), totalizando R\$ 65.476.257,00 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais). Essa suplementação tomou contorno diante do superávit acumulado de exercícios anteriores, valor este devolvido ao erário e, na sequência aberto a título de créditos adicionais.

Tendo em vista a inexecução da receita prevista com venda de ações e/ou devolução do capital subscrito ou não e outros ingressos, fonte 125, foram contingenciados R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais) previstos para Investimentos. Assim, restaram R\$ 64.646.257,00 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais) de disponibilidade orçamentária em 2017, cujos repasses financeiros foram integralmente realizados. Tais informações são sintetizadas no quadro abaixo:

QUADRO 16 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EM 2017.

Fonte de Recursos	Orçamento Inicial (R\$)	Orçamento Contingenciado (R\$)	Créditos Adicionais (R\$)	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Repasse Financeiro (R\$)
100 - Tesouro Estadual - Ordinário não vinculado.	56.610.000	0	0	56.610.000	56.610.000
125 - Venda de Ações e/ou Devolução do Capital Subscrito ou Não e Outros Ingressos.	830.000	830.000	0	0	0
147 - Recolhimentos ao Tesouro por Determinação Legal	0	0	8.036.257	8.036.257	8.036.257
TOTAL	57.440.000	830.000	8.036.257	64.646.257	64.646.257

Fonte: SIAF.

Após a abertura de créditos adicionais, diante de nova disponibilidade orçamentária, a Defensoria Pública manteve a seguinte programação orçamentária:

QUADRO 17 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2017.

Despesa	Orçamento Inicial (R\$)	Créditos Adicionais (R\$)	Orçamento Contingenciado (R\$)	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	%
Pessoal e Encargos	39.306.542	3.500.000,00	0,00	42.806.542	66,2%
Outras Correntes	17.303.458	3.631.257,00	0,00	20.934.715	32,4%
Investimentos	830.000	905.000,00	830.000,00	905.000	1,4%
TOTAL	57.440.000	8.036.257,00	830.000,00	64.646.257	100%

Fonte: SIAF.

Depreende-se que, assim como outras instituições públicas que prestam serviços à população, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais se sobressaem, ocupando, aproximadamente, dois terços do orçamento institucional. Além, embora o montante destinado para Investimentos seja reduzido no orçamento custeado pelo Tesouro Estadual, esta natureza de despesa teve protagonismo no orçamento do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a ser tratado oportunamente em relatório próprio de gestão.

Posto isto, deve-se adentrar a execução orçamentária e financeira da Instituição. Nesse aspecto, a Defensoria Pública apresentou seu melhor índice de execução orçamentária, desde o início de suas atividades, conforme demonstrado no quadro abaixo: QUADRO 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2017.

Despesa	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Empenhado (R\$)	Execução Orçamentária (%)
Pessoal e Encargos	42.806.542	42.572.375	99,5%
Outras Correntes	20.934.715	20.616.647	98,5%
Investimentos	905.000	891.262	98,5%
TOTAL	64.646.257	64.080.284	99,1%

Fonte: SIAF.

Com praticamente todo o orçamento executado, pequena parcela restou inscrita em Restos a Pagar Processos e outra superior em Restos a Pagar não Processados. Isso ocorreu diante de grande número de contratos e licitações encerradas ao final do exercício. Assim, a execução financeira da DPE/PR tomou o seguinte contorno:

QUADRO 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2017.

Despesa	Empenhado (R\$)	Liquidado no Exercício (R\$)	Pago no Exercício (R\$)	RP Processados (Empenho Liquidado a Pagar) (R\$)	RP Não Processados (Empenho a Liquidar) (R\$)
Pessoal e Encargos	42.572.374,66	42.572.374,66	42.565.031,11	7.343,55	0,00
Outras Correntes	20.616.647,42	18.829.299,88	18.653.860,82	175.439,06	1.787.347,54
Investimentos	891.261,75	421.941,54	421.941,54	0,00	469.320,21
TOTAL	64.080.283,83	61.823.616,08	61.640.833,47	182.782,61	2.256.667,75

Fonte: SIAF.

Portanto, do valor empenhado, aproximadamente, 96% (noventa e seis por centos) foram pagos durante o exercício financeiro, demonstrando, novamente ótimo índice de execução.

Ademais, em relação aos Restos a Pagar Processados, estes foram integralmente pagos durante o exercício de 2017, conforme se pode observar:

QUADRO 20 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE 2015 E 2016.

Despesa	RP Processados 2015 (R\$)	RP Processados 2016 (R\$)	Pago em 2017 (R\$)	Saldo RP Processados de anos anteriores em 2017 (R\$)
Pessoal e Encargos	0,00	9.701,89	9.701,89	0,00
Outras Correntes	0,00	28.178,48	28.178,48	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	37.880,37	37.880,37	0,00

Fonte: SIAF.

Em relação aos Restos a Pagar não processados de 2015, situação análoga à anterior ocorre:

QUADRO 21 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2015.

Despesa	RP Não Processados de 2015 em 2017 (R\$)	Cancelamento de RP Não Process. de 2015 em 2017 (R\$)	RP Não Process. de 2015 Liquidado em 2017 (R\$)	RP Não Process. de 2015 Pago em 2017 (R\$)	Saldo RP Não Processados de 2015 (R\$)
Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	2.357,69	1.080,15	1.277,54	1.277,54	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.357,69	1.080,15	1.277,54	1.277,54	0,00

Fonte: SIAF.

Já quanto aos Restos a Pagar não Processados de 2016, cumpre informar que houve saldo positivo a ser pago em exercício subsequente, conforme se demonstra:

OUADRO 22 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2016.

Despesa	RP Não Processados de 2016 em 2017 (R\$)	Cancelamento de RP Não Process. de 2016 em 2017 (R\$)	RP Não Process. de 2016 Liquidado em 2017 (R\$)	RP Não Process. de 2016 Pago em 2017 (R\$)	Saldo RP Não Processados de 2016 (R\$)
Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	1.916.542,37	480.807,03	1.375.479,54	1.375.479,54	60.255,80
Investimentos	9.263,52	2.510,02	6.753,50	6.753,50	0,00
TOTAL	1.925.805,89	483.317,05	1.382.233,04	1.382.233,04	60.255,80

Fonte: SIAF.

O saldo positivo trata de despesas com serviços de vigilância e limpeza, além de locação de imóveis. Há ainda, valores a serem pagos a dois defensores públicos egressos, a título de indenização.

Apresenta-se, a seguir, o fluxo de caixa da Defensoria Pública do Estado do Paraná:

QUADRO 23 – FLUXO DE CAIXA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2017.

Movimentação	Fluxo de Caixa
Saldo Inicial	10.083.559,26
Ingressos	
Repasses para Pagamentos do Orçamento 2016	64.646.257,00
Rendimento de Aplic. Financeira não descontados em Repasses	27.189,50
Saídas	
Desembolsos Extraorçamentários	-38.363,60
Devolução ao Tesouro Estadual - Orçamento 2016	-8.036.257,00
Pagamentos de Restos a Pagar 2015 e 2016	-1.421.390,95
Pagamentos do Orçamento 2017	-61.640.833,47
Saldo Caixa 2017	3.620.160,74
(-) Restos a Pagar	-2.499.706,16
(-) Passivo Extraorçamentário	-42.894,08
Saldo Líquido de Caixa	1.077.560,50

Fonte: SIAF.

De acordo com as informações acima, é possível verificar que o saldo final do caixa da Defensoria Pública, em 2017, foi de R\$ 3.620.160,74 (três milhões, seiscentos e vinte mil, cento e sessenta reais e setenta e quatro centavos). Tendo em vista as despesas inscritas em Restos a Pagar Processados e não Processados, bem como o Passivo Extraorçamentário, infere-se que o superávit financeiro de 2017 orbitará em R\$ 1.077.560,50 (um milhão, setenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

Por fim, com fito em demonstrar a evolução orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Paraná, apresenta-se o quadro a seguir:

QUADRO 24 – EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2015 E 2017, EM VALORES ABSOLUTOS.

Informação	2015	2016	2017
Orçamento Disponível	43.783.213,00	54.100.000,00	64.646.257,00
Despesas Empenhadas	38.687.338,70	46.725.429,38	64.080.283,83
Despesas Liquidadas	36.845.697,54	46.302.371,59	61.823.616,08
Despesas Pagas ¹	36.265.286,64	46.855.768,42	61.640.833,47
Saldo Orçamentário ²	5.095.874,30	7.374.570,62	565.973,17

¹ Computando-se despesas pagas de exercícios anteriores.

Fonte: SIAF.

Em termos percentuais de execução, o quadro anterior pode ser apresentado da seguinte forma:

² Em relação ao valor empenhado.

QUADRO 25 – EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2015 E 2017, EM VALORES PERCENTUAIS.

Informação	2015	2016	2017
Orçamento Disponível	100%	100%	100%
Despesas Empenhadas	88,4%	86,4%	99,1%
Despesas Liquidadas	84,2%	85,6%	95,6%
Despesas Pagas	82,8%	86,6%	95,4%
Saldo Orçamentário	11,6%	13,6%	0,9%

Fonte: SIAF.

Além, pode-se comparar a evolução de um ano a outro pelo acréscimo ou decréscimo em cada uma das informações orçamentárias:

QUADRO 26 – COMPARAÇÃO PERCENTUAL DA EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2015 E 2016, ENTRE 2016 E 2017 E ENTRE 2015 E 2017.

Informação	2015/2016	2016/2017	2015/2017
Orçamento Disponível	23,6%	19,5%	47,7%
Despesas Empenhadas	20,8%	37,1%	65,6%
Despesas Liquidadas	25,7%	33,5%	67,8%
Despesas Pagas	29,2%	31,6%	70,0%
Saldo Orçamentário	44,7%	-92,3%	-88,9%

Fonte: SIAF.

A apresentação dos três últimos quadros evidencia um grande avanço do ponto de vista gerencial da Defensoria Pública do Estado do Paraná. É possível perceber que o crescimento do orçamento institucional foi acompanhado de uma execução mais precisa, culminando em quase sua totalidade no exercício de 2017.

Além disso, destaca-se o crescimento do orçamento da Defensoria Pública entre 2015 e 2017. Essa evolução de, aproximadamente, 48% (quarenta e oito por cento) é fruto da expansão institucional. Contudo, muito embora os valores apresentados para execução orçamentária se destaquem, importa repisar o movediço terreno que se consolida anualmente durante a proposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a fixação do orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Observando-se somente os anos destacados acima, importa rememorar que no ano de 2015 a Defensoria Pública iniciou suas atividades com orçamento aprovado de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), o qual foi contingenciado ao valor apresentado no Quadro 24. Já no ano de 2016, o orçamento inicial foi de R\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil reais), suplementados conforme disposto anteriormente. Neste relatório, depreende-se que o mesmo ocorreu em 2017.

Tendo em vista que o planejamento é premissa basilar à consecução dos objetivos republicanos, bem como a execução da Defensoria Pública vem, consistentemente, guardando acurácia em sua execução, é fundamental destacar a importância em se observar a proposta orçamentária da Instituição, sob benefício de um planejamento gerencial mais eficiente nos próximos exercícios.

5. PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2016, inaugurou-se o primeiro ano do Plano Plurianual para o quadriênio que se encerrará em 2019, instituído pela Lei Estadual nº 18.661, de 22 de dezembro de 2015.

A elaboração das diretrizes do PPA 2016-2019, tal qual ocorre em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, é diligenciada pela Coordenadoria de Planejamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, órgão ao qual também compete o monitoramento e inclusão de dados no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME.

No exercício de 2016, logo, o primeiro do quadriênio em que vigorara o mais recente Plano Plurianual, previu-se a realização de 150.000 (cento e cinquenta mil) atuações da Defensoria Pública, nas diversas localidades em que atua, sem que houvesse segmentação por mesorregião ou unidade de atendimento, meta majorada em 5% (cinco por cento) em 2017, totalizando expectativa de 157.500 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos procedimentos).

Diferentemente de anos anteriores, nos quais eram apresentados os resultados por região de atuação, optou-se pela consolidação da informação para a atuação em todo o Estado. Essa decisão deriva da mudança metodológica em relação ao Plano Plurianual anterior, o qual foi elaborado pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJU. À época, ainda competia à SEJU a articulação administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná pela inexistência de quadro de pessoal próprio, e o PPA, portanto, fora lá produzido, haja vista contemporaneidade à regulamentação da Instituição, ambos no ano de 2011.

O número de atuações em 2016, bem como a meta plurianual de 646.519 (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dezenove) atuações até 2019, por conseguinte, foi previsto a partir de uma nova métrica de acompanhamento das atividades institucionais. Assim, a inovação renunciou à metodologia adotada no PPA anterior e o histórico de atendimentos registrados nos exercícios pretéritos não pôde ser utilizado como parâmetro válido.

O termo "atendimentos", utilizado no acompanhamento PPA 2012-2015, correspondia ao número de usuários que acessariam a Defensoria Pública no período. Já, o termo "atuações", adotado no PPA 2016-2019, corresponde ao número de

procedimentos jurídicos realizados pelos membros da Instituição, ainda que para o mesmo assistido. Trata-se de metodologia que garante uma visão mais ampla e clara do trabalho desenvolvido pela DPE/PR, permitindo-se, futuramente, avaliar o custo de cada procedimento realizado e o benefício efetivo à população assistida com base nas atuações, podendo-se, inclusive, mensurar e instruir processos com melhor relação entre custo e benefício ao erário e ao usuário assistido.

Ademais, a recência institucional ainda provoca incompreensão por parte dos demais atores do sistema de justiça e daqueles que debatem e promovem as diretrizes das políticas públicas no estado do Paraná. Assim, com a nova metodologia de mensuração da atividade da Defensoria Pública, permitir-se-á a análise comparativa entre o serviço prestado pela Instituição e os valores dispensados pelo Estado no pagamento de honorários decorrentes de advocacia dativa, paga por "atuações jurídicas" e não por atendimentos, conforme metodologia antiga.

Assim, outro evidente benefício dessa nova sistemática de apuração de dados é o de padronizar o indicador de prestação jurídica gratuita à população hipossuficiente do estado do Paraná, promovendo maior assertividade na elaboração de políticas públicas, nesse sentido.

Dessa maneira, apresenta-se, abaixo, quadro acerca da atuação institucional no ano de 2017:

QUADRO 27 – ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM 2016, 2017 E ACUMULADO.

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	TOTAL
	PREVISTA	150.000
2016	REALIZADA	240.060
	EXECUÇÃO (%)	160%
	PREVISTA	157.500
2017	REALIZADA	336.513
	EXECUÇÃO	213,7%
	PREVISTA	646.519
2016-2019	REALIZADA	576.573
	EXECUÇÃO (%)	89,2%

FONTE: SIGAME

Sendo assim, diante da nova metodologia, é possível compreender o resultado excedente obtido em 2016 e 2017. Enquanto em 2016 a previsão foi superada em, aproximadamente, 160% (cento e sessenta por cento), em 2017 o número de atuação foi além de duas vezes o previsto. Dessa maneira, a expectativa original de 646.519 (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dezenove) atuações, ao final de 2016, foi reavaliada para 1.000.000 (um milhão) de atuações no período que compreende o PPA

2016-2019, desconsiderando qualquer expansão/retração institucional com base na movimentação de pessoal nos anos futuros, haja vista o movediço cenário orçamentário nacional e estadual.

Em relação ao visível aumento no número de atuações entre 2016 e 2017, o principal motivo é que, no ano de 2016, a atuação de 36 (trinta e seis) novos defensores públicos estaduais, os quais efetivamente entraram em exercício, somente ocorreu no mês de maio, após período de curso de formação ocorrido em abril. O impacto desse novo corpo de atuação, portanto, somente impactou nos dois últimos quadrimestres do ano. Explica-se, assim, o aumento de, aproximadamente, 40% (quarenta por cento) no número de atuações. Outro motivo é o constante aprimoramento das práticas e técnicas de atuação.

Registre-se, ainda, que do total de atuações realizadas no exercício de 2017, aproximadamente, 44% (quarenta e quatro por cento) ocorreram nas mesorregiões interioranas. Em comparativo com o exercício de 2016, houve um aumento de, aproximadamente, 75% (setenta e cinco por cento) nas atuações ocorridas além-capital, volume esse substancialmente superior ao aumento total aferido. Demonstra-se, assim, equalização da força de trabalho, diante da disponibilidade orçamentária da Instituição.

Em relação ao orçamento institucional, embora discorrido sua execução na seção anterior, cabe breve síntese entre as expectativas do Plano Plurianual 2016/2019 e sua efetiva execução, conforme demonstrado:

QUADRO 28 – ORÇAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM 2017, CONFORME PLANO PLURIANUAL 2016-2019.

ORÇAMENTO PPA 2016- 2019 INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO PPA 2016-2019 ATUALIZADO PELA LDO (R\$)	ORÇAMENTO EXECUTADO (EMPENHADO) (R\$)	EXECUÇÃO (%)
48.737.700	65.466.257	64.080.283,83	97,88%1

¹ Considera-se o valor de R\$ 830.000 (oitocentos e trinta mil reais) contingenciados. Desconsiderado esse valor, a execução é de 99,1% (noventa e nove vírgula um por cento). Fonte: SIGAME.

Tendo em vista a execução orçamentária realizada, bem como o aumento no número de atuações, entende-se que a majoração de, aproximadamente, 35% (trinta e cinco por cento) do orçamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná é consoante às políticas públicas do Estado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, no ano de 2017, manteve o ritmo de consolidação de suas atividades, iniciado nos anos anteriores, após a contundente expansão geográfica de suas atuações, realizada entre os anos de 2013 e 2014.

Isso se verifica no crescente número de atuações promovidas em prol da população paranaense. Contudo, fatores externos, impactaram de forma significativa nos locais em que a DPE/PR promoveu assistência jurídica gratuita.

Nesse sentido, a alta rotatividade entre os membros da Defensoria Pública inviabiliza planos duradouros de permanência nas comarcas do Estado. Com a evasão de 08 (oito) defensores públicos estaduais e a aposentadoria de um, como resultado, seis cidades deixaram de contar com o atendimento da Instituição, quais sejam Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Matinhos e Paranaguá.

Entretanto, embora tenha havido retração no atendimento de algumas comarcas interioranas, manteve a presença institucional em dez mesorregiões, restando avançar, tão somente, à região sudeste.

Para tanto, como discorrido, há premente necessidade de reconfigurar a composição dos cargos institucionais, de forma a garantir maior corpo técnico às atividades administrativas. Conforme demonstrado, a expansão institucional tem fragilizado de maneira considerável a exequibilidade gerencial que venha ampliar e resguardar a qualidade e eficiência da atividade-fim.

Isso pode ser percebido na parca estrutura disponível ao público interno e ao público externo da Instituição. Há uma grande lacuna a ser preenchida por serviços essenciais à boa gestão, bem como produtos e equipamentos que permitam maior organização das atividades, qualidade de serviço e celeridade no atendimento à população, culminando em números ainda mais significativos do que aqueles anotados no acompanhamento do Plano Plurianual.

Do ponto de vista da execução orçamentária, considera-se excelente o desempenho da Instituição, aferido em 99,1% (noventa e nove vírgula um por cento). Esse elevado percentual de execução orçamentária e a falta de estrutura física, por conseguinte, demonstram a necessidade de ampliar o orçamento institucional. O desentendimento acerca da indispensabilidade do serviço prestado à população flagela

37

preceitos constitucionais que deveriam ser assistidos com maior zelo pelos formadores de

políticas públicas.

Nessa toada, a mudança de metodologia da atuação da Defensoria Pública no

Plano Plurianual, indubitavelmente, sedimentará maior conhecimento acerca da

eficiência do erário quando houver a integral opção do modelo constitucional de

assistência jurídica gratuita. Ao passo que se aferirem as atuações realizadas pelos seus

agentes públicos, poderão ser cotejados os custos efetivamente desembolsados pela

Defensoria Pública em relação aos demais modais de assistência jurídica gratuita, hoje,

ainda, supletivos.

Ademais, tal qual a mudança metodológica, há crescente fortalecimento de

indicadores internos que evidenciam a evolução a novos patamares de gestão pública.

Embora pouco tempo tenha decorrido desde sua regulamentação, é notável a acentuada

curva de aprendizagem nos procedimentos internos da Instituição. Ainda pouco além de

um estágio embrionário de seu ciclo de vida organizacional – que se pretende duradouro,

haja vista sua essencialidade à sociedade – a Defensoria Pública amadurece em ritmo

pautado pelo comprometimento institucional em prol de sua missão.

Preconiza-se, dessa forma, a necessidade de fortalecimento interno nos próximos

anos, de maneira a atingir elevado índice de governança pública e transparência. A

Defensoria Pública do Estado do Paraná, por conseguinte, não apenas alicerçará

condições para o cumprimento da vontade do legislador constituinte, sobretudo,

gradativamente, servirá à população do estado do Paraná baseada nos preceitos

fundamentais que devem nortear a administração pública.

Curitiba, 14 de março de 2018.

MATHIAS LOCH COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.	Relatório do Controle Interno



RELATÓRIO n.º 001/2018/CI/DPPR

Curitiba, 15 de março de 2018.

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2017

1. INTRODUÇÃO

A Agente de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Paraná, formalmente designada pela Resolução n.º 200/2017 da Defensoria-Pública Geral, pelos termos da Instrução Normativa n.º 137/2017/TCE-PR, vem apresentar relatório sobre os resultados obtidos durante a atuação do Controle Interno Avaliativo da Instituição no exercício financeiro de 2017.

2. METODOLOGIA

A análise empreendida se fundamenta em método referencial e avaliativo. Os procedimentos e as técnicas de controle foram aplicados para confirmar a observância à legislação vigente, avaliando-se a subsunção dos fatos às regras estabelecidas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, no Plano Plurianual (Lei

Estadual n.º 18661/2016), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual n.º 18907/2015), na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n.º 18948/2016), na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) e nas normas e princípios administrativos.

3. ÁREAS AVALIADAS

Para o fim de atestar o cumprimento ao artigo 74 da Constituição da República e subsidiar o parecer do Controle Interno, este relatório discorrerá sobre i) o atendimento das metas previstas no plano plurianual e no plano de governo; ii) a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; iii) o apoio dado ao controle externo; e iv) as ações realizadas internamente pela agente.

3.1. METAS DO PPA/PROGRAMA DE GOVERNO

Seguindo a regência do **Plano Plurianual do Estado** (Lei n.º 18.661/2015) a regular o quadriênio 2016-2019, coube à Defensoria Pública do Estado do Paraná realizar **646.519** (seiscentos e quarenta e seis mil quinhentas e dezenove) atuações para o período, como programa finalístico.

A Lei Orçamentária Anual (Lei 18.948/2016) definiu para o exercício de 2017 a ação "manter a atuação da Defensoria Pública", destinando o montante de R\$ 57.440.000,00 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) ao projeto geral.

Como características da meta "atuação" da Defensoria Pública ficou

2



estabelecido a realização de ações e a alocação de recursos de modo à:

- i) assegurar à Defensoria Pública as condições para efetivar a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;
- ii) possibilitar o cumprimento da meta constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional 80/2014, que fixou o prazo de 8 (oito) anos para o ente federativo contar com Defensores Públicos em todas as suas unidades jurisdicionais;
- iii) manter e ampliar a estrutura administrativa da Defensoria Pública assegurando à Instituição condições materiais, físicas e operacionais de desempenhar suas funções constitucionais e legais;
- iv) expandir a Instituição de maneira a diminuir o enorme déficit existente entre o número de Defensores Públicos e comarcas atendidas e o número de Defensores Públicos e comarcas atendidas suficiente para sanar as exigências constitucionais e as necessidades da população paranaense; e
- v) aumentar as atuações na promoção dos direitos humanos e na defesa judicial e extrajudicial em direitos individuais e coletivos.

Trata-se de três objetivos finalísticos, que são a essência da Defensoria Pública: assistência jurídica lato senso, atuação suficiente quanto ao número de sedes e ao número de Defensores Públicos de modo a prestar um serviço eficiente à população, e promoção dos direitos humanos e dos direitos individuais e coletivos. Ao lado, está previsto um objetivo de meio, sem o qual não se alcançam aqueles, que é



estruturar administrativamente o órgão.

Quanto à assistência jurídica, faz-se referência à explicação no Relatório Circunstanciado de Gestão (fls. 33-34) sobre a substituição do termo "atendimentos" pelo termo "atuações", contabilizando detidamente o número de procedimentos jurídicos realizados pela Defensoria Pública, ainda que para o mesmo assistido. Para o exercício de 2017 foram previstas 157.500 (cento e cinquenta e sete e quintentos mil) atuações e realizadas 336.513 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e treze) atuações, um alcance de 213,70% (duzentos e treze e setenta por cento) da meta conforme dados do SIGAME.

Ao que se refere à manutenção e ampliação da estrutura administrativa, as constatações são preocupantes. A indicação orçamentária permitiu desempenhar apenas minimamente as atividades. A estrutura administrativa atuou com uma média de tão somente 37 (trinta e sete) agentes a realizar atividades típicas da administração, dentre membros, assessores jurídicos, administradores, contadores e técnicos. Aliás, embora no segundo semestre do exercício de 2017 o setor do Controle Interno tenha atuado com duas servidoras, atualmente, e desde sua implementação pela Deliberação CSDP n.º 31/2014, executa suas atividades com apenas uma.

Ao fim de 2017 foi homologado o concurso para a reposição de 14 (quatorze) servidores, mas limitado a algumas poucas carreiras e ao preenchimento de cargos vacantes.

As condições materiais e físicas para fornecimento de ambiente de trabalho qualificado foram atendidas limitadamente, havendo conhecimento de reclamações sobre o fornecimento de bens de consumo como água, papel higiênico e lâmpadas e sobre serviços de limpeza e manutenção. É certo que o orçamento reduzido implica desafios de planejamento, gerando responsabilidade compartilhada

8



pelo atingimento apenas razoável do objetivo de se assegurar à Instituição condições materiais, físicas e operacionais de desempenhar suas funções constitucionais e legais. Há, portanto, que ser concedida maior atenção a este ponto, interna e externamente.

Outro desafio é a expansão da Instituição de maneira a diminuir o enorme déficit existente entre o número de Defensores Públicos e comarcas atendidas. O Plano Plurianual anterior previa o objetivo de alocar ao menos um Defensor Público por Comarca do Estado do Paraná, o que foi atendido de modo insuficiente (meta realizada em apenas 42% nos últimos quatro anos). Acontece que a Constituição da República determina que até 2022 haja defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais de modo proporcional à demanda e à população. Tendo em vista que o planejamento oficial do Estado até 2019 não é específico nessa alocação, há preocupação em seu atendimento.

No exercício de 2017, não houveram novas nomeações de Defensores Públicos e, inclusive, constatou-se a evasão de 8 (oito) membros, fechando o ano com 96 (noventa e seis) membros efetivamente atuando. Todavia, para ampliar a quantidade de Defensores Públicos, ao fim de 2017 foi homologado também o concurso para o preenchimento de 13 (treze) vagas existentes e formação de cadastro de reserva para provimento das vagas que surgirem durante a validade do certame. Com isso, almeja-se o aumento da quantidade de membros atuantes no próximo exercício.

Por fim, quanto ao subitem da meta referente ao aumento das atuações na promoção dos direitos humanos e na defesa judicial e extrajudicial em direitos individuais e coletivos, em atenção a isso, estão em atuação na Defensoria os núcleos i) Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB), ii) Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ), o qual foi implementado no fim de 2017 e iii) Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), o qual tem atuado de forma



estratégica em demandas relacionadas à defesa dos direitos humanos, seja em favor de grupos vulneráveis, como a população em situação de rua, as comunidades tradicionais ou as minorias sexuais.

Para o próximo exercício mais núcleos estarão em funcionamento na Defensoria Pública, visando melhor atender a população, podendo citar como exemplo os núcleos de política criminal e execução penal, bem como o da promoção e defesa da mulher.

Assim, relatados os pontos e feita a avaliação pelo Controle Interno, é possível concluir que a Defensoria Pública do Estado do Paraná atendeu satisfatoriamente suas metas, enfrentando pontos positivos e negativos a se contrabalancear no exercício de 2017.

3.2 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei 18.948/2016 (LOA) destinou à Defensoria Pública R\$ 57.440.000,00 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) como orçamento para execução em 2017, para Unidade Orçamentária 0701 — Defensoria Pública. Foi necessária a abertura de crédito adicional, por meio do Decreto Executivo nº 6.569/17, na monta de R\$ 8.036.257,00 (oito milhões, trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), estabelecendo um **total orçamentário de R\$ 65.476.257,00** (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais).

Ao que se refere à **eficácia** da gestão, como realização dos objetivos e metas previstos na Lei Orçamentária Anual com o orçamento efetivamente aplicado, tem-se que a **gestão orçamentária pode ser considerada eficaz**, pois segundo os



dados retirados do SIAF, compilados no Relatório Circunstanciado de Gestão, houve 100% da execução da principal ação.

	Orçamento	Créditos	Orçamento	Disponibilidade	
Despes	Inicial (RS)	Adicionais (RS)	Contingenciado (R\$)	Orçinaentária (R\$)	A STATE OF THE STA
Pessoal e Encargos	39.306.542	3,500,000,00	0,00	42.806.542	66,2%
Ontras Correntes	17,303,458	3,631,257,00	0,00	20.934.715	32,4%
Investimentos	830,000	905,000,00	830,000,00	905.000	1,4%
TOTAL	57,440,000	- 8.036.257,00	830,000,00	64.646.257	100%

Fonte CGA/DPPR

No que toca à análise da **eficiência** do orçamento realizado, avalia-se a gestão orçamentária também como **eficaz**, tendo em vista a realização de 99,1% (noventa e nove por cento e um décimo) do previsto, conforme descriminação abaixo:

Despessi	Disponibilidade Orçamentária		Exécução Orçamentária
	(RS)		(ga)
Pessoal e Encargos	42.806.542	42.572.375	99,5%
Outras Correntes	20.934.715	20.616,647	98,5%
Investimentos	905.000	891,262	98,5%
TÖTAL	-64,646,257	64,080,284	99,1%

Fonte CGA/DPPR

Por análise, tem-se que a Defensoria Pública apresentou seu melhor índice de execução orçamentária desde o início de suas atividades e, assim, conclui-se que o desempenho orçamentário pode ser considerado como satisfatório, fundamentando-se nos dados dos sistemas administrativos e na avaliação supra.

3.3. AVALIAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

Por mais um ano, faz-se destaque aos fatos que interferiram nos limites de disponibilidade financeira e na assunção de compromissos. Visto ainda



haver interferência na proposta orçamentária do órgão, novamente afirma-se que a **gestão financeira** que se almeja, como sendo aquela suficiente e planejável a longo prazo, **ainda pende de ser garantida** por numerário, via um orçamento satisfatório, e por efetiva liberação de recursos, possibilitando a assunção segura de compromissos financeiros.

No exercício de 2017, conforme confirma o Relatório Circunstanciado de Gestão, a partir de quadro descritivo do SIAF, tem-se a seguinte avaliação: i) as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram liquidadas integralmente durante o exercício; ii) as Outras Despesas Correntes, apresentam quase dois milhões de reais não realizados, sendo contabilizados como Restos a Pagar processados e Restos a Pagar não processados; e iii) os Investimentos quase metade deles foram liquidados, e o restante foi inscrito em Restos a Pagar não processados.

Avalia-se que houve bom controle da disponibilidade financeira a lastrear os compromissos no decorrer e no término do exercício, efetivando-se o pagamento de restos do exercício de 2016 e controlando-se os cancelamentos e seus efeitos.

O Relatório Circunstanciado de Gestão apresenta descrição pormenorizada das movimentações financeiras e os demonstrativos e balanços em anexo permitem a avaliação técnica, sendo desarrazoado repetir os dados fornecidos para além das indicações fundamentais de controle interno.

Com efeito, em conclusão parcial do ponto, pode-se afirmar que a gestão financeira refletiu detidamente os fatos analisados na gestão orçamentária, sendo considerada satisfatória.



3.4. AVALIAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL

Para análise da eficácia e eficiência da gestão patrimonial, este setor

abriu o Achado de Fiscalização nº 10/2017, o qual abordou principalmente o controle

patrimonial da Defensoria Pública.

Nele foram apresentadas diversas questões que foram respondidas

pelo setor competente e, a partir disso, verificou-se que a Defensoria Pública possui

listagem geral e atualizada dos bens patrimoniais no sistema AAB – Administração de

Bens Moveis do Estado do Paraná, o qual é atualmente utilizado por esta Defensoria.

Os móveis cedidos por outros órgãos são registrados em planilha separada, a qual é

gerida pela Gestão de Patrimônio.

Na oportunidade, esta Unidade enfatizou que é fundamental a

atualização constante dos registros de entrada, atualização, movimentação e saída de

bens do acervo, conforme vem ocorrendo satisfatoriamente na Defensoria.

Ainda sobre a gestão patrimonial, ao realizar o monitoramento da

Recomendação Interna nº 015/2016, a qual tratou sobre a doação de bens moveis pela

Receita Federal, esta Unidade se manifestou quanto ao ajuste contábil dos bens

doados, e reforçou a correta catalogação e cadastramento dos bens. O Protocolo

encontra-se em trâmites internos.

Também em atenção à Recomendação encaminhada pelo Controle

Interno, foi editada a Instrução Normativa nº 16/2017 a qual institui o processo de

solicitação, recebimento, incorporação e decisão de distribuição de itens doados por

entidades públicas à Defensoria Pública, a fim de padronizar as condutas.

Por fim, o Controle Interno Avaliativo levantou que, em repetição aos

anos anteriores, não houve planejamento formal para aquisição de bens por parte da

Defensoria Pública para o exercício 2017. Todavia, houve aumento do saldo contábil

9



relativo ao patrimônio denominado como *ativo não-circulante*, em razão, principalmente, de aquisição de novos bens por procedimento licitatório. Assim, anuncia-se como patrimônio contabilizado no exercício de 2017 o seguinte:

SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2015	SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2016
R\$ 12.102.557,20	R\$ 13.795.074,85

Em conclusão, tem-se que a gestão patrimonial deve receber maior atenção quanto ao planejamento a médio e longo prazo para a aquisição de bens (especialmente os imóveis, a permitir a desvinculação dos alugueis mais onerosos) e deve ser desenvolvida pela instituição com responsabilidade, especialmente por se tratar de área com elevado risco de desvios de recursos públicos.

3.5. APOIO AO CONTROLE EXTERNO - TCE-PR

A 4ª Inspetoria de Controle Externo deste Tribunal de Contas atuou na fiscalização da Defensoria Pública durante todo exercício de 2017.

Seguindo os procedimentos estabelecidos entre as instâncias de controle externo e interno, à repetição do ocorrido nos exercícios anteriores, os trabalhos de fiscalização foram detidamente instruídos pelo setor. As solicitações foram impulsionadas por e-mail da Inspetoria, gerando a abertura de procedimentos administrativos internos aos departamentos. Todos os setores atenderam prontamente as requisições e sempre se disponibilizaram aos esclarecimentos de dúvidas.

Ao todo foram treze solicitações técnicas, algumas complementares a



pedidos principais. Foram realizadas duas auditorias que geraram recomendações — sobre o Sistema de Controle Interno e sobre os Procedimentos de Processo-Compra. Como resultado da inspeção sobre Controle Interno, a Unidade atendeu as medidas recomendadas que lhe eram afetas e elaborou uma regulamentação nova, formalizando os modos de sua atuação. Já sobre os procedimentos de Processo-Compra, o Gabinete da Defensoria Pública-Geral se comprometeu a realizar medidas para melhoria do fluxo.

Como levantamento conclusivo, pode se destacar que a 4ª Inspetoria de Controle Externo auxiliou valiosamente a Defensoria Pública no melhoramento de seu sistema de controle interno e apoiou o trabalho deste setor ao solicitar manifestação formal do gestor sobre a implementação das medidas indicadas pela Unidade no exercício anterior. Essa contribuição mútua por certo atendeu de maneira satisfatória a finalidade da previsão constitucional de controle da administração pública, de modo externo e interno.

3.6. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

O Controle Interno da Defensoria Pública conseguiu no exercício de 2017 organizar minimamente suas atividades, o que gerou efeitos positivos sobre o órgão.

Os desafios estruturais não foram superados, por certo, pois embora em 2017 tenha sido designada mais uma servidora para o setor, atualmente há apenas **uma agente de Controle Interno** em atuação e um estagiário para auxílio instrumental, mesmo com a determinação de que haja uma equipe pela deliberação reguladora¹.

¹ **Art. 10 da Deliberação 31/2014.** A equipe de Gestão de Controle Interno será composta de servidores ou membros, designados pelo Defensor Público Geral, dentre os efetivos do Quadro Funcional da Defensoria



A estrutura diminuta sobrecarrega significativamente a servidora designada, especialmente porque a Corte de Contas impõe responsabilidades para as ações de controle interno que não podem ser efetivamente cumpridas por uma única pessoa.

Ainda assim, em março de 2017 a Unidade de Controle Interno conseguiu elaborar e aprovar um Plano Anual de Atividades, estabelecendo as inspeções realizadas, as ações de monitoramento, o detalhamento das prestações de contas, as atividades que permanentemente são exercidas e os levantamentos externos.

Considerando o levantamento de risco feito diretamente por este setor, foram previstas as seguintes áreas para serem avaliadas: Central de viagens; Restos a pagar; Contratos; Empenhos; Bens móveis e Atos de pessoal.

Ficou reconhecido pela agente que elaborou o Plano que o tempo planejado para a execução das averiguações foi em pouca monta. Por exemplo, a primeira averiguação levou quase mais de seis meses para ser finalizada, e contou já com a ajuda da nova integrante da Unidade de Controle Interno. Então, como baixas, dos temas listados acima, não foram realizadas avaliações pontuais sobre *Contratos* e deliberadamente deixou-se a averiguação sobre *Atos de Pessoal* para o exercício de 2018, considerando que as primeiras inspeções sobre folha de pagamento e gratificações demonstraram que o tema precisa ser tratado com cautela e tempo.

Além das auditorias realizadas, a Unidade de Controle Interno trabalhou sobre 10 (dez) Achados de Fiscalização e emitiu 12 (doze) Recomendações Internas. Destaca-se que duas das Recomendações vieram de Comunicações de Irregularidades impulsionadas por servidores, conforme o procedimento descrito nos artigos 6º e 7º da Deliberação CSDP n.º 31/2014 (quadro sinóptico):

Pública, ocupantes de cargo de nível superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Gestão Pública ou Direito.



ACHADO	ASSUNTO	DATA	RESULTADOS /
01/2017	Desorganização na alimentação do SEI-CED do TCE/PR.	26/01/2017	Situação foi resolvida logo após os questionamentos.
02/2017	Lista de ramais desatualizada, dificultando a comunicação com as sedes.	03/02/2017	Gerou a Recomendação Interna 001/2017
03/2017	Reestabelecido o pagamento de acumulação aos membros.	02/03/2017	Sob avaliação do Controle Interno.
04/2017	Desatendimento à organização procedimental mínima constante na Recomendação n.º 16/2016/C1.	20/03/2017	Gerou a Recomendação Interna 003/2017
05/2017	Ausência de atos administrativos que versam sobre a abertura e fechamento de novas sedes da DPPR.	30/03/2017	Gerou a Recomendação Interna 006/2017
06/2017	Defensoria Pública não possuir regulamentação sobre vedação ao Nepotismo e nem aplica essa restrição em seus procedimentos de contratação de comissionados, estagiários ou terceirizados.	29/05/2017	Gerou a Recomendação Interna 005/2017
07/2017	Concedida à servidora, em estágio probatório, concessão de licença para tratos particulares	01/07/2017	Gerou a Recomendação Interna 007/2017
08/2017	A Comissão Permanente de Licitação não está completa, conforme prevê a lei	01/07/2017	Gerou a Recomendação Interna 008/2017
09/2017	Procedimentos da fase interna de licitação apresentam riscos de desvio. Averiguada a necessidade de readequar o fluxo na parte de elaboração do Termo de Referência e de cotação de preços para licitação.	04/09/2017	Gerou a Recomendação Interna 009/2017
10/2017	Questionamento acerca do inventário de bem.	20/10/2017	Os questionamentos foram respondidos pelo departamento – Protocolo 14.893.296-4



RECOMENDAÇÃO	ASSUNTE	DESTINAT:	PROTOGOLO	RESULTADIOS
Rec. 01/2017	Atualização e periodicidade de divulgação da Lista de Ramais	ASCOM	14.467.159-7	A Lista foi atualizada e disponibilizada na intranet do sítio eletrônico da Defensoria Pública.
Rec. 02/2017	Que o Departamento de Recursos Humanos observe com atenção a IN nº. 120/2016 do TCE	DRH	14.481.844-0	O Departamento cumpriu o recomendado.
Rec. 03/2017	Observância ao processo administrativo e Recomendação nº. 16/2016/CIDPPR	DAT	14.502.683-0	Houve atendimento pelo Departamento em 22/03/2016, por correção da certidão e separação dos processos.
Rec. 04/2017	Manifesta concordância com o método empregado pela CPL no pregão eletrônico nº. 001/2017 e 002/2017	CPL	14.531.485-2	Trata-se de recomendação preventiva, assim, presume-se atendida até que se constate desvio.
Rec. 05/2017	Indica regulamentação e adoção de medidas que versem sobre a vedação ao nepotismo.	GAB	14.646.063-1	Editada Deliberação 005/2018 sobre o tema, atendendo à Recomendação.
Rec. 06/2017	Regulamentação dos atos de abertura e fechamento de sedes	GAB	14.658.052-1	Aguarda posterior averiguação quanto ao cumprimento das recomendações. O protocolo encontra-se suspenso pelo prazo de 6(seis) meses.
Rec. 07/2017	Recomenda que a concessão da licença sem remuneração da servidora seja reavaliada, considerando que ela não é estável.	GAB	14.770.626-0	Houve atendimento da recomendação, sendo anulada a decisão de concessão da licença, determinando o retorno das atividades da servidora no prazo de 30 (trinta) dias.
Rec. 08/2017	Recomenda a substituição do membro da CPL para que tal comissão seja composta de 3 (três) membros, conforme prevê a legislação.	CGA	14.770.869-6	Houve atendimento da recomendação com a expedição de Resolução nº. 221/2017.



Rec. 09/2017	Recomendações acerca do envio de cotações aos fornecedores para futuro procedimento licitatório, inclusive quanto ao termo de especificação técnica.	CGA	14.819.159-0	Houve atendimento quanto ao termo de especificação técnica no memorando 1998/2017 da CGA.
Rec. 10/2017	Recomendação acerca da compreensão do FADEP	DAT	14.464.11-6	Os autos encontram-se em trâmite interno.
Rec. 11/2017	Auditoria acerca do subsistema Central de Viagens	GAB	14.931.253-6	Os autos encontram-se em trâmite interno.
Rec. 12/2017	Auditoria sobre o subsistema Restos a Pagar	GAB	14.943.567-0	Houve atendimento às recomendações expedidas, principalmente no que se refere ao Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2016.

Verifica-se que algumas recomendações ainda se encontram em trâmite interno, mas este setor realiza constante monitoramento.

Além dessas, outras atividades também foram executadas pelo Controle Interno em 2017 e merecem destaques i) fluxogramas sobre o carregamento do SEI-CED e sobre o andamento das comunicações do TCE/PR foram editados, ii) foram implementadas medidas executivas para correção dos desvios averiguados no Portal da Transparência e para regulamentação interna do Acesso à Informação, por sugestão de construção de Plano de Comunicação e fluxograma de atividades, iv) a Unidade realizou apresentação aos Coordenadores Regionais de sedes, prestando conhecimento de suas recomendações mais importantes, v) foi criada ferramenta para comunicação de irregularidades ou ilegalidades pelos agentes da instituição, por viabilização em espaço "Intranet", também projetado pela Unidade de Controle Interno.



Ademais, de modo permanente, os Relatórios de Gestão Fiscal foram acompanhados e avalizados pelo Controle Interno. Houve gerência sobre os carregamentos do SEI-CED, como também os achados e recomendações foram informados minuciosamente naquele sistema.

Foram prontamente atendidas as solicitações e devidamente promovidas as ações de responsabilidade da Defensoria Pública junto a este Tribunal (Prestações de Contas, Solicitações da Inspetoria, Sistemas de Captação de Dados, etc).

Por fim, vale informar que a Unidade de Controle Interno ganhou contornos fixos a partir de proposição de Deliberação e Instrução Normativa que detalham todo o trabalho de fiscalização do setor. A explicar. Na Defensoria Pública a Deliberação n.º 31, de 12 de dezembro de 2014, veio de forma percussora instituir a Unidade de Controle Interno para realização dessas atividades na instituição.

Com o decurso do tempo, o setor foi se estruturando tecnicamente, mas, com a primeira avaliação da 4º Inspetoria de Controle Externo sobre esse Sistema, foi indicada a necessidade de uniformização de procedimentos por conjunto de normas.

Nesse sentido, foram realizadas pequenas alterações na Deliberação e a publicação da Instrução Normativa n. 23/2017, que rege as atividades do Controle Interno.

A partir do exposto, pode-se concluir que o Controle Interno respondeu ao seu encargo de **modo satisfatório**, dentro das condições possíveis de atuação.

4. OBSERVAÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS DA COORDENADORIA GERAL DO ESTADO

Como já é de conhecimento, a Defensoria Pública ao final de 2014

instituiu seu próprio Sistema de Controle Interno, desvinculando-se da Coordenadoria

Geral do Estado. Isso tem gerado inúmeros desafios ao Controle Interno, mas assegura

a posição da instituição como órgão com autonomia, em diferença às Secretarias de

Estado.

Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios

anteriores que não mais se possui, como resultado de avaliação da Coordenadoria

Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão - como os relatórios da

Coordenadoria de Ouvidoria e da Coordenadoria de Transparência.

Com efeito, enquanto departamento em estruturação, o Controle

Interno almeja implementar avaliações semelhantes, mas não havendo ainda sua

efetivação, coloca-se à disposição para ceder outros documentos para a análise das

contas, caso se entenda necessário.

Sendo essas as informações e as avaliações que cumpriam ser

relatadas e aferidas pelo Controle Interno, despeço-me com cordiais cumprimentos.

warra B. J. do Carto BITENCOURT FERNANDES DOS SANTOS

Agente de Controle Interno

17

	g = 100

6.	Parecer do Controle Interno

PARECER DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização

aplicado e conduzido por esta Unidade de Controle Interno sobre os atos de

gestão do exercício financeiro de 2017, da Defensoria Pública do Estado do

Paraná, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e

subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que

acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE da referida gestão,

encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas

do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento

ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não

detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos

administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba, 15 de março de 2018.

Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos

Agente de Controle Interno

7.	Relatório da Controladoria Geral do Estado



DECLARAÇÃO SOBRE A AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Defensoria Pública do Estado do Paraná declara, para fins de atendimento ao artigo 10, inciso V, da IN n.º 137/2017 do TCE/PR, que determina a apresentação do "Relatório da Controladoria Geral do Estado, contendo as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias de Controle Interno, de Ouvidoria, de Transparência e Controle Social e de Corregedoria", que ao final de 2014 instituiu seu próprio Sistema de Controle Interno, desvinculando-se da Coordenadoria Geral do Estado do Paraná.

Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios anteriores, juntamente com informações apresentadas pelo Canal de Comunicação para o Sistema SEI-CED, que não mais se possui, como resultado de avaliação da Coordenadoria Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão.

Com efeito, isso assegura a posição da instituição como órgão com autonomia, em diferença às Secretarias de Estado, ao tempo que gera o desafio de internamente desenvolver estruturas de controle semelhantes. Enquanto departamento em desenvolvimento, esta Unidade de Controle Interno almeja implementar avaliações capazes de transferir as informações das ações realizadas em núcleos já existentes da Defensoria Pública, padronizando por exemplo os relatórios de sua Ouvidoria Externa e de sua Corregedoria, para os fins de atendimento similar aos dados exigidos. Não obstante, pelos termos apresentados no inciso V do artigo 10, deixa-se de dar cumprimento ao item.

É o que cabia declarar.

Curitiba, 15 de março de 2018.

Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos

Agente de Controle Interno

8.	Demonstrativo de Receitas



Coordenação Geral de Administração Departamento Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a Unidade Orçamentária 0701 - Defensoria Pública - não arrecadou receitas de qualquer natureza, sendo todos os recursos oriundos de transferências Tesouro do Estado.

Curitiba, 15 de março de 2018.

Departamento Financeiro

9.	Demonstrativos de Despesas

DEFENSORIA PO	JBLICA		(ANEXO 2	2 DA LEI N. 4.320/64)
I 07010000 - I N A I	DEFENSORIA PUBLICA TUREZADA DESPESA - POR	ORGAO		REF SIA816 I PAG 1 I DATA - 31/12/2017 I
				CATEGORIA ECONOMICA E I GRUPO DE DESPESA - RS I
T CODIGO T T CODIGO T T T T T T T T T T T T T T T T T T T	DEFENSORIA PUBLICA I DEFENSORIA PUBLICA I DESPESSAS CORRENTES PESCAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICACOES DIRETAS PESCAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICACOES DIRETAS PESCAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICACOES DIRETAS VERTURANTOS E VALTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL VERTURANTOS E VALTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL ABONO DE PERMANENCIA - RPPS GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES - RPPS I FERIAS VENCIDAS OU PROPORCIONAIS - RPPS I PERIAS VENCIDAS OU PROPORCIONAIS - RPPS I PERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS - REPS I PROVISAO DECIMO TERCEIRO SALARIO - RPPS I PROVISAO DECIMO TERCEIRO SALARIO - ROPS I PROVISAO DECIMO TERCEIRO SALARIO - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO DECIMO TERCEIRO SALARIO OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL I PROVISAO DO PERSOAL CIVIL I DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES I NIBENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS FERIAS PROPORCIONAIS I PROVICA DE PESSOAL CIVIL OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTRE ORGADIA FUNDO FINANCEIRO CONTRIBUICAO AO FUNDO DE PREVIDENCIA CONTRIBUICAO AO FUNDO DE PREVIDEN	ELEMENTO DE DESPESA I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	MODALIDADE DE APLICACAO - RS 38.305.558,67 4.266.815,99 20.616.647,42	GRUPO DE DESPESA - RS I I GRUPO DE DESPESA - RS I I I I I I I I I I I I I I I I I I I
I 3390.3305	CARTAO CORPORATIVO	I 135.159,55 I I 135.159,55 I]]	

N A	DEFENSORIA PUBLICA T U R E Z A D A D E S P E S A - P O R E S P E C I F I C A C A O OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA ESTACIARIOS LOCACAO DE IMOVEIS MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS TRIBUTOS TRIBUTOS LOCACAO DE MAO-DE-DERA MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS MULITAS DEDUTIVEIS UNCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS SERVICOS DE ORMERICA-RO-DE MAO-DE-MENTOS MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS MULITAS DEDUTIVEIS UNCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS SERVICOS DE DENERGIA ELETRICA SERVICOS DE ORMERICA-CAO EM GERAL SERVICOS DE DENERGIA ELETRICA SERVICOS DE DETELECOMUNICACO ES SERVICOS DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE DELECOMUNICACO ES SERVICOS DE DELECOMUNICACO ES SERVICOS DE DELECOMUNICACO ES SERVICOS DE OPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS SERVICOS DE OPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS SERVICOS DE OPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS SERVICOS DE TELECOMUNICACO ES SERVICOS DE DELECOMUNICACO ES SERVICOS DE ROMANCA EN POS ORRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS IPTU LICUNAMENTACAO - RPPS AUXILIO ALIMENTACAO - REPS AUXILIO TRANSPORTE - REPS AUXILIO TRANSPORT	O R G A O		I PAG I DATA - 31/12/201
ODIGO I	ESPECIFICACAO	I ELEMENTO DE DESPESA I I RS I	MODALIDADE DE APLICACAO - RS	I CATEGORIA ECONOMICA I GRUPO DE DESPESA - F
390.3600 I	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	I I 2.651.675,51 I		I I
390.3607 I	ESTAGIARIOS TANDUTES	I 1.846.180,66 I		I
390.3615 I	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	I 569.677,43 I 430,00 I		I I
390.3640 I	ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS	234.231,82 I		Ī
390.3655 I	TRIBUTOS	I 1.155,60 I		<u>I</u> T
390.3700 I	LIMPEZA E CONSERVACAO	I 719.556,34 I		Ī
390.3702 I	GUARDA E VIGILANCIA	I 1.374.811,22 I		Ī
390.3704 I 390.3900 I	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1 358.935,08 I I 8.674.780,49 I		I I
390.3901 I	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	I 117.450,00 I		I
390.3902 I 390 3905 T	CONDOMINIOS SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	I 55.074,03 I		<u>I</u> T
390.3910 I	LOCACAO DE IMOVEIS	5.004.687,28 I		Ī
390.3912 I	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	27.748,39 I		I
390.3914 I 390.3916 T	. LOCACAO DE BENS MOVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGIVEIS MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1 548./82,86 I T 41.080.69 T	:	L T
390.3917 I	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	52.398,70 I		Ī
390.3919 I	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	I 89.334,23 I		Ī
390.3935 I 390.3937 I	JUROS	I 46,15 I		I I
390.3938 I	ENCARGOS FINANCEIROS DEDUTIVEIS	I 4,06 I		Ī
390.3943 I	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1 192.128,67 I		<u>L</u> T
390.3947 I	SERVICOS DE AGOA E ESGOTO SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	I 195.437,37 I		Ī
90.3948 I	SERVICOS DE SELECAO E TREINAMENTO	1 2.990,00 I		I
890.3950 I 890.3955 T	SERVICO MEDICO-HOSPITAL, ODONTOLOGICO E LABORATORIAIS TRIBUTOS	1 170.590,00 1 T 14.403.52 T		L T
390.3957 I	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	516.204,10 I		Ī
390.3958 I	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	I 395.092,95 I		Ī
390.3966 I	SERVICOS UDICIARIOS SEGUROS EM GERAL	1 13.346.46 I		I T
390.3974 I	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	16.498,00 I		Ī
390.3977 I	VIGILANCIA OSTENSIVA	1 780.397,76 I		<u>L</u> T
390.3983 I	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	235.553,26 I		Ī
390.3990 I	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	13.700,00 I		I
390.3992 I 390.3996 I	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - PAGAMENTO ANTECIPADO	I 34,00 I I 86.00 I		I I
390.4600 I	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.844.401,72 I		Ī
390.4602 I	AUXILIO ALIMENTACAO - RPPS	I 2.808.093,05 I		I T
90.4700 I	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	I 652,09 I		Ī
390.4704 I	IPTU	0,00 I		I
390.4705 I 390.4724 T	OBRIGACOES PATRONAIS SOBRE SERVICOS DE PESSOA FISICA	T 86.00 T		L T
390.4900 I	AUXILIO-TRANSPORTE	1.485.190,93 I		Ī
390.4904 I	AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	1.072.779,53 I		<u>L</u> T
390.4907 I	AUXILIO TRANSPORTE - ESTAGIARIOS	I 398.096,00 I		Ī
390.9200 I	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	I 2.035.363,91 I		I
390.9203 I 390 9206 T	. OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS ENERGIA ELETRICA AGUA E ESGOTO TELEFONIA E TELEX	1 2.021.522,67 1 T 9.250.06 T		L T
390.9212 I	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1 4.241,62 I		Ī
390.9213 I	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	I 349,56 I		Ī
390.9300 I 390.9308 I	INDENIZACOES E RESILIUICOES INDENIZACOES	I 4.772,30 I 4.772,30 I		I I
391.0000 I	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F	Į , , , į	0,00	I -
I 391.3900 T	UNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORC. FISCAL E DA SEG. SOCIAL OUTROS SERVICOS DE TERCETROS - PESSOA JURIDICA	I O OO T		<u>L</u> T
391.9000 I	REPASSE PARA COBERTURA DE DEFICIT FINANCEIRO DO RPPS	0,00 I		Ī
000.0000 I	DESPESAS DE CAPITAL	Į Į		I 891.261,
400.0000 I 490.0000 T	. INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS	i I I T	891.261,75	ı 891.261, I
400 E200 T	FOULDAMENTOS E MATERIAL DERMANENTE	T 891.261.75 T	031.201/73	Т

	T A D ENSORIA		PAR	A N	I A																		(ANEXO	2 DA LEI	N. 4.320/6	54)
I O I	7010000 N		ORIA F			D	A		D	E	s	P	Е	s	A	-	 POR	?	ORGAO					I REF. I PAG. I DATA	-	A816 I 3 I '2017 I
I C	ODIGO	I	 	E	S	P	E	C	I	F	I	C	A	C	A	0	 		I ELEMENT	O DE DESPESA RS	I	MODALIDADE APLICACAO -			IA ECONOMI E DESPESA	
I 4 I 4 I 4 I 4	490.521 490.523 490.523 490.523 490.524 490.525	0 I 2 I 5 I 2 I	APARE MAQUI MAQUI EQUIF MOBII PECAS	NAS NAS AMEN	E E E E ITOS	QUI QUI DE M G	PAME PAME PRO ERAL	NTO NTO CES	S EI S GI SAMI	NERO RAFI ENTO	GET: I COS D DI	ICO S E D		s						56.593,3 1.740,0 3.500,0 695.742,4 81.792,0 51.894,0	0 I 0 I 4 I 0 I			I I I I I I		I I I I I I
İ		Ī		T	0	ΤА	L	D.	A	U I	N I	D i	A D	E		01		:	I T		Ţ			I T	64.080.28	33,83 I
Ĭ		Ī		Τ	. 0	ΤA	L	D	С	O I	R G	A	0	0	7				İ I		Ĭ			I I	64.080.28	33,83 I

10. Demonstrativos de Despesas

	TADO DO PARANA ENSORIA PUBLICA (ANEXO 2 DA LEI N. 4.320/64)											
	DEFENSORIA PUBLICA TUREZADA DESPESA-POR		I	REF SIA815 I PAG 1 I DATA - 31/12/2017 I								
I CODIGO	I ESPECIFICACAO I	I ELEMENTO DE DESPESA I I RS I	MODALIDADE DE I APLICACAO - RS I	CATEGORIA ECONOMICA E I GRUPO DE DESPESA - RS I								
I 07 I 07010000 I 3000.0000 I 3190.0000 I 3190.1100 I 3190.1300 I 3190.1300 I 3190.9200 I 3191.0000 I 3191.0000 I 3191.300 I 3191.300 I 3191.300 I 3191.300 I 3191.300 I 3390.300 I 3390.300 I 3390.3600 I 3390.3600	DEFENSORIA PUBLICA I DEFENSORIA PUBLICA I DESPESAS CORRENTES I PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICACOES DIRETAS I VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGACOES PATRONAIS OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES I INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTID. INTEG. ORG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL OBRIGACOES PATRONAIS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS DIARIAS - PESSOAL CIVIL MATERIAL DE CONSUMO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA LOCACAO DE MAO-DE-OBRA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA AUXILIO-ALIMENTACAO OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS AUXILIO-TRANSPORTE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES INDENIZACOES E RESTITUICOES APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F INDENIZACOES E RESTITUICOES APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F IUNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORC. FISCAL E DA SEG. SOCIAL		38.305.558,67 II II II II II II II II II II II II II	GROPO DE DESPESA - RS 1 I I I G3.189.022,08 I 42.572.374,66 I I I I I I I I I I I I I I I								
1 3391.9000 I 4000.0000 I 4400.0000 I 4490.0000 I 4490.5200	I REPASSE PARA COBERTURA DE DEFICIT FINANCEIRO DO RPPS DESPESAS DE CAPITAL I NVESTIMENTOS DESTRUCCION DEST	0,00 t 1 0,00 t 1 1 1 1 1 1 1 891.261,75 t 1	‡ I I 891.261,75 I 	891.261,75 I 891.261,75 I I I								
I	I TOTAL DA UNIDADE 01	I	I	64.080.283,83 I								

TOTAL DO ORGAO 07

11. Comparativo da Receita



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenação Geral de Administração Departamento Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a Unidade Orçamentária 0701 - Defensoria Pública - não arrecadou receitas de qualquer natureza, sendo todos os recursos oriundos de transferências Tesouro do Estado.

Curitiba, 15 de março de 2018.

Departamento Financeiro

12. Comparativo de Despesas		

I COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA I EL 107010000 - DEFENSORIA PUBLICA I DE 107010000 - DEFENSORIA PUBLICA									
I	I TITULOS	I AUTC	ORIZADA - RS]	i I			
I I I	I I TITULOS I I	ICREDITOS ORCAMENTARIOS I I E SUPLEMENTARES I	REALIZADA - RS I	DIFERENCA - RS I					
Į Į	I T	Į Į	Ţ	Į	I T	I T			
I 07	I DEFENSORIA PUBLICA	i i	. İ	Ī	j	i İ /			
	I DEFENSORIA PUBLICA	I I	I	I		Ĺ			
I 3000.0000	I DEFENSORIA PUBLICA) I DESPESAS CORRENTES) I PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS) I APLICACOES DIRETAS) I VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	f 63.741.257,00 I	0,00 I	63.741.257,00 I	63.189.022,08]	552.234,92- I			
I 3100.0000 I 3190.0000) I PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS) I APLICACOES DIRETAS	1 42.806.542,00 I	0,00 1	42.806.542,00 I	42.5/2.3/4,66 1	234.167,34-1			
I 3190.0000	I APLICACUES DIREIAS I TENTOTMENTOS E TANTOSCENIS ETYNS - DESSONI, CTITI.	1 38.514.301,00 I	0,00 1	38.514.301,00 I	38.303.330,07 1 30.670.540.36 7	. 200.022,33- 1 105.762.64- T			
I 3190.1100) I VENCLIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL) I OBRIGACOES PATRONAIS :	92.463.00 T	0.00 I	30.776.312,00 I 92 463.00 T	30.670.5±2,30 ± 86.552.91 ₹	. 105.762,04- 1 г 5 910.09- Т			
I 3190.1600) I OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL :	5.052.615,00 Ī	ŏ,ŏŏ ī	5.052.615,00 Ī	4.993.733,44 7	58.881,56- 1			
I 3190.9200) I DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	I 2.469.281,00 I	0,00 I	2.469.281,00 I	2.446.400,33 J	i 22.880,67- I			
I 3190.9400) I INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS) I APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ORGAOS, FUNDOS E	I 121.710,00 I	0,00 I	121.710,00 I	108.322,63]	13.387,37- I			
I 3191.0000	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ORGAOS, FUNDOS E	I 4.294.161,00 I	0,00 I	4.294.161,00 I	4.266.815,99 J	27.345,01- I			
<u>I</u>	I ENTID. INTEG. ORG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	I I	I	I		. I			
I 3191.1300	OBRIGACOES PATRONAIS	<u>f</u> 4.213.311,00 <u>t</u>	0,00 ±	4.213.311,00 1	4.203.824,08 J	9.486,92- <u>1</u>			
I 3191.9200) I DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	80.850,00 1	0,00 ±	80.850,00 1	62.991,91 1	17.858,U9- 1			
I 3300.0000 I 3390.0000) I OUTRAS DESPESAS CORRENTES) I APLICACOES DIRETAS :	1 20.934.715,00 I	0,00 T	20.934./15,00 1	20.616.647.42 1	. 318.Ub/,58- 1			
I 3390.0000 I 3390.1400) I APLICACUES DIRETAS) I DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1 20.924.715,00 1 77 707 00 T	0,00 ±	20.924.715,00 i 77 707 00 T	∠U.blb.b47,4∠ ⊥ 58 812 13 ™	. 308.067,30- ± 5			
I 3390.1400) I MATERIAL DE CONSUMO :	777 273 200 00 T	0,00 ±	273 200 00 T	262 536 15 T	10 663 85- T			
I 3390.3300) I PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	T 162.767.00 T	0.00 T	162.767.00 T	135,159,55	r 27.607.45- T			
I 3390.3600) I OUTROS SERVICOS DE TERCETROS - PESSOA FISICA	1 2.664.001,00 Ī	ŏ,ŏŏ Ī	2.664.001,00 Ī	2.651.675,51	12.325,49- Ī			
I 3390.3700) I LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	I 2.488.303,00 I	0,00 I	2.488.303,00 I	2.453.302,64 J	35.000,36- I			
I 3390.3900) I OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	I 8.760.284,00 I	0,00 I	8.760.284,00 I	8.674.780,49]	85.503,51- I			
I 3390.4600) I AUXILIO-ALIMENTACAO	I 2.849.249,00 I	0,00 I	2.849.249,00 I	2.844.401,72 J	4.847,28- I			
I 3390.4700	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	I 653,00 I	0,00 I	653,00 I	652,09 J	0,91- I			
I 3390.4900) I AUXILIO-TRANSPORTE	<u>I</u> 1.577.980,00 <u>I</u>	0,00 ±	1.577.980,00 1	1.485.190,93 』	92.789,07-1			
I 3390.9200	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.036.069,00 1	0,00 ±	2.036.069,00 1	2.035.363,91 1	. '/05,09- I			
I 3390.9300) I INDENIZACOES E RESTITUICOES :	10,000,00 T	0,00 1	34.502,00 1	4.//2,30 1	. 29.729,70- ±			
I 3391.0000) I APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F I UNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORC. FISCAL E DA SEG. SOCIAL	10.000,00 ‡	0,00 ‡	10.000,00 ‡	0,00 1	. 10.000,00- ±			
I 3391.3900	OUTROS SERVICOS DE TERCETROS - PESSOA JURIDICA	1 0 00 T	0.00 ±	0 00 ±	0.00	· 0.00 ±			
I 3391.3900) I REPASSE PARA COBERTURA DE DEFICIT FINANCEIRO DO RPPS :	10 000 00 T	0,00 ±	10 000 00 T	0,00 1	10 000 00- T			
I 4000.0000) I DESPESAS DE CAPITAL :	1.735.000,00 I	0.00 İ	1.735.000,00 I	891.261.75	843.738.25- I			
I 4400.0000) I INVESTIMENTOS	I 1.735.000.00 I	0.00 I	1.735.000.00 I	891.261.75	i 843.738.25- I			
I 4490.0000) I APLICACOES DIRETAS	I 1.735.000,00 I	0,00 I	1.735.000,00 I	891.261,75 J	843.738,25- I			
I 4490.5200) I EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	I 1.735.000,00 I	0,00 I	1.735.000,00 I	891.261,75 J	843.738,25- I			
Ī	Ī .	ĪĪ-	<u>-</u> <u>i</u>	<u>-</u> <u>-</u> <u>-</u> <u>I</u> -	J	<u>-</u> <u>-</u>			
Ī	I TOTAL DA UNIDADE 01	I 65.476.257,00 I I I I I I I I I I I I I I I I I I	0,00 <u>I</u>	65.476.257,00 <u>I</u>	64.080.283,83 <u>I</u>	_ 1.395.973,17- <u>I</u>			
Ť		<u>†</u>	<u> </u>	<u>†</u>	<u> </u>	<u>.</u> ‡ !			
Ī	DEFENSORIA PUBLICA DEFENSORIA PUBLICA DEFENSORIA PUBLICA DESPESAS CORRENTES I PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS APLICACOES DIREITAS I VENCIMENTIOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OERIGACOES PATRONAIS UVENCIMENTIOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES I DUBNIZACOES E RESTITULICOES TRABALHISTAS I NDENIZACOES E RESTITULICOES TRABALHISTAS APLIC. DIREITA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTID. INTEG. ORG. FISCAL E SECURIDADE SOCIAL OERIGACOES PATRONAIS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES UUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIREITAS I APLICACOES DIREITAS DIARIAS - PESSOAL CIVIL MATERIAL DE CONSUMO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO COUROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA LOCACAO DE MAO-DE-ORRA UUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA AUXILIO-ALIMENTACAO OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONIRIBUTIVAS AUXILIO-TRANSPORTE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES INDENIZACOES E RESTITULICOES APLICACAO DIREITA DECORRANTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F UNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORC. FISCAL E DA SEG. SOCIAL CUIROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA REPASSE PARA CODERTURA DECORRANTE DE OPERACAO ENTRE ORGAOS, F UNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORC. FISCAL E DA SEG. SOCIAL CUIROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA REPASSE PARA CODERTURA DE DEFICIT FINANCEIRO DO RPPS DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS APLICACACOES DIREITAS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TOTAL DA UNIDADE 01 TOTAL DA UNIDADE 01	I 65.476.257,00 I	0,00 <u>I</u>	65.476.257,00 I	64.080.283,83]	I 1.395.973,17- I			

13. Comparativo de Despesas por espécie

		,				
I I I I 07010000 - 1	COMPARATIVO DA DESPESA A POR PROJETO / ATTVIDADE - SECUNDO DEFENSORIA PUBLICA					REF SIA846 I PAG 1 I DATA - 31/12/2017 I I
I CODIGO	I I TITULOS	I AUTO	ORIZADA-	R S į	<u>i</u> ,	I I
I PROJETO / I ATIVIDADE	I	ICREDITOS ORCAMENTARIOSI I E SUPLEMENTARES I	CREDITOS ESPECIAIS I E EXTRAORDINARIOS J	TOTAL I	I REALIZADA - RS I I I I	I DIFERENCA - RS I
I 07 I 0701 I 4008SASA I	I DEFENSORIA PUBLICA I DEFENSORIA PUBLICA I GESTAO DA DEFENSORIA PUBLICA I OUTRAS DESPESAS CORRENTES I 100-ORDINARIO NAO VINCULADO	I I I I I I I I I I I I I I I I I I I			I I I I I I I I I 170.590,00 I	
I T	I TOTAL DA ESPECIE 3			I 0,00 I II	I 170.590,00 I II	
I I 40080000 I	I TOTAL DO PROJETO/ATTVIDADE 4008SASA I GESTAO DA DEFENSORIA PUBLICA I PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00 I I I	0,00 I I I I	I 170.590,00 I I I I I	I 170.590,00 I I I I I
I I I	I 100-ORDINARIO NAO VINCULADO I 147-RECEITAS RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTADO POR I TOTAL DA ESPECIE 1 I OUTRAS DESPESAS CORRENTES	I 39.306.542,00 I I 3.500.000,00 I I 42.806.542,00 I	0,00 I	I 3.500.000,00 I	I 3.441.118,44 I	I 58.881,56 I
Ī I I	I 100-ORDINARIO NAO VINCULADO I 147-RECEITAS RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTADO POR I TOTAL DA ESPECIE 3 I INVESTIMENTOS	I 17.293.458,00 I I 3.631.257,00 I I 20.924.715,00 I I I	0,00 I 0,00 I I	I 3.631.257,00 I I 20.924.715,00 I I I	I 3.499.245,74 I I 20.446.057,42 I I I	I 132.011,26 I I 478.657,58 I I I
I I I	I 125-VENDA DE ACOES E/OU DEVOLUCAO DO CAPITAL SUBSCRITO I 147-RECEITAS RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTADO POR I TOTAL DA ESPECIE 4	I 830.000,00 I I 905.000,00 I I 1.735.000,00 I				
I I 92080000 I	I TOTAL DO PROJETO/ATTVIDADE 40080000 I ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - DEFENSORIA I OUTRAS DESPESAS CORRENTES	I 65.466.257,00 I I I	0,00 I I	I 65.466.257,00 I I I	I 63.909.693,83 I I I T	I 1.556.563,17 I I I I I
I I T	I 100-ORDINARIO NAO VINCULADO I TOTAL DA ESPECTE 3	I 10.000,00 I I 10.000,00 I	0,00 I 0,00 I	I I 10.000,00 I I 10.000,00 I I 10.000,00 I		10.000,00 I I 10.000,00 I
I T	I TOTAL DO PROJETO/ATIVIDADE 92080000	<u>I</u> 10.000,00 <u>I</u>	0,00 <u>i</u>	<u>I</u> 10.000,00 <u>I</u>	<u> </u>	<u>I</u> 10.000,00 <u>I</u>
Ţ	I TOTAL DA UNIDADE 07010000	I 65.476.257,00 I II I 65.476.257,00 I	0,00 İ	65.476.257,00 J	64.080.283,83 7	ſ 1.395.973,17 Ĭ
Ī	I TOTAL DO ORGÃO 07	I 65.476.257,00 I	0,00 1	I 65.476.257,00 I	64.080.283,83	ſ 1.395.973,17 Ĭ

14. Demonstrativo da Dívida Pública



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenação Geral de Administração Departamento Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a Unidade Orçamentária 0701 - Defensoria Pública - não possui dívida fundada, nos termos do Artigo 98 da Lei 4.320/64.

Curitiba, 05 de março de 2018.

Departamento Financeiro

15. Relação de Restos a Paga	ar	

EMONSTRATIV RGAO - NTDADE -	O DA INSCRICAO 1 07 DEFI 07.00 DEF	EM RESTOS A PAGAR - POI ENSORIA PUBLICA FINSORIA PUBLICA	R EXERCICIO, C	REDOR E EMPENHO)	* REF. · I PAG. · I MES · I	
EXERCICIO	I CD.CREDOR I	NOME	DO CRE	D O R		VALORES A PAGAR	
META	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	I DESPESA	I PROJETO	I FONTE I	PROCESSADO IDIFI NAO	PROCESSADO
2016						CNPJ= 04.231.640/0001-63 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	
2016	10012927 16/06/2016 01/09/2016 18/11/2016 18/11/2016 TOTAL DO	BEIRON TECNOLOGIA EM 07.00.0000/6/00495-1 07.00.0000/6/00625-1 07.00.0000/6/00764-1 07.00.0000/6/00765-1 CREDOR:	3390.3702 3390.3702 3390.9213 3390.9213	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	147 147 100 100	CNRJ= 03.229.363/0001-91 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	164 3
2016	10123713 01/11/2016 TOTAL DO	CASA DA MOEDA DO BRAS 07.00.0000/6/00735-1 CREDOR :	3390.3044			CNPJ= 34.164.319/0001-74 0,00 0,00	49.553, 49.553,
2016		CREDOR:				CPF= 118.919.457-00 0,00 0,00	512, 512,
2016	10160672 21/07/2016 TOTAL DO					CPF= 094.502.209-30 0,00 0,00	13,6 13,6
2016							683,6 683,6
2016	10014635 28/03/2016 28/03/2016 23/05/2016 23/05/2016 TOTAL DO	PLANSERVICE TERCEIRIZ 07.00.0000/6/00317-1 07.00.0000/6/00318-1 07.00.0000/6/00430-1 07.00.0000/6/00431-1 CREDOR:	ZACAO DE SERVIO 3390.3701 3390.3704 3390.3701 3390.3704	200S S/C LTDA 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100	CNRJ= 04.970.088/0001-25 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	1.251,5 785,7 1.669,4 449,3 4.155,9
TOTAL	DA UNIDADE :					0,00	60.255,8
TOTAL	DO ORGÃO :					0,00	60.255,8
RESUM	O GERAL DO EXER	CICIO POR FONTE			100 147 148	0,00 0,00 0,00	7.045,1 2.460,6 50.750,0
					TOTAL	0,00	60.255,8

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTECRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF										
I DEMONSTRATIVION ORGAO - I UNIDADE - I SUBUNIDADE	ODA INSCRICAO E - 07 DEFE - 07.00 DEFE - 07.00.0000 DEFE	M RESTOS A PAGAR - POR I INSORIA PUBLICA INSORIA PUBLICA INSORIA PUBLICA DO ESTADO	EXERCICIO, CREI O DO PARANA			I REF. I PAG. I MES	- SIA220 I - 2 I - 12/2017 I I			
I EXERCICIO	I CD.CREDOR I	NOME	DO CRED	O R		VALORES A PAGAR	Ĭ			
i META	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	I DESPESA I	PROJETO	I FONTE I	VALORES A PAGAR	PROCESSADO I			
2017	10209307 31/08/2017 31/08/2017 TOTAL DO	MAIS EMPREENDIMENTOS 1 07.00.0000/7/00549-2 07.00.0000/7/00550-1 CREDOR :	IMOBILIARIOS II 3390.3910 3390.3955	IDA - ME 4008.0000 4008.0000	100 100	CNRJ= 17.217.968/0001-77 0,00 0,00 0,00 0,00	12.000,00 1.728,84 13.728,84			
2017	10184169 26/06/2017 26/06/2017 TOTAL DO	A. PICOLOTIO 07.00.0000/7/00443-1 07.00.0000/7/00444-1 CREDOR:	3390.3917 3390.3917	4008.0000 4008.0000	100 100	CNPJ= 20.447.746/0001-55 0,00 0,00 0,00 0,00	3.105,00 1.245,03 4.350,03			
2017	10206858 11/07/2017 08/08/2017 TOTAL DO	ADQUIRA IMOBILIARIA EIF 07.00.0000/7/00456-1 07.00.0000/7/00504-2 CREDOR:	RELI ME 3390.3615 3390.3655	4008.0000 4008.0000	147 147	CNPJ= 20.110.699/0001-50 0,00 0,00 0,00 0,00	34.092,74 633,71 34.726,45			
2017	10034109 21/02/2017 TOTAL DO	AGUA MINERAL TIMBU LIDA 07.00.0000/7/00207-1 CREDOR:	A. 3390.3007	4008.0000	100	CNRJ= 76.593.409/0001-20 0,00 0,00	507,40 507,40			
2017	10172344 14/07/2017 TOTAL DO	ALEXANDRE & TAVARES LIT 07.00.0000/7/00468-2 CREDOR:	OA - ME 3390.3007	4008.0000	147	CNPJ= 21.600.616/0001-73 0,00 0,00	855,00 855,00			
2017	92054640 31/01/2017 31/01/2017 31/01/2017 31/01/2017 19/04/2017 19/04/2017 19/04/2017 19/04/2017 19/04/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017 07/11/2017	AIMAQ EQUIPAMENTOS PARZ 07.00.0000/7/00111-1 07.00.0000/7/00112-1 07.00.0000/7/00113-1 07.00.0000/7/00116-1 07.00.0000/7/00310-1 07.00.0000/7/00312-1 07.00.0000/7/00313-1 07.00.0000/7/00313-1 07.00.0000/7/00315-1 07.00.0000/7/00675-1 07.00.0000/7/00676-1 07.00.0000/7/00676-1 07.00.0000/7/00678-2 07.00.0000/7/00678-2 07.00.0000/7/00680-1 07.00.0000/7/00681-2 CREDOR :	A ESCRITORIO II 3390, 3983 3390, 3983	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	CNRJ= 84.968.874/0001-27 0,00	2.709,68 15.395,95 178,25 19.256,53 2.605,80 595,34 452,00 58,01 1.598,99 2.008,30 15.232,05 4.526,50 3.082,40 1.926,50 6.517,36 6.517,36 76.528,96			
2017	10128493 31/01/2017 19/06/2017 19/06/2017 19/06/2017 19/06/2017 12/07/2017 12/07/2017 12/07/2017 25/07/2017 25/07/2017 21/09/2017	ANDRADE SERVICOS CERAIS 07.00.0000/7/00120-1 07.00.0000/7/00413-1 07.00.0000/7/00414-1 07.00.0000/7/00416-1 07.00.0000/7/00416-1 07.00.0000/7/00460-1 07.00.0000/7/00461-1 07.00.0000/7/00461-1 07.00.0000/7/00462-1 07.00.0000/7/00474-1 07.00.0000/7/00567-1 CREDOR:	3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701 3390.3701	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	CNRU= 04.231.640/0001-63 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 220,62 0,00 0,00 0,00 0,00 581,36 240,12 1.042,10	213,54 1.598,78 1.933,47 644,49 2.988,62 11,40 7,31 11,00 5.848,87 2.672,26 15.929,74			
2017	10209402 24/11/2017 TOTAL DO	ANGELA RAQUEL ALVES TOF 07.00.0000/7/00707-1	RO - ME	4008.0000	147	CNRJ= 23.449.261/0001-99 0,00 0,00	330,00 330,00			
2017	10213108 01/12/2017 TOTAL DO	ASSOCIACAO BENEFICENTE 07.00.0000/7/00782-1 CREDOR:	SAO FRANCISCO 3390.3950	DE ASSIS 4008.SASA	100	CNRJ= 06.019.110/0001-81 0,00 0,00	850,00 850,00			
2017	10086713 31/01/2017 TOTAL DO	BANCO DO BRASIL 07.00.0000/7/00121-1 CREDOR:	3390.3981	4008.0000	100	CNPJ= 00.000.000/5084-97 0,00 0,00	1.441,93 1.441,93			
2017	10012927 31/01/2017	BETRON TECNOLOGIA EM SE 07.00.0000/7/00122-1	EGURANCA LIDA 3390.3977	4008.0000	100	CNRJ= 03.229.363/0001-91 0,00	937,36			

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF										
I DEMONSTRAT: I ORGAO I UNIDADE I STRUNTDADE	IVO DA INSCRICAO I - 07 DEFI - 07.00 DEFI - 07.00 0000 DEFI	M RESTOS A PAGAR - POR INSORIA PUBLICA INSORIA PUBLICA INSORIA PUBLICA DO ESTAI	EXERCICIO, CRED	OR E EMPENHO		I REF. I PAG. I MES	- SIA220 I - 3 I - 12/2017 I			
i EXERCICIO	I CD.CREDOR I	NOME	DO CRED	0 R	* I	VALORES A PAGAR	* I			
I META	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	I DESPESA I	PROJETO	I FONTE I	PROCESSADO IDIFI NAC	PROCESSADO I			
2017					100 100 100 100 100 100 100	CNPJ= 03.229.363/0001-91 0,00 0,00 0,00 5.311,39 0,00 0,00 0,00 5.311,39	117.537,26 40.874,83 4.423,47 66.763,14 6.093,88 340,39 149,15 237.119,48			
2017	99383135 27/11/2017 27/11/2017	BRANELLO AUTO CENTER I 07.00.0000/7/00710-1 07.00.0000/7/00711-1 CREDOR :	ערודי.			CNTDT_ 02 726 60E/0001 62				
2017	10162666 21/08/2017 TOTAL DO	BROMILDA POSSATO LOPES 07.00.0000/7/00514-1 CREDOR :	3390.3615	4008.0000	100	CPF= 929.093.299-68 0,00 0,00	5.828,12 5.828,12			
2017	10190182 08/03/2017 16/03/2017 16/03/2017 16/03/2017 29/05/2017 29/05/2017 TOTAL DO	BUFFALO COMERCIO E SEI 07.00.0000/7/00246-1 07.00.0000/7/00257-1 07.00.0000/7/00258-2 07.00.0000/7/00259-1 07.00.0000/7/00389-1 07.00.0000/7/00390-2 CREDOR:	RVICOS LIDA ME 3390.3024 3390.3916 3390.3024 3390.3024 3390.3916 3390.3916	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100 100 100	CNRJ= 07.481.098/0001-95 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	28,00 120,00 112,00 386,00 600,00 560,00 1.806,00			
2017		CREDOR:			100	CPF= 276.171.499-72 0,00 0,00	4.218,79 4.218,79			
2017	10162665 21/08/2017 TOTAL DO	CARLOS LOPES 07.00.0000/7/00515-1 CREDOR :	3390.3615	4008.0000	100	CPF= 021.958.449-49 0,00 0,00	5.828,14 5.828,14			
2017	10132874 16/11/2017 TOTAL DO	CATUAI IMOVEIS LITDA 07.00.0000/7/00691-1 CREDOR :	3390.3910	4008.0000		CNPJ= 15.578.442/0001-97 0,00 0,00	19.393,43 19.393,43			
2017	99194464 31/01/2017 27/11/2017 TOTAL DO	CBL - COMPANHIA BRASII 07.00.0000/7/00133-1 07.00.0000/7/00714-2 CREDOR :	LEIRA DE LOGISTI 3390.3910 3390.3910	CA S/A. 4008.0000 4008.0000	100 100	CNRJ= 03.649.445/0001-95 0,00 0,00 0,00 0,00	20.651,64 161,99 20.813,63			
2017	99527552 02/01/2017 TOTAL DO	CEMIL - CENTRO MEDICO 07.00.0000/7/00084-1 CREDOR :	MATERNO INFANTI 3390.3950	L LTDA 4008.SASA	100	0,00 CNRJ= 77.647.865/0001-79 0,00 0,00	302,98 302,98			
2017	10114263 06/06/2017 TOTAL DO		EL LIDA 3390.3950	4008.SASA	100	CNPJ= 08.911.792/0001-68 0,00 0,00	1.779,64 1.779,64			
2017	91000644 26/04/2017 26/04/2017 06/09/2017 TOTAL DO	07.00.0000/7/00345-1 07.00.0000/7/00346-1 07.00.0000/7/00557-1	MPRESA-ESCOLA N 3390.3607 3390.4907 3390.3905	O PARANA CIE 4008.0000 4008.0000 4008.0000	E 147 100 100	CNRJ= 76.610.591/0001-80 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	41.601,76 14.329,50 9.805,71 65.736,97			
2017	10066679 02/06/2017 TOTAL DO	CLARO S/A 07.00.0000/7/00395-1 CREDOR:	3390.3958	4008.0000	100	CNPJ= 40.432.544/0001-47 0,00 0,00	14.374,04 14.374,04			
2017	10215418 30/11/2017 TOTAL DO	CLAUDIO DA SILVA LEITE 07.00.0000/7/00762-1 CREDOR:	E 95424032915 3390.3916	4008.0000	100	CNPJ= 24.939.739/0001-21 0,00 0,00	250,00 250,00			
2017	10149160 07/11/2017	COMERCIAL ONIX LIDA - 07.00.0000/7/00674-1	EPP 3390.3016	4008.0000	147	CNPJ= 17.659.287/0001-69 288,00	0,00			

SECRETARIA DE	ESTADO DA FAZEN	DA - SISTEMAS INTEGRADO	OS DE ACOMPANHA	AMENTO FINANCE	IRO - SIAF		*	*
I ORGAO I UNIDADE	- 07 DEF - 07.00 DEF	EM RESTOS A PAGAR - POR E ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA DO ESTADO	•				I REF. I PAG. I MES	- SIA220 I - 4 I - 12/2017 I
i exercicio	I CD.CREDOR I	NOME	DO CRED	0 R	* I	VALORES A	A PAGAR	*I
I META	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	I DESPESA I	PROJETO	I FONTE I	PROCESSADO	IDIFI NAO	PROCESSADO I
*		CREDOR:				288,00		0,00
2017	91000016 13/02/2017 TOTAL DO	COMPANHIA DE TECNOL. DA 07.00.0000/7/00194-2 CREDOR:	A INFORM. E COM 3390.3957	MUNIC. DO PARA 4008.0000	NA-CELEPAR 100	CNRJ= 76.545.01 0,00 0,00	1/0001-19	53.866,90 53.866,90
2017	98405546 14/03/2017 14/03/2017 TOTAL DO	COMPANHIA ULTRACAZ S/A 07.00.0000/7/00250-1 07.00.0000/7/00251-1 CREDOR:	3390.3004		100	CNPJ= 61.602.199 0,00 0,00 0,00		274,50 115,10 389,60
2017	10188665 15/02/2017 22/11/2017 23/11/2017 TOTAL DO	CONDOMINIO EDIFICIO BEI 07.00.0000/7/00196-1 07.00.0000/7/00699-1 07.00.0000/7/00702-1 CREDOR:	3390.3902 3390.9308 3390.3902	4008.0000		CNRJ= 22.695.71: 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00		740,40 90,70 198,90 1.030,00
2017	10209095 30/11/2017 TOTAL DO	CONSTRUIORA CIDADES LIT 07.00.0000/7/00755-1 CREDOR:	DA - ME 4490.5251	4008.0000	147	CNPU= 15.573.679 0,00 0,00	•	29.821,50 29.821,50
2017	99387963 31/01/2017 TOTAL DO	COPEL DISTRIBUICAO S/A 07.00.0000/7/00137-1 CREDOR:	3390.3943	4008.0000	100	CNPU= 04.368.898 0,00 0,00	•	19.863,14 19.863,14
2017	10040302 31/01/2017 TOTAL DO	COPEL TELECOMUNICACOES 07.00.0000/7/00138-1 CREDOR:	S.A. 3390.3958	4008.0000	100	CNPJ= 04.368.869 0,00 0,00		40.658,09 40.658,09
2017	10031859 10/07/2017 TOTAL DO	CRUZ VERMELHA 07.00.0000/7/00492-1 CREDOR:	3390.3950	4008.SASA	100	CNPJ= 07.404.053 0,00 0,00	·	17.799,60 17.799,60
2017	10074061 28/11/2017 28/11/2017 TOTAL DO	DATEN TECNOLOGIA LTDA 07.00.0000/7/00745-1 07.00.0000/7/00746-1 CREDOR:	4490.5235 4490.5235	4008.0000 4008.0000	147 147	CNPJ= 04.602.789 0,00 0,00 0,00	•	269.854,20 5.686,70 275.540,90
2017	93035593 28/08/2017 TOTAL DO	DEPARIAMENIO DE IMPRENS 07.00.0000/7/00527-1 CREDOR :		4008.0000		CNPU= 76.437.383 0,00 0,00		5.492,00 5.492,00
2017	10189133 30/11/2017 TOTAL DO	DIGISEC CERTIFICACAO DI 07.00.0000/7/00763-1 CREDOR :		4008.0000		CNPU= 18.799.89 0,00 0,00	•	10.049,10 10.049,10
2017	10193085 02/01/2017 31/01/2017 13/09/2017 TOTAL DO	DOUGLAS ALVES COUTINHO 07.00.0000/7/00045-1 07.00.0000/7/00140-1 07.00.0000/7/00560-1 CREDOR:	3390.3919	4008.0000	100	CNRJ= 15.286.26 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00		207,50 4.510,00 5.160,00 9.877,50
2017	10169918 31/01/2017 TOTAL DO	DUMOND ADMINISTRADORA I 07.00.0000/7/00141-1 CREDOR :			100	CNRJ= 16.455.92 0,00 0,00	·	8.233,08 8.233,08
2017	91021552 19/06/2017 TOTAL DO	EDITORA JORNAL DO ESTAI 07.00.0000/7/00419-1 CREDOR :	OO LIIDA 3390.3947	4008.0000	100	CNRJ= 76.637.309 0,00 0,00		360,00 360,00
2017	96169523 13/11/2017 TOTAL DO	EDITORA REVISTA DOS TRI 07.00.0000/7/00688-1 CREDOR :	IBUNAIS LITDA 3390.3901	4008.0000	100	CNRJ= 60.501.293 0,00 0,00	3/0001-12	117.450,00 117.450,00
2017	10153394 31/01/2017 16/11/2017 TOTAL DO	ELSO THOMANN LOCACAO DE 07.00.0000/7/00143-1 07.00.0000/7/00690-1 CREDOR:	E IMOVEIS LIDA. 3390.3910 3390.3910	4008.0000 4008.0000	100 100	CNPJ= 82.230.91: 0,00 0,00 0,00	3/0001-69	17.454,11 2.815,18 20.269,29
2017	10213845 30/11/2017	EMERSON FERREIRA DE ARA 07.00.0000/7/00753-1	AUJO - ME 3390.3917	4008.0000	100	CNPU= 11.626.042 0,00	2/0001-59	7.991,00

SECRETARIA DE	ESTADO DA FAZENI	DA - SISTEMAS INTEGRA	DOS DE ACOMPANHA	AMENIO FINANCE	IRO - SIAF	*	*
I ORGAO	- 07 DEFI	EM RESTOS A PAGAR - POR ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA	·			I REF. I PAG.	- SIA220 I - 5 I - 12/2017 I
I SUBUNIDADE	- 07.00.0000 DEF	ENSORIA PUBLICA DO ESTA	DO DO PARANA 		<u>*</u>	I MES I	<u>*</u>
I EXERCICIO	I CD.CREDOR I	N O M E	DO CRED -*	OR *	.**	VALORES A PAGAR *** PROCESSADO IDIFI NA	I
I META *	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	I DESPESA]	I PROJETO *	I FONTE I	PROCESSADO IDIFI NA	O PROCESSADO I
	TOTAL DO	CREDOR:				0,00	7.991,00
2017	10098538 21/08/2017 TOTAL DO	EMPARSEG VIGILANCIA LI 07.00.0000/7/00513-1 CREDOR:	3390.3702			CNRJ= 08.511.830/0001-95 0,00 0,00	87.520,92 87.520,92
2017	91027810 26/06/2017 TOTAL DO	CREDOR:	3390.3947	4008.0000	100	CNPJ= 34.028.316/0020-76 0,00 0,00	
2017	10206304 28/08/2017 TOTAL DO	ENERGISA SUL-SUDESTE 07.00.0000/7/00526-1 CREDOR:	3390.3943	4008.0000	100	CNPU= 07.282.377/0001-20 0,00 0,00	2.702,28 2.702,28
2017	10162682 31/01/2017 17/08/2017 TOTAL DO	ERALDO IMOVEIS LIDA. 07.00.0000/7/00145-1 07.00.0000/7/00512-1 CREDOR:	3390.3910 3390.3910	4008.0000 4008.0000	100 100	CNPJ= 11.093.423/0001-10 0,00 0,00 0,00 0,00	4.159,26 584,91 4.744,17
2017	10016031 13/07/2017 TOTAL DO	ESTACIONAMENTO PLAZA 107.00.0000/7/00467-1 CREDOR :	LTDA 3390.3919 	4008.0000	100	CNRJ= 76.668.995/0001-25 0,00 0,00	8.006,00 8.006,00
2017	10080403 27/09/2017 TOTAL DO	EXTINORPI EXTINIORES 1 07.00.0000/7/00596-1 CREDOR:	3390.3004	4008.0000	147	CNRJ= 10.950.199/0001-72 0,00 0,00	
2017	10207919 04/08/2017 TOTAL DO	FERNANDO CESAR SANTOS 07.00.0000/7/00498-1 CREDOR:	BATISTA 3390.3622	4008.0000	100	CPF= 040.369.179-60 0,00 0,00	330,00 330,00
2017	10139910 31/01/2017 02/10/2017 TOTAL DO	FERNANDO MANUEL QUARE 07.00.0000/7/00147-1 07.00.0000/7/00603-1 CREDOR :	SMA ROQUE 3390.3615 3390.3615	4008.0000 4008.0000	100 100	CPF= 002.516.238-15 0,00 0,00 0,00 0,00	2.825,00 607,14 3.432,14
2017	90005630 15/12/2017 TOTAL DO	FOLHA DE PAGAMENTO 07.00.0000/7/00788-1 CREDOR:	3190.1121		100	CPF= 1.825,32 1.825,32	0,00 0,00
2017	10059118 02/01/2017 22/11/2017 TOTAL DO		3390.3919 3390.3969	4008.0000	100 147	CNPJ= 90.180.605/0001-02 0,00 0,00 0,00	
2017	98402030 31/08/2017 TOTAL DO	GERALDO BELARMINO EXT. 07.00.0000/7/00551-1 CREDOR:	INTORES - ME 3390.3004	4008.0000		CNPJ= 03.848.878/0001-70 0,00 0,00	133,00 133,00
2017	10150776 27/11/2017 TOTAL DO	GERMANO PEDROSO DE MO 07.00.0000/7/00712-1 CREDOR :	RAES - ME 4490.5251	4008.0000	147	CNRJ= 18.382.709/0001-64 0,00 0,00	22.072,50 22.072,50
2017	10206571 03/07/2017 TOTAL DO	GUDER COMERCIO DE BEB 07.00.0000/7/00453-1 CREDOR :	IDAS LIDA 3390.3007	4008.0000	147	CNRU= 11.736.605/0001-61 0,00 0,00	
2017	99643315 19/10/2017 19/10/2017 19/10/2017 13/12/2017 13/12/2017 TOTAL DO	HILIANI CONSTRUCAO CT 07.00.0000/7/00620-1 07.00.0000/7/00621-1 07.00.0000/7/00622-1 07.00.0000/7/00784-1 07.00.0000/7/00785-1 CREDOR:	VIL LIDA. 3390.3902 3390.3955 3390.3910 3390.3910 3390.3955	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100 100	CNRJ= 84.805.498/0001-50 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	11.250,00 7.000,00 65.068,45 4.647,74 833,33 88.799,52
2017	99924713 02/01/2017 03/07/2017 TOTAL DO	HOSPITAL CATARATAS LT 07.00.0000/7/00086-1 07.00.0000/7/00464-1 CREDOR:	DA 3390.3950 3390.3950	4008.SASA 4008.SASA	100 100	CNPJ= 01.418.453/0001-03 0,00 0,00 0,00	973,21 600,00 1.573,21
2017	96106041 06/06/2017	HOSPITAL DE CARIDADE : 07.00.0000/7/00405-1	SAO VICENTE DE 1 3390.3950	PAULO 4008.SASA	100	CNPJ= 77.893.469/0001-21 0,00	1.706,32

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTECRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF											
I ORGAO I UNIDADI	- 07 E - 07	7 DEFE 7.00 DEFE	M RESTOS A PAGAR - POF NSORIA PUBLICA NSORIA PUBLICA NSORIA PUBLICA DO ESTA	R EXERCICIO, CRE	EDOR E EMPENHO		T REF.	- 6 I - 12/2017 I			
*I EXERC	* ICIO I	CD.CREDOR I	N O M E	DO CREI	 D O R	* I		*I			
*	*_	*_		* I DESPESA	-*	** I FONTE I	PROCESSADO IDIFI NAO	PROCESSADO I			
*	*	TOTAL DO		* · · · · · · · · ·			0,00	1.706,32			
201		10157886 31/01/2017 29/08/2017 TOTAL DO	IMOBILIARIA GRALHA A 07.00.0000/7/00149-1 07.00.0000/7/00545-1 CREDOR:	3390 3910	4008.0000 4008.0000	100 100	CNPJ= 72.456.866/0001-12 0,00 0,00 0,00 0,00	14.721,49 1.557,34 16.278,83			
201		10052650 02/01/2017 TOTAL DO	INSTITUIO BOM JESUS-F 07.00.0000/7/00078-1 CREDOR:		4008.SASA		CNRJ= 06.339.994/0001-51 0,00 0,00	1.000,09 1.000,09			
201		10127890 30/11/2017 TOTAL DO	INSTITUIO FENACON 07.00.0000/7/00765-1 CREDOR:	3390.3905	4008.0000	147	CNRJ= 11.825.802/0001-57 0,00 0,00	5.166,61 5.166,61			
201′		91047128 04/08/2017 30/11/2017 TOTAL DO	INSTITUIO NACIONAL DA 07.00.0000/7/00499-2 07.00.0000/7/00767-1 CREDOR:	3390.4724	4008.0000 4008.0000		CNPJ= 29.979.036/0173-88 0,00 5.518,23 5.518,23	66,00 0,00 66,00			
201		10185056 02/01/2017 TOTAL DO	IRK CONSTRUIORA E OBE 07.00.0000/7/00094-1 CREDOR:	3390.3916	4008.0000	100	CNRJ= 14.221.938/0001-46 0,00 0,00	10.000,00			
201		93239679 06/06/2017 01/11/2017 TOTAL DO	IRMANDADE DA SANTA C 07.00.0000/7/00407-1 07.00.0000/7/00649-1 CREDOR :	3390.3950	4008.SASA 4008.SASA		CNPJ= 78.614.971/0001-19 0,00 0,00 0,00 0,00	3.741,83 2.500,00 6.241,83			
201′		10086346 19/05/2017 19/05/2017 TOTAL DO	ISOCON ELETROTECNICA 07.00.0000/7/00364-1 07.00.0000/7/00365-1 CREDOR:	3390.3917	4008.0000		CNPJ= 10.871.024/0001-70 0,00 0,00 0,00 0,00	5.725,01 6.994,98 12.719,99			
201′		10089631 27/09/2017 17/10/2017 TOTAL DO	ITSCON TECNOLOGIA LII 07.00.0000/7/00601-1 07.00.0000/7/00618-1 CREDOR:	3390.3912	4008.0000 4008.0000		CNPJ= 11.067.719/0001-66 0,00 0,00 0,00 0,00	6.355,26 1.782,77 8.138,03			
201		10208875 13/11/2017 TOTAL DO	JOEL MARINHAK SOBRING 07.00.0000/7/00682-1 CREDOR:	3390.3916	4008.0000	100	CNPU= 24.315.113/0001-44 0,00 0,00	330,00 330,00			
201		10162662 21/08/2017 TOTAL DO	JOSE PERES MARQUES 07.00.0000/7/00516-1 CREDOR:	3390.3615		100	CPF= 021.945.209-10 0,00 0,00	5.828,14 5.828,14			
201	7	10170037 31/01/2017 TOTAL DO	JOVITA INES DALLA COS 07.00.0000/7/00131-1 CREDOR:	STA 3390.3615	4008.0000	100	CPF= 883.625.079-34 0,00 0,00	4.218,69 4.218,69			
201′		10139907 01/02/2017 02/10/2017 TOTAL DO	JOYCE TEIXEIRA ROQUE 07.00.0000/7/00193-1 07.00.0000/7/00604-1 CREDOR:	3390.3615	4008.0000 4008.0000	100 100	CPF= 373.885.929-20 0,00 0,00 0,00 0,00	2.825,00 607,14 3.432,14			
201	7	10001293 17/05/2017 TOTAL DO	JR. COMERCIO E SERVIO 07.00.0000/7/00362-1 CREDOR:	CO DE REFRIGERAC 3390.3917	CAO LIDA 4008.0000	100	CNPJ= 07.132.787/0001-94 0,00 0,00	1.440,00 1.440,00			
201'	7	10193412 12/01/2017 21/02/2017 21/02/2017 06/10/2017 TOTAL DO	KS LICITACOES, COMERC 07.00.0000/7/00065-2 07.00.0000/7/00213-2 07.00.0000/7/00214-1 07.00.0000/7/00611-1 CREDOR:	CIO DE ALIMENTOS 3390.3007 3390.3007 3390.3007 3390.3007	S LTDA 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 147	CNRJ= 23.108.812/0001-50 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	415,82 264,00 766,32 1.090,60 2.536,74			
201		10160672 31/01/2017 09/10/2017	MANOEL FRANCISCO FRANCISCO FRANCISCO FRANCISCO 107.00.0000/7/00151-107.00.0000/7/00617-1	NCO PIOLI 3390.3615 3390.3615	4008.0000 4008.0000	100 100	CPF= 094.502.209-30 0,00 0,00	4.412,82 52,08			

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTECRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF *										
I ORGAO - I UNIDADE -	07 DEFI 07.00 DEFI					I REF. I PAG. I MES	- SIA220 I - 7 I - 12/2017 I			
4	+ +			O R	* T	4	<u>-</u> * T			
*I META	**- I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO	-** I DESPESA I	PROJETO	-* * I FONTE I	VALORES A PAGAR *-*-* PROCESSADO IDIFI NAC	PROCESSADO I			
*	**-	CREDOR:	- * *	·	-**	0,00	4.464.90			
2017	10143252 07/11/2017	MAPU DISTRIBUIDORA DE 07.00.0000/7/00668-1	MARKED TATO DADA	ESCRITORIO LI 4008.0000	DA - ME 147	ONTE 01 F1F 40F /0001 F0				
2017	10162663 21/08/2017 TOTAL DO	MARIA HELENA GAIOTTO 1 07.00.0000/7/00517-1 CREDOR:	~3390.3615	4008.0000	100	CPF= 695.658.999-00 0,00 0,00	5.828,11 5.828,11			
2017	99518111 02/05/2017 TOTAL DO	MISERICORDIA DE JACARI 07.00.0000/7/00355-1 CREDOR:	EZINHO 3390.3950	4008.SASA	100	CNPJ= 78.209.558/0001-79 0,00 0,00	238,09 238,09			
2017	10158825 27/03/2017 TOTAL DO	NUTRICASH SERVICOS LIT 07.00.0000/7/00283-1 CREDOR:	3390.3060	4008.0000	100	CNRJ= 42.194.191/0001-10 0,00 0,00	18.435,07 18.435,07			
2017	91000628 01/02/2017 01/02/2017 TOTAL DO	OI S.A. 07.00.0000/7/00191-1 07.00.0000/7/00192-1 CREDOR:	3390.3958 3390.3958	4008.0000 4008.0000	100 100	CNPJ= 76.535.764/0321-85 0,00 0,00 0,00 0,00	77.084,14 16.930,00 94.014,14			
2017	97072469 31/01/2017 TOTAL DO	PARANAGUA SANEAMENTO S 07.00.0000/7/00129-2 CREDOR:	3390.3944	4008.0000	100	CNPJ= 01.691.945/0001-60 0,00 0,00	1.036,09 1.036,09			
2017	99306513 31/01/2017 05/07/2017 TOTAL DO	PARANAPREVIDENCIA 07.00.0000/7/00152-1 07.00.0000/7/00455-1 CREDOR:	3390.3910 3390.3910		100	CNPJ= 03.165.607/0001-10 161.083,29 5.766,78 166.850,07	0,00 0,00 0,00			
2017	10014635 31/01/2017 31/01/2017 17/03/2017 17/03/2017 05/06/2017 05/06/2017 TOTAL DO	PIANSERVICE TERCEIRIZZ 07.00.0000/7/00153-1 07.00.0000/7/00154-1 07.00.0000/7/00260-1 07.00.0000/7/00261-2 07.00.0000/7/00401-1 07.00.0000/7/00402-1 CREDOR:	3390.3701	4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100 100 100 100	CNRJ= 04.970.088/0001-25 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	2.330,86 696,59 93.520,86 56.132,17 6.962,35 4.103,13 163.745,96			
2017	10097235 07/11/2017 17/11/2017 TOTAL DO	PROLUX ILUMINACAO EIRI 07.00.0000/7/00666-1 07.00.0000/7/00695-2 CREDOR:	ELI - ME 3390.3026 3390.3026	4008.0000 4008.0000	147	CNPJ= 12.593.397/0001-51 755,00 0,00 755,00	0,00 2.895,00 2.895,00			
2017	10055964 27/09/2017 27/09/2017 TOTAL DO	PROTECE COMERCIO DE E 07.00.0000/7/00598-1 07.00.0000/7/00599-1 CREDOR:	3390.3004	4008.0000	147	CNPJ= 02.786.624/0001-01 0,00 0,00 0,00 0,00				
2017	10040755 17/05/2017 TOTAL DO	PROTERM AR CONDICIONAL 07.00.0000/7/00361-1 CREDOR:	DO LIIDA ME 3390.3917	4008.0000	100	CNPJ= 08.097.681/0001-60 0,00 0,00	3.500,00 3.500,00			
2017	10014980 06/06/2017 TOTAL DO	REDE DE ASSISTENCIA A 07.00.0000/7/00408-1 CREDOR:	SAUDE METROPOLI 3390.3950	TTANA 4008.SASA	100	CNPJ= 05.550.451/0001-16 0,00 0,00	3.710,14 3.710,14			
2017	98419923 31/01/2017 TOTAL DO	SANEPAR - COMPANHIA DI 07.00.0000/7/00155-1 CREDOR :	E SANEAMENTO DO 3390.3944	4008.0000	100	CNPJ= 76.484.013/0001-45 0,00 0,00	9.103,36 9.103,36			
2017	10142583 06/11/2017 06/11/2017 06/11/2017 06/11/2017 06/11/2017 06/11/2017	SANCEL COMERCIO DE BEI 07.00.0000/7/00650-2 07.00.0000/7/00651-1 07.00.0000/7/00652-1 07.00.0000/7/00653-1 07.00.0000/7/00654-1 07.00.0000/7/00655-1	BEDOUROS E PURIE 4490.5212 4490.5212 4490.5212 4490.5212 4490.5212 4490.5212	FICADORES LIDE 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000 4008.0000	147 147 147 147 147 147 147	CNPJ= 17.354.635/0001-90 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	14.925,00 3.731,25 2.487,50 4.975,00 2.487,50 5.862,50			

SECRETARIA DI	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTECRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF										
I DEMONSTRAT: I ORGAO I UNIDADE I SUBUNTDADE	IVO DA INSCRICAO 1 - 07 DEF1 - 07.00 DEF1 - 07.00.0000 DEF1	EM RESTOS A PAGAR - POR E ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA DO ESTADO	XERCICIO, CREI	OOR E EMPENHO		I REF. I PAG. I MES	- SIA220 I - 8 I - 12/2017 I				
i EXERCICIO	I CD.CREDOR I	NOME :	DO CRED	O R		VALORES A PAGAR	I				
I META	I DATA EMISS. I	NUMERO DO EMPENHO I	DESPESA]	PROJETO	I FONTE I	PROCESSADO IDIFI NAC	O PROCESSADO I				
2017						CNPJ= 17.354.635/0001-90 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0					
2017		SANTA CASA DE MISERICOR 07.00.0000/7/00085-1 07.00.0000/7/00406-2 07.00.00000/7/00783-1 CREDOR:	DIA DE PONTA (3390.3950 3390.3950 3390.3950	#ROSSA 4008.SASA 4008.SASA 4008.SASA	100 100 100	CNRJ= 80.238.926/0001-59 0,00 0,00 0,00 0,00	2.474,32 163,50 500,00 3.137,82				
2017	10209827 13/09/2017 TOTAL DO	SENHOR CONSERTO REFORMA 07.00.0000/7/00562-1 CREDOR:	S E REPAROS LI 3390.3916	DA - ME 4008.0000	100	CNRJ= 25.330.752/0001-41 0,00 0,00	280,00 280,00				
2017	10047578 30/11/2017 TOTAL DO	SERASA S/A 07.00.0000/7/00764-1 CREDOR:	3390.3905	4008.0000	147	CNRJ= 62.173.620/0001-80 0,00 0,00					
2017		SERCOMIEL S/A TELECOMUN 07.00.0000/7/00156-1 CREDOR:	3390.3958			CNRJ= 01.371.416/0001-89 0,00 0,00	2.251,82 2.251,82				
2017	10096930 30/11/2017 30/11/2017 30/11/2017 TOTAL DO	SERGIO LUIZ INTERMEDIACO 07.00.0000/7/00749-1 07.00.0000/7/00750-1 07.00.0000/7/00751-1 CREDOR:	OES IMOBILIARI 3390.3910 3390.3955 3390.3902	IAS LIDA 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100	CNPJ= 01.500.878/0001-59 0,00 0,00 0,00 0,00	100.000,00 810,22 7.920,00 108.730,22				
2017	10140565 06/06/2017 TOTAL DO	SISNOR - SISTEMA INTREG 07.00.0000/7/00403-1 CREDOR:	RADO DE SAUDE 3390.3950	DO NORTE DO 4008.SASA	PARANA 100	CNRJ= 06.353.041/0001-48 0,00 0,00	1.790,30 1.790,30				
2017	10085545 30/11/2017 30/11/2017 30/11/2017	SLINGER TECNOLOGY COMER 07.00.0000/7/00756-1 07.00.0000/7/00757-1 07.00.0000/7/00758-1 CREDOR:	CIO E SERVICOS 4490.5232 3390.3044 3390.3016	DE IDENTIFIC 4008.0000 4008.0000 4008.0000	ペンペンシー エコーン	CNPJ= 11.279.009/0001-08 0,00 0,00 0,00 0,00	3.500,00 1.710,00 1.040,00 6.250,00				
2017	10007809 06/06/2017 TOTAL DO	SOCIEDADE HOSPITALAR BE 07.00.0000/7/00404-1 CREDOR :	3330.3330	1000.61241		CNRJ= 77.812.519/0001-07 0,00 0,00	328,27				
2017	93035232 27/11/2017 TOTAL DO	TECNOFLEX IND.E COM. DE 07.00.0000/7/00713-1 CREDOR:	MOBILIARIOS I 4490.5242	AU08.0000	147	0,00 CNRJ= 80.170.897/0001-30 0,00 0,00	81.792,00 81.792,00				
2017	10078320 31/01/2017 TOTAL DO	TELEFONICA BRASIL S.A. 07.00.0000/7/00157-1 CREDOR:	3390.3958	4008.0000	100	0,00 CNPJ= 02.558.157/0001-62 0,00 0,00 CNPJ= 90.347.840/0005-41	15.039,99 15.039,99				
2017	92039323 20/06/2017 23/08/2017 TOTAL DO	THYSSENKRUPP ELEVADORES 07.00.0000/7/00420-1 07.00.0000/7/00523-1 CREDOR:	S/A 3390.3916 3390.3916	4008.0000 4008.0000	100 100	CNRJ= 90.347.840/0005-41 0,00 0,00 0,00 0,00	6.177,95 201,96 6.379,91				
2017	98422609 31/05/2017 26/07/2017 16/11/2017 TOTAL DO	TRANSVEPAR-TRANSPORTES: 07.00.0000/7/00393-1 07.00.0000/7/00475-1 07.00.0000/7/00692-1 CREDOR:	E VEICULOS PAF 3390.3914 3390.3914 3390.3914	RANA LIIDA 4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100	CNPJ= 76.669.670/0001-67 0,00 0,00 0,00 0,00	2.721,98 82.992,33 1.308,26 87.022,57				
2017	99188162 05/12/2017	VIDRACARIA JUVEVE LIDA 07.00.0000/7/00781-1	3390.3916	4008.0000	100	CNPJ= 02.056.404/0001-22 0,00	1.670,00				

ORGAO - UNTDADE -	07 DEFI	EM RESTOS A PAGAR - POR ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA ENSORIA PUBLICA DO ESTAI	,				I PAG I MES	F SIA220 F 9 F 12/2017
EXERCICIO]	CD.CREDOR I	NOME	DO CRED					
		NUMERO DO EMPENHO						
		CREDOR:				0,00		1.670,00
2017	10194905 31/01/2017 31/01/2017 31/07/2017 TOTAL DO	VITAMAR CONSULTORIA E 07.00.0000/7/00161-1 07.00.0000/7/00162-1 07.00.0000/7/00500-1 CREDOR :	3390.3902	4008.0000 4008.0000 4008.0000	100 100 100	CNPJ= 06.285.6° 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00)))	2.575,4(2.575,4(12.921,8' 335,9(15.833,1'
2017	10172231 31/01/2017 30/10/2017 TOTAL DO	WILSON JOSE LOPES DOS 07.00.0000/7/00163-2 07.00.0000/7/00644-1 CREDOR:	3390.3615	4008.0000 4008.0000	100	CPF= 668.851.32 0,00 0,00 0,00		5.067,33 59,69 5.127,02
TOTAL	DA UNIDADE :					182.782,63	1	2.256.667,7
TOTAL	DO ORGAO :					182.782,6	1	2.256.667,7
RESUMO	O GERAL DO EXERO	CICIO POR FONTE						
					100 147	180.547,11 2.235,50		1.630.433,6 626.234,1
					TOTAL	182.782,6	1	2.256.667,7
RESUMO) GERAL POR FON:	IE			100 147 148	180.547,1 2.235,50 0,00)	1.637.478,7 628.694,8 50.750,0
					TOTAL	182.782,6	1	2.316.923,5

16. Balancete Sem Encerramento

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF										
I BALANCE	TE DE VE	R T F T C A C A O		REF SIA215 I						
I O R G A O - 07 DEFENSORIA PUBLICA I UNIDADE - 00 DEFENSORIA PUBLICA			I							
I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO E	STADO DO PARANA	_*	I *							
I CODIGO I I CONTAB.I DESCRICAO I	SALDO DO ANO	I MOVIMENTO ATE	O MES I	: SALDO ATUAL I						
I CODIGO I I CONTAB.I DESCRICAO I I I I I	ANTERIOR	I DEBITO I	CREDITO I	*						
10000000000 ATIVO 11000000000 ATIVO CIRCULANIE 11100000000 CAIXA E EQUIVALENIES DE CAI- XA	22.571.756,28 10.469.199,08 10.083.559,26	154.129.594,96 152.425.380,29 92.751.637,31	158.934.137,09 158.922.440,07 99.215.035,83	17.767.214,15 3.972.139,30 3.620.160,74						
1111000000 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAI- XA EM MOEDA NACIONAL	10.083.559,26	92.751.637,31	99.215.035,83	3.620.160,74						
11111000000 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL -		•	99.215.035,83	3.620.160,74						
11111020000 CONTA ÚNICA 11111020600 CONTA MATRIZ F 11111020602 * BANCO DO BRASIL S / A 11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS				0,00 0,00 0,00 3.620.160,74						
11111190700 CONTA SUPRIDORA F 11111190702 * BANCO DO BRASIL S / A 11111190900 CONTA DEPÓSITOS E CAUCÓES	9.996.955,27 9.996.955,27 43.869,02	5.162.704,57 5.162.704,57 44.310,31	15.159.659,84 15.159.659,84 79.774,52	0,00 0,00 8.404,81						
F 11111190902 * BANCO DO BRASIL S / A F 11111190903 * CAIXA ECONÔMICA FEDE-			291,94 79.482,58	302,64 8.102,17						
11111191000 CONTA CONSIGNAÇÃO F 11111191002 * BANCO DO BRASIL S / A F 11111191003 * CAIXA ECONÔMICA FEDE- RAL	37.374,09 0,00 37.374,09	4.575.642,64 4.069.800,68 505.841,96	4.578.527,46 4.069.800,68 508.726,78	34.489,27 0,00 34.489,27						
11111191200 CONTA CARTÃO CORPORA- TIVO	5.360,88	·	•							
F 11111191202 * BANCO DO BRASIL S / A OUTRAS CONTAS MOVIMENTO F 11111199802 * BANCO DO BRASIL S. A. ESTOQUES 11560000000 ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	5.360,88 0,00 0,00 337.423,15 337.423,15 337.423,15	23.368.486,62 23.368.486,62 189.336,32 189.336,32 189.336,32	439.475,65 19.791.219,96 19.791.219,96 174.780,91 174.780,91 174.780,91	0,00 3.577.266,66 3.577.266,66 351.978,56 351.978,56 351.978,56						
P 11561010000 * MATERIAIS DE CONSUMO P 11561030000 * GENEROS ALIMENTICIOS P 11561040000 * MATERIAIS DE CONSTRUCAO P 11561060000 * MATERIAIS GRAFICOS P 11561070000 * MATERIAIS DE EXPEDIENTE 11900000000 VARIAÇÕES PATRIMONIAS DI- MINUTIVAS PAGAS ANTECIPADA-	94.486,32 1.325,79 1.180,78 0,00 75.886,45 164.543,81 48.216,67	79.398,54 21.774,80 0,00 1.803,68 0,00 86.359,30 59.484.406,66	81.918,47 16.542,15 1.175,26 0,00 11.088,25 64.056,78 59.532.623,33	91.966,39 6.558,44 5,52 1.803,68 64.798,20 186.846,33 0,00						
MENTE 11920000000 VPD FINANCEIRAS A APRO-	48.216,67	12.871,58	61.088,25	0,00						
PRIAR 11921000000 VPD FINANCEIRAS A APRO-	48.216,67	12.871,58	61.088,25	0,00						
PRIAR - CONSOLIDAÇÃO P 11921010000 * VPD FINANCEIRAS A APRO- PRIAR	48.216,67	12.871,58	61.088,25	0,00						
11980000000 DEWAIS VPD A APROPRIAR 11981000000 DEWAIS VPD A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 0,00	59.471.535,08 59.471.535,08	59.471.535,08 59.471.535,08	0,00 0,00						
11981010000 DESPESAS PENDENTES DO EXERCÍCIO A APROPRIAR	0,00	57.819.504,70	57.819.504,70	0,00						
F 11981013100 PESSOAL E ENCARGOS SO- CIAIS A APROPRIAR	0,00	14.516.760,39	14.516.760,39	0,00						
F 11981013300 OUTRAS DESPESAS CORREN- TES A APROPRIAR	0,00	41.975.802,73	41.975.802,73	0,00						
F 11981014400 INVESTIMENTOS A APRO- PRIAR	0,00	1.326.941,58	1.326.941,58	0,00						
F 11981020000 RESTOS A PAGAR PAGOS A APROPRIAR	0,00	1.652.030,38	1.652.030,38	0,00						
12000000000 ATTVO NÃO CIRCULANTE 12300000000 IMOBILIZADO 12310000000 BENS MÓVEIS 12311000000 BENS MÓVEIS - CONSOLI- DACÃO	12.102.557,20 11.276.568,40 11.276.568,40 11.276.568,40	1.704.214,67 575.952,54 575.952,54 575.952,54	11.697,02 11.697,02 11.697,02 11.697,02	13.795.074,85 11.840.823,92 11.840.823,92 11.840.823,92						
12311010000 MÁQUINAS, APARELHOS, E- QUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	17.158,06	33.643,11	0,00	50.801,17						

I UNIDADE - I SUBUNIDADE -	BALANCE' - 07 DEFENSORIA FUBLICA - 00 DEFENSORIA FUBLICA - 0000 DEFENSORIA FUBLICA DO ES	FE DE VEI]]]	REF SIA215 I PAG 2 I I DATA - 31/12/2017 I
T CODTCO T	I		I MOVIMENTO ATE	O MES]	I I
I CONTAB.I I I	DESCRICAO I I	SALDO DO ANO ANTERIOR	I MOVIMENTO ATE * I DEBITO I *	CREDITO]	SALDO ATUAL I
P 12311010200	APARELHOS E EQUIPAMEN-				47.597,11
P 12311010700	TOS DE COMUNICAÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		1.740,00	0,00	1.740,00
P 12311019900	ENERGÉTICOS OUTRAS MÁQUINAS, APARE- LHOS, EQUIPAMENTOS E FERRA- MENTAS	1.168,06		0,00	1.464,06
12311020000 P 12311020100	BENS DE INFORMÁTICA EQUIPAMENTOS DE PROCES-	2.257.292,41 1.869.031,11	459.068,80 459.068,80	0,00 0,00	2.716.361,21 2.328.099,91
P 12311020300	SAMENIO DE DADOS SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	388.261,30	0,00	0,00	388.261,30
12311030000 P 12311030100	MÓVEIS E UTENSÍLIOS APARELHOS E UTENSÍLIOS	8.750.241,42 447.003,75	36.074,72 0,00	0,00 0,00	8.786.316,14 447.003,75
P 12311030200	DOMÉSTICOS MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	76.139,00	228,10	0,00	76.367,10
P 12311030300 P 12311030400 12311040000	MOBILIÁRIO EM GERAL UTENSÍLIOS EM GERAL MATERIAIS CULTURAIS, E _z	8.224.848,67 2.250,00 10.501,07	35.846,62 0,00 31.404,28	0,00 0,00 0,00	2.250,00
P 12311040200	DUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO COLEÇÕES E MATERIAIS	5.351,07	0,00	0,00	5.351,07
P 12311040500	BIBLIOGRÁFICOS EQUIPAMENTOS PARA ÁUDI- O, VÍDEO E FOTO	5.150,00	31.404,28	0,00	36.554,28
12311050000 P 12311050300	VEÍCULOS VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	241.375,44 241.375,44	0,00 0,00	0,00 0,00	241.375,44 241.375,44
12311990000 12311990800	DEMAIS BENS MÓVEIS BENS MÓVEIS A CLASSI-	0,00 0,00	15.761,63 11.697,02	11.697,02 11.697,02	4.064,61 0,00
P 12311990801	FICAR BENS MÓVEIS A CLASSI- FICAR ADQUIRIDOS A PARTI DE	0,00	11.697,02	11.697,02	0,00
P 12311999900 1240000000 1241000000 1241100000 P 1241101000 P 12411020000	01/01/2015 01/01/ROS BENS MÓVEIS INTANGÍVEL SOFTWARES SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO SOFTWARES SOFTWARES EM DESENVOLVI-	0,00 825.988,80 825.988,80 825.988,80 825.988,80 0,00	4.064,61 1.128.262,13 1.128.262,13 1.128.262,13 0,00 1.128.262,13	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	4.064,61 1.954.250,93 1.954.250,93 1.954.250,93 825.988,80 1.128.262,13
20000000000 21000000000 21100000000 PR	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO PASSIVO CIRCULANTE OBRICAÇÕES TRABALHISTAS, REVIDENCIÁRIAS E ASSISTEN-	22.571.756,28 (119.138,05 (9.701,89 (C 195.026.333,00 C 98.087.159,15 C 76.019.894,65	200.045.235,22 103.106.061,37 80.929.899,89	27.590.658,50 C 5.138.040,27 C 4.919.707,13 C
21110000000 21111000000	IAIS A P PESSOAL A PACAR PESSOAL A PACAR - CONSO-	2.283,52 2.283,52	C 71.047.998,20 C 71.047.998,20	75.959.903,58 75.959.903,58	4.914.188,90 C 4.914.188,90 C
21111010000	LIDAÇÃO PESSOAL A PAGAR DO E- XERCICIO	2.283,52	C 64.585.066,86	64.584.608,66	1.825,32 C
21111010100		2.283,52	C 58.420.784,98	58.420.326,78	1.825,32 C
F 21111010101	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS LIQUIDADOS A PAGAR DO EX	2.283,52	C 58.415.254,36	58.414.796,16	1.825,32 C
F 21111010102	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS LIQUIDADOS A PAGAR DE EX	0,00	5.530,62	5.530,62	0,00
21111010200	DECIMO TERCEIRO SALA-	0,00	4.897.612,63	4.897.612,63	0,00
F 21111010201	RIO DECIMO TERCEIRO SALA- RIO LIQUIDADO A PAGAR DO E- XERCÍCIO	0,00	4.897.612,63	4.897.612,63	0,00
21111010300 F 21111010301	FERIAS FÉRIAS LIQUIDADAS A	0,00 0,00	1.266.669,25 1.266.669,25	1.266.669,25 1.266.669,25	0,00 0,00
21111020000	PAGAR DO EXERCÍCIO PESSOAL A PAGAR DE E- XERCÍCIOS ANIERIORES	0,00	6.462.931,34	11.375.294,92	4.912.363,58 C

IUNIDADE -	BALANCE! 07 DEFENSORIA PUBLICA 00 DEFENSORIA PUBLICA 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES	TE DE VEI	RIF	ICACAO]	I REF SIA215 I I PAG 3 I I I DATA - 31/12/2017 I I
** [CODIGO I	* I		-* I	MOVIMENT	TA O	O MES	** [
I CONTAB.I I I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO ANTERIOR	* I	DEBITO	* I	CREDITO	* SALDO ATUAL I I I
21111020100	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS DE EXERCICIOS	0,00				11.375.294,92	
F 21111020101	ANTERIORES SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS LIQUDADOS A PA-	0,00		6.462.931	,34	6.462.931,34	0,00
21111020104	GAR DO EXE SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DEVIDOS A PAGAR NO EXERC	0,00		0	,00	4.912.363,58	4.912.363,58 C
21140000000 21141000000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	7.418,37 0,00	С	4.971.896 4.876.025		4.969.996,31 4.876.025,03	
21141030000	- CONSOLIDAÇÃO CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA (RP- PS)	0,00		4.876.025	,03	4.876.025,03	0,00
21141030100	FUNDO FINANCEIRO ESTA- DUAL	0,00		528.517	,88	528.517,88	0,00
F 21141030101	FUNDO FINANCEIRO ESTA- DUAL - LIQUIDADO A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00		528.517	,88	528.517,88	0,00
21141030200	FUNDO DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	0,00		4.347.507	,15	4.347.507,15	0,00
F 21141030201	FUNDO DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL - LIQUIDADO A PAGAR DO EXERCÍC	0,00		4.347.507	,15	4.347.507,15	0,00
21143000000	ENCARGOS SOCIAIS A PA- GAR-INTER OFSS - UNIÃO	7.418,37	C	95.871	,42	93.971,28	5.518,23 C
21143010000 21143010100	INSS A PAGAR INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNE-	7.418,37 7.418,37		95.871 95.871		93.971,28 93.971,28	
F 21143010101	RAÇÕES INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNE-	7.418,37	С	88.453	,05	86.552,91	5.518,23 C
F 21143010102	RAÇÕES - LIQUIDAD INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNE-	0,00		7.418	,37	7.418,37	0,00
21300000000	RAÇOES - LIQUIDAD FORNECEDORES E CONTAS A GAR A CURTO PRAZO	28.178,48	С	16.083.530	,47	16.230.791,05	175.439,06 C
21310000000	FORNECEDORES E CONTAS A AGAR NACIONAIS A CURTO PRA-	28.178,48	С	16.083.530	,47	16.230.791,05	175.439,06 C
21311000000 Pi	FORNECEDORES E CONTAS A AGAR NACTONAIS A CURTO PRA- O - CONS	28.178,48	С	16.075.322	,47	16.222.583,05	175.439,06 C
21311010000 21311010100	FORNECEDORES NACIONAIS FORNECEDORES NÃO FI- NANCIADOS A PAGAR	28.178,48 28.178,48		16.066.470 16.066.470	,87 ,87	16.213.731,45 16.213.731,45	175.439,06 C 175.439,06 C
F 21311010101	FORNECEDORES NACIONAIS LIQUIDADOS A PAGAR DO EXER- CÍCIO	28.178,48	С	14.468.572	,02	14.615.832,60	175.439,06 C
F 21311010102	FORNECEDORES NACIONAIS LIQUIDADOS A PAGAR DE EXER-	0,00		1.597.898	,85	1.597.898,85	0,00
21311030000	CÍCIOS ANTE CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	0,00		8.851	,60	8.851,60	0,00
21311030100	CONTAS NÃO FINANCIADAS	0,00		8.851	,60	8.851,60	0,00
F 21311030101	A PAGAR CONTAS A PAGAR - LI- QUIDADOS A PAGAR DO EXER-	0,00		8.851	,60	8.851,60	0,00
	CICIO FORNECEDORES E CONTAS A AGAR NACIONAIS A CURTO PRA- O - INTR	0,00		8.208	,00	8.208,00	0,00
21312010000 21312010100	FORNECEDORES NACIONAIS FORNECEDORES NÃO FI-	0,00 0,00		8.208 8.208		8.208,00 8.208,00	0,00 0,00
F 21312010101	NANCIADOS A PAGAR FORNECEDORES NACIONAIS LIQUIDADOS A PAGAR DO EXER- CICIO	0,00		8.208		8.208,00	0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF										
I I BALANCET IORGAO - 07 DEFENSORIA PUBLICA	TE DE VERI	FICACAO		REF SIA215 I PAG 4 I I						
I UNIDADE - 00 DEFENSORIA PUBLICA I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO EST	TADO DO PARANA		I I	DATA - 31/12/2017 I						
I CODIGO I	I I	MOVIMENTO ATT	E O MES I	I I						
	SALDO DO ANO *- ANTERIOR I *-	DEBITO I	CREDITO I	SALDO ATUAL I						
21400000000 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO	0,00	5.855,20	5.855,20	0,00						
PRAZO 21410000000 OBRIGAÇÕES FISÇAIS A CUR-	0,00	20,00	20,00	0,00						
TO PRAZO COM A UNIÃO 21413000000 OBRICAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS -	0,00	20,00	20,00	0,00						
21413990000 CUTROS TRIBUTOS E CON- TRIBUÇÕES FEDERAIS A RECO- LHER	0,00	20,00	20,00	0,00						
F 21413990100 OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUTÇÕES FEDERAIS A RECOLHER LIQUIDAD	0,00	20,00	20,00	0,00						
21420000000 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CUR- TO PRAZO COM O ESTADO	0,00	1.132,18	1.132,18	0,00						
21421000000 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CUR- TO PRAZO COM O ESTADO - CO- NSOLIDAÇÃO	0,00	1.132,18	1.132,18	0,00						
21421060000 TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS	0,00	1.132,18	1.132,18	0,00						
F 21421060100 TAXA DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÏCULOS LIQUIDADOS A PAGAR D	0,00	1.132,18	1.132,18	0,00						
21430000000 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CUR- TO PRAZO CÓM OS MUNICÍPIOS	0,00	4.703,02	4.703,02	0,00						
21435000000 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CUR- TO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - CONSOLI	0,00	4.703,02	4.703,02	0,00						
21435020000 IPIU / TLP A RECOLHER F 21435020100 IPIU / TLP A RECOLHER LIQUIDADO A PAGAR DO EXER- CÍCIO	0,00 0,00	4.703,02 4.367,09	4.703,02 4.367,09	0,00 0,00						
F 21435020200 IPTU / TLP A RECOLHER LIQUIDADO A PAGAR DE EXER- CÍCIOS ANTERIOR	0,00	335,93	335,93	0,00						
21800000000 DEMAIS OBRICAÇÕES A CURTO PRAZO	81.257,68 C	5.977.878,83	5.939.515,23	42.894,08 C						
21880000000 VALORES RESTITUÍVEIS 21881000000 VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	81.257,68 C 81.257,68 C	5.089.796,30 5.089.796,30	5.051.432,70 5.051.432,70	42.894,08 C 42.894,08 C						
21881010000 CONSTANACOES 21881010100 RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	37.374,09 C 0,00	4.578.527,46 3.165.504,12	4.575.642,64 3.165.504,12	34.489,27 C 0,00						
F 21881010101 * RPPS - FUNDO FINANCEI- RO	0,00	382.415,32	382.415,32	0,00						
F 21881010102 * RPPS - FUNDO PREVIDEN- CIARIO	0,00	2.783.088,80	2.783.088,80	0,00						
F 21881011300 * RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	0,00	183.008,57	183.008,57	0,00						
F 21881011400 * RETENCOES - PLANOS DE SEGUROS	0,00	8.182,72	8.182,72	0,00						
F 21881011500 * RETENCOES - EMPRÉSTI- MOS E FINANCIAMENTOS	37.374,09 C	1.221.832,05	1.218.947,23	34.489,27 C						
21881040000 DEPOSITOS NAO JUDICIAIS 21881040100 DEPOSITOS E CAUCOES F 21881040199 * OUTRAS CAUÇÕES A RES-	43.883,59 C 43.869,02 C 43.869,02 C	79.803,66 79.774,52 79.774,52	44.324,88 44.310,31 44.310,31	8.404,81 C 8.404,81 C 8.404,81 C						
TITUIR F 21881049900 * OUTROS DEPOSITOS 21881990000 OUTROS VALORES RESTITUTVEIS	14,57 C 0,00	29,14 431.465,18	14,57 431.465,18	0,00 0,00						
F 21881990200 RECURSOS DO CARTÃO	0,00	431.318,35	431.318,35	0,00						
CORPORATIVO A APLICAR F 21881999900 * VALORES DIVERSOS RESTI-	0,00	146,83	146,83	0,00						
TUIVEIS 21890000000 OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO	0,00	888.082,53	888.082,53	0,00						
PRAZO 21891000000 OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	888.082,53	888.082,53	0,00						

*.								**
I I T	ORGAO -	BALANCE - 07 DEFENSORIA PUBLICA	TE DE VE	RΙ	FICACAO			IREF SIA215 I IPAG 5I I
	UNIDADE -	- 00 DEFENSORIA PUBLICA - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES	TADO DO PARANA	.				I DATA - 31/12/2017 I
	CODIGO I			Ţ	MOVIMENT	OAT	E O MES	I I
I I *.	CONTAB.I I *-	DESCRICAO I I *	SALDO DO ANO ANTERIOR	I *	DEBITO	I *	CREDITO	* SALDO ATUAL I I I **
F	21891020000 21891020100		0,00 0,00		3.511 3.511	,21 ,21	3.511,21 3.511,21	0,00 0,00
	21891030000		0,00		884.571	,32	884.571,32	0,00
F	21891030300		0,00		884.571	,32	884.571,32	0,00
	23000000000 23700000000 23710000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESULTADOS ACUMULADOS	22.452.618,23 22.452.618,23 22.452.618,23	C	96.939.173 96.939.173 96.939.173	,85	96.939.173,85 96.939.173,85 96.939.173,85	22.452.618,23 C 22.452.618,23 C 22.452.618,23 C
	237110000000		71.837.513,92		46.257.292	,03	46.257.292,03	71.837.513,92
Ρ	23711010000	SUPERÁVITS OU DÉFICITS	46.257.292,03		0	,00	46.257.292,03	0,00
Р	23711020000		25.580.221,89		46.257.292	,03	0,00	71.837.513,92
	23712000000		94.460.732,06	С	50.593.594	,86	50.593.594,86	94.460.732,06 0
Ρ	23712010000		50.593.594,86	С	50.593.594	,86	0,00	0,00
Р	23712020000		43.867.137,20	С	0	,00	50.593.594,86	94.460.732,06 0
	23713000000	CUMULADOS - INTER OFSS - U-	169.982,24		87.669	,29	87.669,29	169.982,24
Р	23713010000		87.669,29		0	,00	87.669,29	0,00
Р	23713020000		82.312,95		87.669	,29	0,00	169.982,24
	237150000000	ACUMULADOS - INTER OFSS -	617,67		617	, 67	617,67	617,67
Ρ	23715010000		617,67		0	,00	617,67	0,00
Ρ	23715020000		0,00		617	,67	0,00	617,67
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINU-	0,00		99.681.850	, 79	23.904.974,10	75.776.876,69
		PESSOAL E ENCARGOS	0,00		72.117.889		18.293.118,62	53.824.771,16
			0,00 0,00		60.727.294 59.616.035		17.704.247,41 17.379.149,37	43.023.046,71 42.236.886,28
	31111000000		0,00		59.616.035	,65	17.379.149,37	42.236.886,28
	31111010000		0,00		47.933.184	,62	16.870.265,17	31.062.919,45
	31111010100 31111010400 31111011600	VENCIMENTOS E SALÁRIOS ABONO DE PERMANÊNCIA	0,00 0,00 0,00		6.663.657 361.772 600.502	,26	382.700,92 57.078,89 0,00	
	31111012100	CÍCIO DE FUNÇOES FÉRIAS VENCIDAS E PRO-	0,00		1.249.065	,21	0,00	1.249.065,21
	31111012200	PORCIONAIS 13. ŞALÁRIO	0,00		4.164.548	,72	1.834.857,89	2.329.690,83
	31111013100 31111019900	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	0,00 0,00		29.428.210 5.465.427	,90	9.944.677,49 4.650.949,98	19.483.533,41 814.477,19
	31111020000		0,00		11.682.851	,03	508.884,20	11.173.966,83
	31111029900		0,00		11.682.851	,03	508.884,20	11.173.966,83
	31120000000	VANTACENS VARTAVEIS - PESSO- AL CIVIL RPP REMUNERAÇÃO A PESSOAL A- TIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO	0,00		1.111.258	,47	325.098,04	786.160,43

INIDADE -	BALANCE - 07 DEFENSORIA PUBLICA - 00 DEFENSORIA PUBLICA - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO E	TE DE VE]	I REF SIA215 I PAG 6 I I DATA - 31/12/2017 I
* XXDIGO I	* I		-*I MOVIMENTO AT	E O MES	* [
ONTAB.I I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO ANTERIOR	I MOVIMENTO AT *	CREDITO	* SALDO ATUAL I
31121000000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL A- TIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO ROPS - C		1.111.258,47		
31121010000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00		24.161,98	422.107,10
31121010100 31121011900	VENCIMENTOS E SALARIOS GRATIFICACOES ESPECI-	0,00 0,00	196.550,13 176.195,04	0,00 0,00	
31121012100	AIS FERIAS VENCIDAS E PRO- PORCIONAIS	0,00	17.604,04	0,00	17.604,04
31121012200 31121020000	13. SALARIO OUTRAS VPD VARIAVEIS -	0,00	55.919,87 664.989,39	24.161,98 300.936,06	31.757,89 364.053,33
31121029900	PESSOAL CIVIL - RGPS OUIRAS DESPESAS VARIA-	0,00	664.989,39	300.936,06	364.053,33
31200000000 31210000000 31211000000	VEIS - PESSOAL CIVIL ENCARGOS PATRONAIS ENCARGOS PATRONAIS - RPPS ENCARGOS PATRONAIS - CO-	0,00 0,00 0,00	4.657.973,42 4.571.420,51 4.571.420,51	304.604,52 304.604,52 304.604,52	4.353.368,90 4.266.815,99 4.266.815,99
31211010000	NSOLIDAÇÃO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00	4.571.420,51	304.604,52	4.266.815,99
31211010100	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO FINANCEIRO ESTADUAL	0,00	455.466,60	73.051,28	382.415,32
31211010200	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE PREVIDENCIA ESTADUAL	0,00	4.115.953,91	231.553,24	3.884.400,67
31220000000 31223000000	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS ENCARGOS PATRONAIS - RG-	0,00 0,00	86.552,91 86.552,91	0,00 0,00	86.552,91 86.552,91
31223010000	PS - INTER OFSS - UNIAO CONTRIBUIÇÕES PREVIDEN- CIÁRIAS - INSS	0,00	86.552,91	0,00	86.552,91
31300000000 31310000000	BENEFÍCIOS A PESSOAL -	0,00 0,00	6.624.299,61 6.140.909,54	284.266,69 235.267,19	6.340.032,92 5.905.642,3
1311000000	RPPS BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	6.140.909,54	235.267,19	5.905.642,35
31311010000 31311020000 31320000000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AUXÍLIO TRANSPORTE BENEFÍCIOS A PESSOAL -	0,00 0,00 0,00	4.283.545,70 1.857.363,84 483.390,07	235.267,19 0,00 48.999,50	1.857.363,84
31321000000	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	483.390,07	48.999,50	434.390,5
	AUXĪLIO ALIMENTAÇÃO AUXĪLIO TRANSPORTE OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMO- IAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL	0,00 0,00 0,00	36.308,67 447.081,40 108.322,63	0,00 48.999,50 0,00	36.308,67 398.081,90 108.322,63
31910000000	ENCARG INDENIZAÇÕES E RESTI- IUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	108.322,63	0,00	108.322,63
31911000000	INDENIZAÇÕES E RESTI- TUIÇÕES TRABALHISTAS - CO-	0,00	108.322,63	0,00	108.322,63
31911010000	NSOLIDAÇÃO RECISÕES CONTRATUAIS -	0,00	108.322,63	0,00	108.322,63
	RGPS USO DE BENS, SERVIÇOS E CO- UMO DE CAPITAL FIXO	0,00	15.626.262,03	1.946.224,38	13.680.037,65
33100000000 33110000000 33111000000	USO DE MATERIAL DE CONSUMO CONSUMO DE MATERIAL CONSUMO DE MATERIAL -	0,00 0,00 0,00	296.491,44 296.491,44 296.491,44	54.421,20 54.421,20 54.421,20	242.070,24 242.070,24 242.070,24
33111010000	CONSOLIDAÇÃO COMBUSTIVEIS E LUBRIFI- CANTES AUTOMOTIVOS	0,00	40.234,51	0,00	40.234,51
33111030000	CANTES ADIONOTIVOS CAS E OUTROS MATERIAIS ENCARRAFADOS	0,00	4.398,33	0,00	4.398,33
33111060000 33111160000 33111170000	GENEROS ALIMENTACAO MATERIAL DE EXPEDIENTE MATERIAL DE PROCESSA-	0,00 0,00 0,00	43.452,59 63.972,85 46.427,05	867,50 0,00 0,00	42.585,09 63.972,85 46.427,05
33111190000	MENIO DE DADOS MATERIAL DE ACONDICIO- NAMENIO E EMBALAGEM	0,00	2.146,37	0,00	2.146,37

NIDADE -	BALANCE O7 DEFENSORIA PUBLICA O0 DEFENSORIA PUBLICA O000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES	TE DE VEI]]]	DATA - 31/12/20
* 10DTGO T	*		-*	E O MES	!
ONTAB.I I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO ANTERIOR	I MOVIMENTO AT * I DEBITO I *	CREDITO	SALDO ATUAL
3111210000	MATERIAL DE COPA E CO-	0,00			17.719,
3111220000	ZINHA MATERIAL DE LIMPEZA E	0,00	17.200,23	0,00	17.200,
3111240000	PRODUTOS DE HIGIENIZACAO MATERIAL P / MANUT. E BENS IMÓVEIS / INSTALAÇÕES	0,00	2.223,76		2.223,
3111260000	MATERIAL ELETRICO E E-	0,00	4.835,15	0,00	4.835,
3111280000	LETRONICO MATERIAL DE PROTECAO E	0,00	40,38	0,00	40,
3111440000	SEGURANCA MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	0,00	49.553,70	49.553,70	0,
3111990000	OUTROS MATERIAIS DE CO- NSUMO	0,00	4.287,20		287,
3200000000 3210000000 3211000000 3211010000 3220000000 3221000000	SERVIÇOS DIARÍAS - CONSOLIDAÇÃO DIARIAS - CONSOLIDAÇÃO DIARIAS PESSOAL CIVIL SERVIÇOS TERCEIROS - PF SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	15.329.770,59 178.147,98 178.147,98 178.147,98 2.514.592,40 2.514.592,40	1.891.803,18 109.335,85 109.335,85 109.335,85 171.124,95	13.437.967, 68.812, 68.812, 68.812, 2.343.467, 2.343.467,
3221110000	- CONSOLIDAÇÃO MANUTENCÃO E CONSERVA-	0,00	100,00		
3221160000 3221210000 3221990000	CAO ESTAGIARIOS LOCACOES OUIROS SERVICOS PRESTA-	0,00 0,00 0,00	1.891.268,68 618.226,67 4.997,05	86.689,78 84.201,63 233,54	1.804.578, 534.025, 4.763,
3230000000 3231000000	DOS POR PESSOA FISICA SERVIÇOS TERCEIROS - PJ SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO		12.637.030,21 12.628.822,21	1.611.342,38 1.611.342,38	11.025.687, 11.017.479,
3231040000 3231060000	COMUNICAÇÃO _MANUTENÇÃO E CONSER-	0,00 0,00	187.866,84 107.101,46	17.450,24 17.058,18	170.416, 90.043,
3231080000	VAÇÃO SERVIÇOS DE AGUA E ES- GOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	0,00		26.894,90	258.658,
3231100000 3231110000	LOCAÇÕES SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00 0,00	6.251.173,51 491.589,59		5.542.662, 462.337,
3231120000 3231140000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ASSINATURAS DE PERIODI-	0,00 0,00	27.846,00 48.216,67	11.348,00 0,00	16.498, 48.216,
3231180000 3231290000 3231300000 3231310000	COS E ANUIDADES CONDOMINIOS SEGUROS EM GERAL SELEÇÃO E TREINAMENIO SERV. MEDICO-HOSPITA- LAR, ODONIOL. E LABORATORI- AIS	0,00 0,00 0,00 0,00	51.339,17 26.218,04 2.990,00 165.311,33	15.497,35 12.871,58 0,00 5.033,05	35.841, 13.346, 2.990, 160.278,
3231320000 3231400000	SERVIÇOS BANCARIOS SERVIÇOS DE COPIAS E	0,00 0,00	641,20 201.820,38	0,00 19.651,81	641, 182.168,
3231510000	REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS SERVIÇOS TECNICOS PRO-	0,00	94.655,80		81.385,
3231540000 3231560000	FISSIONAIŚ LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA PASSAGENS E DESPESAS	0,00	3.157.149,02 368.125,56	347.583,15 232.966,01	2.809.565, 135.159,
3231990000	COM LOCOMOÇÃO OUTROS SERVIÇOS TERCEI-	0,00	1.161.224,27	153.954,42	1.007.269,
3232000000	ROS - PJ SERVIÇOS DE TERCEIROS -	0,00	8.208,00	0,00	8.208,
3232050000 4000000000	PESSOA JURÎDICA - INTRA PUBLICIDADE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DI-	0,00	8.208,00 234.888,86	0,00	8.208, 234.888,
MIN 4200000000 4230000000 E	JUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE MORA JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SER-	0,00	234.888,86 234.888,86	0,00	234.888, 234.888,
4231000000	/IÇOŜ ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' ' '	0,00	234.888,86	0,00	234.888,

I I *- I I	UNIDADE SUBUNIDADE CODIGO I	BALANCE - 07 DEFENSORIA PUBLICA - 00 DEFENSORIA PUBLICA - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES	TE DE VE	RI	ETCACAO		-	I REF SIA215 I
I I *- I I	UNIDADE SUBUNIDADE CODIGO I	- 00 DEFENSORIA PUBLICA			FICACAO			IPAG 8 I
I	CODIGO I		TADO DO PARANA					I IDATA - 31/12/2017 I I I
	CONTAB.I	* I		-* I	MOVIMENTO	TA	E O MES	** I I
I *-	*	DESCRICAO I I **	SALDO DO ANO ANTERIOR	* I *	DEBITO	* I *	CREDITO	I I * SALDO ATUAL I I I
	34231010000 34231010200	JUROS DE MORA			46, 46,			46,15 46,15
	34231020000 34231020200	MULTAS DEDUTIVEIS MULTAS DEDUTIVEIS SER- VICOS TERCEIROS - PESSOA JU-	0,00 0,00		606, 606,	, 83 , 83	0,00 0,00	606,83 606,83
	34231990000 34231990100		0,00		234.235, 234.231,		0,00 0,00	
	34231990101	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA	0,00		234.231,	82	0,00	234.231,82
	34231990200	FISICA - DED OUTROS ENCARGOS S / SERVICOS TERCETROS - PESSOA JURIDICA	0,00		4,	06	0,00	4,06
	34231990201		0,00		4,	06	0,00	4,06
		TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES NCEDIDAS	0,00		11.699.536,	.59	3.663.279,59	8.036.257,00
	35100000000		0,00		11.699.536,	59	3.663.279,59	8.036.257,00
	35120000000		0,00		11.699.536,	.59	3.663.279,59	8.036.257,00
	35122000000		0,00		11.699.536,	,59	3.663.279,59	8.036.257,00
	35122010000		0,00		11.699.536,	.59	3.663.279,59	8.036.257,00
F	35122016000		0,00		8.036.257,	,00	0,00	8.036.257,00
F	35122016100		0,00		3.663.279,	59	3.663.279,59	0,00
	37100000000	TRIBUTÁRIAS	0,00 0,00		3.273, 3.253,			
	37110000000 37115000000	IMPOSTOS	0,00 0,00		2.687, 2.687,	.44 .44	2.351,51 2.351,51	
	37115050000 37120000000 37121000000 37121020000	TAXAS TAXAS - CONSOLIDAÇÃO TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE	0,00 0,00 0,00 0,00		2.687, 566, 566, 566,	.09 .09	2.351,51 0,00 0,00 0,00	566,09 566,09
	37121020100		0,00		566,	.09	0,00	566,09
	37200000000 37210000000 37213000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS -	0,00 0,00 0,00		20, 20, 20,	.00	0,00 0,00 0,00	20,00 20,00 20,00
	37213040000		0,00		20,	,00	0,00	20,00
		/ SERVIÇOS DE PESSOA FISICA VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMEN-	0,00		13.530.808,	.09	79.484.240,43	65.953.432,34 C
		TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	0,00		13.530.808,	.09	79.484.240,43	65.953.432,34 C
	45100000000	CEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVER-	0,00		13.530.808,	.09	79.361.026,93	65.830.218,84 C
	45110000000	AMENTAIS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00		13.524.469,	20	78.170.726,20	64.646.257,00 C
	45112000000	PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - INIR	0,00		13.524.469,	.20	78.170.726,20	64.646.257,00 C

SECRETARIA DE	ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS	INTEGRADOS DE ACO	MPANE	HAMENTO FINANCEIRO - SI	AF	k *
I I I O R G A O	BALANCE' - 07 DEFENSORIA PUBLICA	TE DE VEI	RII			I REF SIA215 I I PAG 9 I
I UNIDADE	- 00 DEFENSORIA PUBLICA - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES		*			DATA - 31/12/2017 I
I CODIGO I	I		I	MOVIMENTO AT	E O MES	I I
I CONTAB.I I I **	DESCRICAO I I	ANTERIOR	Ĭ *	MOVIMENTO AT DEBITO I	CREDITO	* SALDO ATUAL I I I **
45112010000 F 45112010100 45120000000	COTA RECEBIDA DO TGE	0,00 0,00 0,00		13.524.469,20 13.524.469,20 6.338,89	78.170.726,20 78.170.726,20	64.646.257,00 C 64.646.257,00 C 1.183.961,84 C
	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORCAMENTÁ					
45122000000	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO	0,00		6.338,89	1.190.300,73	1.183.961,84 C
45122010000	ORÇAMENTA TRANSFERÊNCIAS FINAN- CEIRAS RECEBIDAS - INDEPEN- DENTES DE EXEC	0,00		2.274,28	29.463,78	27.189,50 C
45122019900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - IN-	0,00		2.274,28	29.463,78	27.189,50 C
F 45122019999	DEPENDENTIES * DEMAIS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - IN- DEPENDENTIES	0,00		2.274,28	29.463,78	27.189,50 C
45122020000		0,00		4.064,61	1.160.836,95	1.156.772,34 C
45122020300		0,00		0,00	28.510,21	28.510,21 C
45122020301	. MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00		0,00	296,00	
45122020303 45122020399		0,00		0,00	24.149,60	
45122020399 45122029900		0,00 0,00		0,00 4.064,61	4.064,61 1.132.326,74	4.064,61 C 1.128.262,13 C
45122029999		0,00		4.064,61	1.132.326,74	1.128.262,13 C
	TRANSFERÊNCIAS INTER GO- ERNAMENTAIS	0,00		0,00	123.213,50	•
45240000000 45243000000		0,00 0,00		0,00 0,00	123.213,50 123.213,50	123.213,50 C 123.213,50 C
45243990000		0,00		0,00	123.213,50	123.213,50 C
PLA	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO NEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.966.043,95		144.931.768,85	15.375.228,02	•
	ORÇAMENTO APŔOVADO FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00 0,00		142.968.082,59 142.968.082,59	13.411.541,76 13.411.541,76	129.556.540,83 129.556.540,83
52210000000	DOŤAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00		72.200.436,00	6.724.179,00	65.476.257,00
52211000000		0,00		57.440.000,00	0,00	57.440.000,00
52211010000 52211013100	PESSOAL E ENCARGOS SO-	0,00 0,00		57.440.000,00 39.306.542,00	0,00 0,00	57.440.000,00 39.306.542,00
52211013300		0,00		17.303.458,00	0,00	17.303.458,00
52211014400 52212000000		0,00 0,00		830.000,00 8.036.257,00	0,00	
52212010000	TIPO DE ĈRÉDITO CREDITO ADICIONAL - SU-	0,00		8.036.257,00	0,00	8.036.257,00
52212013100		0,00		3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
52212013300	CIAIS OUIRAS DESPESAS COR- RENTES	0,00		3.631.257,00	0,00	3.631.257,00
52212014400 52219000000	INVESTIMENTOS (-) CANCELAMENTO / REMA-	0,00 0,00		905.000,00 6.724.179,00	0,00 6.724.179,00	905.000,00 0,00
52219010000	NEJAMENTO DE DOTAÇÃO ALITERAÇÃO DO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA	0,00		6.724.179,00	6.724.179,00	0,00
52219010100	ACRESCIMO	0,00		6.724.179,00	0,00	6.724.179,00
52219010900 52290000000	OUTROS CONTROLES DA DES-	0,00 0,00		0,00 70.767.646,59	6.724.179,00 6.687.362,76	6.724.179,00 C 64.080.283,83
52292000000	PESA ORÇAMENTARIA EMPENHOS POR EMISSAO	0,00		70.767.646,59	6.687.362,76	64.080.283,83

*					
CODIGO I	 I		-*I MOVIMENTO ATE	E O MES	* I
CONTAB.I I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO ANTERIOR	I MOVIMENTO ATE	CREDITO	* SALDO ATUAL I
52292010000	EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO			6.687.362,76	
52292010100 52292010300	* EMISSÃO DE EMPENHOS * (-) ANULAÇÃO DE EMPE-	0,00 0,00	70.767.646,59 0,00	0,00 6.687.362,76	70.767.646,59 6.687.362,76
5300000000 53100000000	INSCRÎÇÃO DE RP NÃO PRO-	1.966.043,95 1.928.163,58	1.963.686,26 1.925.805,89	1.963.686,26 1.925.805,89	1.966.043,95 1.928.163,58
53110000000		0,00	1.925.805,89	0,00	1.925.805,89
53111000000	CRITOS RP NÃO PROCESSADOS INS- CRITOS	0,00	1.925.805,89	0,00	1.925.805,89
53111330000 53111440000 53120000000	* OUTRAS DESPESAS * INVESTIMENTOS RP NAO PROCESSADOS - E-	0,00 0,00 2.357,69	1.916.542,37 9.263,52 0,00	0,00 0,00 0,00	9.263,52
53121000000	KERCICIOS ANTERIORES RP NÃO PROCESSADOS - E-	2.357,69	0,00	0,00	
53121330000 53170000000	XERCICIOS ANTERIORES * OUTRAS DESPESAS RP NÃO PROCESSADOS - INS-	2.357,69 1.925.805,89	0,00 0,00	0,00 1.925.805,89	
53171000000		1.925.805,89	0,00	1.925.805,89	0,00
53171330000		1.916.542,37 9.263,52 37.880,37	0,00 0,00 37.880,37	1.916.542,37 9.263,52 37.880,37	0,00 0,00 37.880,37
53210000000	OS	0,00	37.880,37	0,00	
53211000000 53211310000		0,00	37.880,37 9.701,89	0,00	
53211330000 53270000000		0,00 37.880,37	28.178,48 0,00	0,00 37.880,37	28.178,48 0,00
53271000000 53271310000	LIQUIDADO A PAGAR	37.880,37 9.701,89	0,00	37.880,37 9.701,89	0,00 0,00
60000000000	* OUTRAS DESPESAS CONTROLES DA EXECUÇÃO DO NEJAMENTO E ORÇAMENTO	28.178,48 1.966.043,95	0,00 C 521.321.065,68	28.178,48 650.877.606,51	
6200000000 6220000000 62210000000	EXECUÇÃO DO ÓRÇAMENTO EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00 0,00 0,00	515.688.495,05 515.688.495,05 326.108.018,74	645.245.035,88 645.245.035,88 391.584.275,74	129.556.540,83
62211000000 62211010000	CRÉDITO DISPONÍVEL CRÉDITOS INICIAIS E SU-	0,00 0,00	77.491.825,59 77.491.825,59	78.057.798,76 78.057.798,76	
62211013100	PLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO- CIAIS	0,00	51.052.725,20	51.286.892,54	234.167,34
62211013300	OUTRAS DESPESAS COR- RENTES	0,00	25.547.838,64	25.865.906,22	•
62211014400 62212000000 62212010000 62212010100	įnvestimentos į	0,00 0,00 0,00 0,00	891.261,75 56.610.000,00 56.610.000,00 56.610.000,00	905.000,00 57.440.000,00 57.440.000,00 57.440.000,00	
62212010131	SUPLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO-	0,00	39.306.542,00	39.306.542,00	0,00
62212010133	CIAIS OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	17.303.458,00	17.303.458,00	0,00
62212010144 62213000000 62213010000	RENTES INVESTIMENTOS CRÉDITO UTILIZADO CRÉDITO EMPENHADO A LI-	0,00 0,00 0,00	0,00 192.006.193,15 87.196.608,11	830.000,00 256.086.476,98 87.196.608,11	830.000,00 64.080.283,83 0,00
62213010100	QUIDAR CRÉDITOS INICIAIS E	0,00	87.196.608,11	87.196.608,11	0,00
62213010131	SUPLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO- CIAIS	0,00	60.606.008,32	60.606.008,32	0,00

BALANCETE DE VERIFICACAO I ORGAO - 07 DEFENSORIA PUBLICA I					REF SIA215 1 PAG 11 1 DATA - 31/12/2017 1
CODIGO I	* I		I MOVIMENTO A:	TE O MES	-** I I
CONTAB.I I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO ANTERIOR	** I DEBITO I -**	CREDITO	* SALDO ATUAL : I
62213010133	OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	25.699.338,04		
62213010144 62213030000	RENTES INVESTIMENTOS CREDITO EMPENHADO LI-	0,00	891.261,75 91.531.081,32	891.261,75 91.531.081,32	0,00
62213030100	QUIDADO A PAGAR CREDITOS INICIAIS E	0,00	91.531.081,32	91.531.081,32	0,00
62213030131	SUPLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO-	0,00	69.135.385,62	69.135.385,62	0,00
62213030133	CIAIS OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	21.973.754,16	21.973.754,16	0,00
62213030144 62213040000	RENTES INVESTIMENTOS CRÉDITO EMPENHADO LI-	0,00 0,00	421.941,54 13.278.503,72	421.941,54 74.919.337,19	
62213040100	QUIDADO PAGO CRÉDITOS INICIAIS E	0,00	13.278.503,72	74.919.337,19	61.640.833,47
62213040131	SUPLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO-	0,00	12.207.604,84	54.772.635,95	42.565.031,11
62213040133	CIAIS OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	1.070.898,88	19.724.759,70	18.653.860,82
62213040144 62213050000	RENTES INVESTIMENTOS EMPENHOS A LIQUIDAR I- NSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	0,00 0,00	0,00 0,00	421.941,54 2.256.667,75	
62213050100	NÃO PROCESSA CRÉDITOS INICIAIS E	0,00	0,00	2.256.667,75	2.256.667,75
62213050133	SUPLEMENTARES OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	0,00	1.787.347,54	1.787.347,54
62213050144 62213070000	RENTES INVESTIMENTOS EMPENHOS LIQUIDADOS I- NSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	0,00 0,00	0,00 0,00	469.320,21 182.782,61	469.320,21 (182.782,61 (
62213070100	PROCESSADOS CREDITOS INICIAIS E	0,00	0,00	182.782,61	182.782,61
62213070131	SUPLEMENTARES PESSOAL E ENCARGOS SO-	0,00	0,00	7.343,55	7.343,55
62213070133	CIAIS OUTRAS DESPESAS COR-	0,00	0,00	175.439,06	175.439,06
62290000000	RENTES OUTROS CONTROLES DA DES-	0,00	189.580.476,31	253.660.760,14	64.080.283,83
62292000000 62292010000	PESA ORÇAMENTÂRIA EMISSAO DE EMPENHO EMPENHOS POR NOTA DE	0,00 0,00	189.580.476,31 189.580.476,31	253.660.760,14 253.660.760,14	64.080.283,83 (64.080.283,83 (
62292010100 62292010131	EMPENHOS DE DESPESAS DE PES-	0,00 0,00	84.950.603,97 60.616.171,93	87.207.271,72 60.616.171,93	2.256.667,75 0,00
62292010133	EMPENHOS DE DESPESAS DE OU-	0,00	23.912.490,50	25.699.838,04	1.787.347,54
62292010144	EMPENHOS DE DESPESAS DE IN-	0,00	421.941,54	891.261,75	469.320,21
62292010300	VESTIMENTOS P EMPENHOS LIQUIDADOS A	0,00	91.351.368,62	91.534.151,23	182.782,61
62292010331	EMPENHOS DE PESSOAL E ENCAR-	0,00	69.128.042,07	69.135.385,62	7.343,55
62292010333	GOS SOCIAIS * REGISTRA O VALOR DOS EMPENHOS DE OUTRAS DESPESAS	0,00	21.801.385,01	21.976.824,07	175.439,06
62292010344	CORRENTES A * REGISTRA O VALOR DOS EMPENHOS DE INVESTIMENTOS A-	0,00	421.941,54	421.941,54	0,00
62292010400	POS VERIFICA EMPENHOS LIQUIDADOS PA-	0,00	13.278.503,72	74.919.337,19	61.640.833,47
62292010431	COS * REGISTRA O MONTANTE DOS VALORES PAGOS DE PESSOAL E ENCARCOS	0,00	12.207.604,84	54.772.635,95	42.565.031,11

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA -	- SISTEMAS	INTEGRADOS DE ACO	MPANHAMENTO FINANC	EIRO - SIA	F 	·*
I I BA	LANCE	TE DE VEI	RIFICACAO		7	REF SIA215 I I PAG 12 I I
I UNIDADE - 00 DEFENSORIA PUBLICA I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA I						I DATA - 31/12/2017 I
I CONTRAD I DESCRIPTION	I Ţ	CALDO DO ANO	I MOVI	MENTO ATE	OMES	
I CODIGO I I CONTAB.I DESCRICAO I I	* *	ANTERIOR	I DEBITO) I *	CREDITO	SALLO ATUAL I I I
62292010433 * REGISTRA O DOS VALORES PAGOS	MONTANTE DE OUTRAS	0,00	1.070	.898,88	19.724.759,70	18.653.860,82 C
62292010444 * REGISTRA O MONI VALORES PAGOS DE IN						
63000000000 EXECUÇÃO DE RESTOS 63100000000 EXECUÇÃO DE RP NÃO				2.570,63 5.714,75	5.632.570,63 5.556.714,75	1.966.043,95 C 1.928.163,58 C
63110000000 RP NÃO PROCESSADO				3.078,88	•	·
63111000000 INSCRITOS 63111330000 * OUTRAS DESPESAS 63111440000 * INVESTIMENTOS 63112330000 * OUTRAS DESPESAS 63112330000 * OUTRAS DESPESAS	S VIERIORES S OS LIQUI-	0,00 0,00 0,00 2.357,69 2.357,69 0,00	2.015 2.006 2.006 2.006 2.006 2.006	5.721,19 5.457,67 9.263,52 2.357,69 2.357,69 3.255,83	2.075.976,99 2.066.713,47 9.263,52 0,00 0,00 1.573.255,83	60.255,80 C 60.255,80 C 0,00 0,00 0,00 0,00
DADOS A PAGER	MIERIORES S PAGOS G TERIORES S S S S S S S S S S S S S S S S S S	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0	1.571 1.564 6 1 3 3 35 35	1.428,29 1.674,79 1.753,50 1.827,54 1.827,54 1.827,54 1.024,15 0.024,15 0,00 550,00 550,00 550,00 550,89	1.571.428,29 1.564.674,79 6.753,750 1.827,54 1.827,54 1.423.084,73 1.421.257,19 1.414.503,69 6.753,50 1.827,54 1.827,54	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.383.510,58 C 1.382.233,04 C 1.375.479,54 C 6.753,50 C 1.277,54 C 0,00
CRIÇÃO NO EXERCÍCIO 63171000000 RP NAO PROCESSAI OUIDAR- INSCRICAO NO	OS A LI- D EXERCI-	1.925.805,89	1.925	.805,89	0,00	0,00
CTO		1.916.542,37 (9.263,52 (0,00	1.916			0,00 0,00 484.397,20 C
63199000000 OUTROS CANCELAME				0,00		·
63199010000 A LIQUIDAR 63199010100 INSCRITO 63199010133 * OUIRAS DESPESA 63199010144 * INVESTIMENTOS 63199010200 DE EXERCÍCIOS	AS ANTERIO-	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00		0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	484.397,20 483.317,05 480.807,03 2.510,02 1.080,15	484.397,20 C 483.317,05 C 480.807,03 C 2.510,02 C 1.080,15 C
63199010233 * 63200000000	AS OCESSADOS PAGAR RGOS SO-	0,00 37.880,37 0,00 0,00 0,00 0,00	2 75 35 37 37	0,00 5.855,88 7.927,94 7.927,94 9.701,89	1.080,15 75.855,88 37.927,94 37.927,94 9.701,89	1.080,15 C 37.880,37 C 0,00 0,00 0,00
63211330000 * OUTRAS DESPESAS 63220000000 RP PROCESSADOS PA 63221000000 INSCRITOS 63221310000 * PESSOAL E ENCAR CIAIS	5 1.GOS	0,00 0,00 0,00 0,00				
63221330000 * OUTRAS DESPESAS 63270000000 RP PROCESSADOS	- INS-	0,00 37.880,37 (2 37	47,57 7.880,37	28.226,05 0,00	28.178,48 C 0,00
CRIÇÃO NO EXERCÍCIO 63271000000 LIQUIDADO A PAGE 63271310000 * PESSOAL E ENCAF	AR RGOS SO-	37.880,37 (9.701,89 (37	7.880,37 9.701,89	0,00 0,00	0,00 0,00
CIAIS 63271330000 * OURRAS DESPESAS 70000000000 CONTROLES DEVEDORES 71000000000 ATOS POTENCIAIS 71110000000 ATOS POTENCIAIS AT 71110000000 GARANTIAS E CONT	rivos	28.178,48 (21.268.415,66 11.184.856,40 84.313,77 84.313,77	129.712 42.814 150	3.178,48 2.736,83 4.700,80 0.594,76	0,00 37.751.825,87 11.761.701,12 117.189,50 117.189,50	0,00 113.229.326,62 42.237.856,08 117.719,03 117.719,03

	BALANCE: - 07 DEFENSORIA PUBLICA - 00 DEFENSORIA PUBLICA	re de ve	RIFICACAO		I REF SIA215 I I PAG 13 I I DATA - 31/12/2017 I
	- 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO EST	IADO DO PARANA	4		I DAIA - 31/12/2017 I
CODIGO I			I MOVIMEN	TO ATE O MES	I I
CONTAB.I	DESCRICAO I	ANTERIOR	I DEBITO	I CREDITO	I I
71111000000	GARANTIAS E CONTRAGARAN- TIAS RECEBIDAS - CONSOLI-			4,76 117.189,50	
71111010000		84.313,77	150.59	4,76 117.189,50	117.719,03
71111010200 71111010400 71200000000 71230000000 71231000000	* SECUROS-CARANTIA ATOS POTENCIAIS PASSIVOS OBRICAÇÕES CONTRATUAIS	7.737,05 76.576,72 11.100.542,63 11.100.542,63 11.100.542,63	41.27 109.32 42.664.10 42.664.10 42.664.10	1,22 9.356,50 3,54 107.833,00 6,04 11.644.511,62 6,04 11.644.511,62 6,04 11.644.511,62	39.651,77 78.067,26 2 42.120.137,05 2 42.120.137,05 42.120.137,05
71231010000 71231020000 71231030000 71231040000	* CONTRATOS DE SECUROS * CONTRATOS DE SERVIÇOS * CONTRATOS DE ALUGUÉIS * CONTRATOS DE FORNECI-			1,39 34.899,83 6,49 5.454.724,35 8,89 6.143.113,93 9,27 11.773,54	47.771,39 5 10.590.305,94 2 30.719.470,47 762.589,25
72100000000		10.083.559,26 10.083.559,26	86.886.03 86.886.03	6,03 25.978.124,75 6,03 25.978.124,75	70.991.470,54 70.991.470,54
72110000000	INAÇÃO CONTROLE DA DISPONIBILI-	10.083.559,26	86.886.03	6,03 25.978.124,75	70.991.470,54
72111000000 72111020000	RECURSOS RECEBIDOS DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA OU	5.787.342,42 0,00	81.826.99 78.163.71	4,38 21.031.916,05 4,79 13.493.341,52	
72111020100	CEBIDAS PARA DESPESA ORÇA-	0,00	78.163.71	4,79 13.493.341,52	64.670.373,27
72111020147	MENTARIA RECEITA DE OUTRAS FON- TES RECOLHIDAS AO TESOURO	0,00	8.554.59	6,76 508.884,20	8.045.712,56
72111020149	GERAL DO ESTA ORDINÁRIO NÃO VINCULA-	0,00	69.609.11	8,03 12.984.457,32	2 56.624.660,71
72111090000	DO TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUIRAS FO	0,00	3.663.27	9,59 3.663.279,59	0,00
72111095000 72111970000	DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00 5.787.342,42	3.663.27	9,59 3.663.279,59 0,00 3.875.294,94	0,00 1.912.047,48
72111974700	RECEITA DE OUTRAS FONTES RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTA	1.341.152,73		0,00 212.015,39	1.129.137,38
72111974900 72112000000 72112020000	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO RECURSOS VINCULADOS RECURSOS RECEBIDOS DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA OU ARRECADAÇÃO	4.446.189,69 4.214.959,16 0,00	4.80 4.80	0,00 3.663.279,59 2,24 4.162.691,07 2,24 1.729,03	782.910,10 7 57.070,33 3.073,23
72112020100		0,00	4.80	2,24 1.729,00	3.073,23
72112020107	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	1.72	9,01 1.729,01	0,00
72112020148 72112970000	OUTROS CONVÊNIOS	0,00 4.214.959,16	3.07	3,23 0,00 0,00 4.160.962,00	3.073,23 53.997,10
72112974800 72113000000	OUTROS CONVÊNIOS	4.214.959,16 81.257,68	5.054.23	0,00 4.160.962,06 9,41 783.517,63	
72113010000	CONSIGNACOES / RETENCOES RECEBIDAS	0,00	4.575.64	2,64 505.841,44	4.069.801,20
72113020000 72113100000	DEPÓSITOS RECEBIDOS INSCRIÇÕES DE OBRIGAÇÕES NO PASSIVO CIRCULANIE FINAN- CEIRO	0,00 0,00	16 369.68	0,61 160,61 0,89 23.035,12	0,00 2 346.645,77
72113100200 72113100900	DEPÓSITOS - INSCRIÇÕES QUIRAS OPERAÇÕES - INS-	0,00 0,00	14 369.53	6,83 0,00 4,06 23.035,12	
72113110000	CRIÇÕES BAIXAS DE OBRIGAÇÕES NO PASSIVO CIRCULANTE FÍNANCEI- RO	0,00	20.00	0,00 166.004,45	7 146.004,47 C

I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA FUBLICA DO ESTADO DO PARANA *********************************	*
I UNIDADE - 00 DEFENSORIA PUBLICA I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA I CODIGO I I I MOVIMENTO ATE O MES I I I CONTAB. I DE S C R I C A O I SALDO DO ANO * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	
CONTAB. DESCRICA O	IA - 31/12/2017 I
72113110900	I I
72113110900	SALDO ATUAL I
XAS 72113990000 SALDO DE RECURSOS EXTRA 81.257,68 88.755,27 88.475,99 ORCAMENTÁRIOS 72113990100 CONSIGNAÇÕES 37.374,09 0,00 0,00 72113990200 DEPOSITOS 46.690,30 85.948,56 88.475,99 72113990900 CUTRAS OPERAÇÕES 2.806,71 C 2.806,71 0,00 79000000000 CUTROS CONTROLES 0,00 12.000,00 12.000,00 79100000000 RESPONSABILITADE POR VALO-0,00 12.000,00 12.000,00 RES, TÍTULOS E BENS 79120000000 RESPONSABILITADE DE TER-0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 CONTROLE DE ADIANTAMEN-0,00 12.000,00 12.000,00 TOS / SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO-0,00 12.000,00 12.000,00	*
ORÇAMENTARIOS 72113990100 CONSIGNAÇÕES 37.374,09 0,00 0,00 72113990200 DEPÔSITOS 46.690,30 85.948,56 88.475,99 72113990900 OUTRAS OPERAÇÕES 2.806,71 C 2.806,71 0,00 79000000000 OUTROS CONTROLES 0,00 12.000,00 12.000,00 79100000000 RESPONSABILIDADE POR VALO- 0,00 12.000,00 12.000,00 RES, TÍTULOS E BENS 7912000000 RESPONSABILIDADE DE TER- 0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 CONTROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 TOS / SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	•
79120000000 RESPONSABILITADE DE TER- 0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 COMIROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 COMEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	81.536,96
79120000000 RESPONSABILITADE DE TER- 0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 COMIROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 COMEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	37.374,09 44.162.87
79120000000 RESPONSABILITADE DE TER- 0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 COMIROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 COMEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	0,00
79120000000 RESPONSABILITADE DE TER- 0,00 12.000,00 12.000,00 CEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS 79121000000 COMIROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 COMEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	0,00
79121000000 CONTROLE DE ADIANTAMEN- 0,00 12.000,00 12.000,00 TOS / SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS 79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	0,00
79121010000 * FUNCIONÁRIOS RESPO- 0,00 12.000,00 12.000,00	0,00
NSÁVEIS POR ADIANTAMENTO	0,00
8000000000 CONTROLES CREDORES 21.268.415,66 C 322.422.632,81 414.383.543,77 3 81000000000 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCI- 11.184.856,40 C 23.486.113,09 54.539.112,77	113.229.326,62 C 42.237.856,08 C
81100000000 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCI- 84.313,77 C 115.826,60 149.231,86	117.719,03 C
81110000000 EXECUÇÃO DE GARANTIAS E 84.313,77 C 115.826,60 149.231,86 CONTRACARÁNTIAS RECEBIDAS	117.719,03 C
81111000000 EXECUCAO DE GARANTIAS E 84.313,77 C 115.826,60 149.231,86 CONTRACARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLID	117.719,03 C
81111010000 EXECUÇÃO DE GARANTIAS 84.313,77 C 115.826,60 149.231,86 RECEBIDAS NO PAÍS	117.719,03 C
81111010300 * FIANÇAS A EXECUTAR 7.737,05 C 7.993,60 41.271,22 81111010700 * SECUROS-GARANTIA A E- 76.576,72 C 107.833,00 107.960,64	41.014,67 C 76.704,36 C
XECUTAR 81200000000 EXECUÇÃO DE ATOS POTENCI- 11.100.542,63 C 23.370.286,49 54.389.880,91 AIS PASSIVOS	42.120.137,05 C
81230000000 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES 11.100.542,63 C 23.370.286,49 54.389.880,91 CONTRATUAIS	42.120.137,05 C
81231000000 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES 11.100.542,63 C 23.370.286,49 54.389.880,91 -CONSOLITÀÇÃO	42.120.137,05 C
81231010000 CONTRÂTOS DE SECUROS 34.899,81 C 47.771,39 60.642,97 81231010100 * A EXECUTAR 34.899,81 C 47.771,39 47.771,39 81231010200 * EXECUTADOS 0,00 0,00 12.871,58	47.771,39 C 34.899,81 C
812310102000 * EXECUTADOS 0,00 12.871,58	12.871.58 C
81231020100 CONTRATOS DE SERVIÇOS 4.917.233,80 C 10.888.831,30 16.561.903,44 81231020100 * A EXECUTAR 4.917.233,80 C 10.880.316,45 11.134.231,34	10.590.305,94 C 5.171.148,69 C
81231020200 * EXECUTADOS 0,00 8.514,85 5.427.672,10 81231030000 CONTRATOS DE ALUCUÉIS 6.139.145,50 C 11.994.955,22 36.575.280,19	5.419.157,25 C 30.719.470,47 C
81231030100 * A EXECUTAR 6.139.145,50 C 11.790.543,45 30.930.266,51	25 . 278 . 868 . 56 . C
81231040000 CONTRATOS DE FORNECI- 9.263,52 C 438.728,58 1.192.054,31	5.440.601,91 C 762.589,25 C
MENIO DE BENS 81231040100 * A EXECUTAR 9.263,52 C 438.728,58 765.099,27	335.634,21 C
8123104200 - EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO 10.083.559,26 C 298.909.683,19 359.817.594,47	426.955,04 C 70.991.470,54 C
# INVANCETRA 8210000000 EXECUÇÃO DAS_DISPONIBILIDA- 10.083.559,26 C 298.909.683,19 359.817.594,47	70.991.470,54 C
DES POR DESTINAÇÃO 82110000000 EXPCUÇÃO DA DISPONIBILIDADE 10.083.559,26 C 298.909.683,19 359.817.594,47	70.991.470,54 C
DE RECURSÓS 82111000000 DISPONIBILIDADE POR DESTI- 8.036.257,63 C 100.032.348,05 93.073.650,92	1.077.560,50 C
NAÇÃO DE RECURSOS 82111010000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3.875.295,57 C 91.799.562,64 88.998.754,34 82111014700 RECEITA DE CUITRAS FON- 212.015,35 C 8.981.477,23 9.358.251,53	1.074.487,27 C 588.789,65 C
TES RECOLHIDAS AO TESOURO GERAL DO ESTA	300.709,00 C
82111014900 ORDINÁRIO NÃO VINCULA- 3.663.280,22 C 79.154.805,82 75.977.223,22 DO	485.697,62 C
82111015000 DIRETAMENTE ARRECADA- 0,00 3.663.279,59 3.663.279,59 DOS	0,00

SECRETARIA DE	ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS	INTEGRADOS DE ACOM	PANHAMENTO FINANCEIRO - SIZ	AF 	**
I I IORGAO -	BALANCE: - 07 DEFENSORIA PUBLICA	TE DE VER			I REF SIA215 I I PAG 15 I I
I UNIDADE -	- 00 DEFENSORIA PUBLICA - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES	TADO DO PARANA	*		
I CODIGO I I CONTAB.I	DESCRICAO I	SALDO DO ANO	MOVIMENTO AT	E O MES	I I * SALDO ATUAL I
I I	DESCRICAO I I	ANTERIOR	I DEBITO I **	CREDITO :	I **
82111020000 82111020700	CONVÊNIO COM ÓRGÃOS	4.160.962,06 C 0,00	4.162.691,07 1.729,01	4.802,24 1.729,01	3.073,23 C 0,00
82111024800 82111030000	OUTROS CONVÊNTOS RECURSOS EXTRA-ORÇAMEN- TÁRIOS	4.160.962,06 C 0,00	4.160.962,06 4.070.094,34	3.073,23 4.070.094,34	3.073,23 C 0,00
82111030100 82111030200 82111030900 82112000000	CONSIGNAÇÕES DEPÓSITOS OUTRAS OPERAÇÕES			4.069.800,68 146,83 146,83 87.346.779,21	0,00 0,00 0,00 2.316.923,55 C
82112010000 82112014700	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.874.166,48 C 1.122.656,30 C	86.905.218,44 9.637.080,09	87.297.225,51 9.143.118,59	2.266.173,55 C 628.694,80 C
82112014900	ORDINÁRIO NÃO VINCULA-			· ·	•
82112020000 82112024800 82113000000	OUTROS CONVÊNTOS	53.997,10 C 53.997,10 C 119.138,05 C	52.800,80 52.800,80 98.072.167,07	49.553,70 49.553,70 98.178.705,71	50.750,00 C 50.750,00 C 225.676,69 C
82113010000	COMPROMETIDA POR LIQUI-			•	225.676,69 C
82113010100 82113010147	RECURSOS ORDINÁRIOS	37.880,37 C 6.481,08 C	92.906.681,68 9.541.347,22	93.051.583,92 9.537.101,64	182.782,61 C 2.235,50 C
82113010149	ORDINÁRIO NÃO VINCULA- DO				•
82113010200 82113010248 82113010300	RECURSOS VINCULADOS OUTROS CONVÊNTOS RECURSOS EXTRA-ORÇAMEN- TARIOS	0,00 0,00 81.257,68 C	52.800,80 52.800,80 5.112.684,59	52.800,80 52.800,80 5.074.320,99	0,00 0,00 42.894,08 C
82113010301	CONSIGNAÇÕES / RE-		•		
82113010302 82113010309		43.883,59 C 0,00	121.587,95 412.569,18	86.109,17 412.569,18	8.404,81 C 0,00
82114000000		0,00	13.847.148,83		
82114010000 82114014700	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00 0,00	13.318.125,44 703.676,32		63.058.977,32 C 7.955.129,99 C
82114014900 82114020000 82114024800 82114030000	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO RECURSOS VINCULADOS OUTROS CONVENIOS RECURSOS EXTRA-ORÇAMEN-	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	12.614.449,12 0,00 0,00 529.023,39	67.718.296,45 3.247,10 3.247,10 4.838.108,77	55.103.847,33 C 3.247,10 C 3.247,10 C 4.309.085,38 C
82114030100	TÁRIOS CONSIGNAÇÕES / RE- TENÇÕES - RECOLHIDAS	0,00		4.578.527,46	
82114030200 82114030900	DEPÓSITOS RESTITUÍDOS QUIRAS OPERAÇÕES RES- TITUÍDAS	0,00 0,00	0,00 23.181,95	35.904,89 223.676,42	35.904,89 C 200.494,47 C
	OUTROS CONTROLES EXECUÇÃO DE RESPONSABILI- ADE POR VALORES, TÍTULOS E	0,00 0,00	26.836,53 26.836,53	26.836,53 26.836,53	0,00 0,00
89120000000 I	DADE DE TÉRCEIROS POR VALO-	0,00	26.836,53	26.836,53	0,00
89121000000	RES, TITUL EXECUÇÃO DE ADIANTAMEN- TOS / SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	0,00	26.836,53	26.836,53	0,00
89121010000		0,00	12.336,53	12.336,53	0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTECRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF					
I BALANCE I ORGAO - 07 DEFENSORIA PUBLICA I UNIDADE - 00 DEFENSORIA PUBLICA I SUBUNIDADE - 0000 DEFENSORIA PUBLICA DO ES		FICACAO]	REF SIA215 I PAG 16 I I DATA - 31/12/2017 I	
I CODIGO I I I CONTAB.I DESCRICAO I	I SALDO DO ANO *	MOVIMENTO ATE	O MES I	: I : SALDO ATUAL I	
I I I I	ANTERIOR I	DEBITO I	CREDITO I	I	
89121020000 * ADIANTAMENTOS A APROVAR 89121030000 * ADIANTAMENTOS APROVADOS 90000000000 SUSPENSO 9999999999 *TITULAÇÃO A RECLASSIFICAR	0,00 0,00 0,00 0,00	9.000,00 5.500,00 20.826.702,45 20.826.702,45	9.000,00 5.500,00 20.826.702,45 20.826.702,45	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	
TOTAL DAS CONTAS	0,00	1.601.583.493,46	1.601.583.493,46	0,00	
ATIVO FINANCEIRO ATIVO PERMANENTE PASSIVO FINANCEIRO PASSIVO PERMANENTE	10.083.559,26 12.488.197,02 119.138,05 C 0,00	152.223.172,39 1.906.422,57 98.087.159,15 0,00	158.686.570,91 247.566,18 98.193.697,79 4.912.363,58	14.147.053,41	

17. Declaração de Bens



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ Departamento de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que os Gestores das Contas da Defensoria Pública do Estado do Paraná no exercício de 2017, Srs. SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA, EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO e LUCIANA TRAMUJAS AZEVEDO BUENO estão em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047 de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2018.

Daniel de Brito Aragão

Supervisor - Departamento de Recursos Humanos

18. Balanço Orçamentário (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	56.610.000,00	63.741.257,00	63.189.022,08	61.401.674,54	61.218.891,93	552.234,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.306.542,00	42.806.542,00	42.572.374,66	42.572.374,66	42.565.031,11	234.167,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.303.458,00	20.934.715,00	20.616.647,42	18.829.299,88	18.653.860,82	318.067,58
DESPESAS DE CAPITAL (X)	830.000,00	1.735.000,00	891.261,75	421.941,54	421.941,54	843.738,25
INVESTIMENTOS	830.000,00	1.735.000,00	891.261,75	421.941,54	421.941,54	843.738,25
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	57.440.000,00	65.476.257,00	64.080.283,83	61.823.616,08	61.640.833,47	1.395.973,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV)= (XIII+ XIV)	57.440.000,00	65.476.257,00	64.080.283,83	61.823.616,08	61.640.833,47	1.395.973,17
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	57.440.000,00	65.476.257,00	64.080.283,83	61.823.616,08	61.640.833,47	1.395.973,17

19. Balanço Orçamentário (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS	INSCI	RITOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	37.880,37	37.880,37	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.701,89	9.701,89	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	28.178,48	28.178,48	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	37.880,37	37.880,37	0,00	0,00

20. Balanço Orçamentário (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCF	RITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	2.357,69	1.916.542,37	1.376.757,08	1.376.757,08	481.887,18	60.255,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.357,69	1.916.542,37	1.376.757,08	1.376.757,08	481.887,18	60.255,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.263,52	6.753,50	6.753,50	2.510,02	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	9.263,52	6.753,50	6.753,50	2.510,02	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.357,69	1.925.805,89	1.383.510,58	1.383.510,58	484.397,20	60.255,80

21. Balanço Orçamentário (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VII)			64.080.283,83	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	64.080.283,83	64.080.283,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro				
Reabertura de créditos adicionais				

22. Balanço Financeiro (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO FINANCEIRO

ING	RESSOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,
Ordinária	0,00	0,
Vinculada	0,00	0,
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0
Outras Destinações de Recursos	0,00	C
Transferências Financeiras Recebidas (II)	64.673.446,50	54.427.542
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	64.646.257,00	54.100.000
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	27.189,50	327.542
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	7.490.883,06	5.664.784
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.256.667,75	1.925.805
Inscrição de Restos a Pagar Processados	182.782,61	37.880
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.051.432,70	3.701.097
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	10.083.559,26	6.280.569
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.083.559,26	6.280.569
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	
Outros Valores	0,00	
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	82.247.888,82	66.372.896



Secretaria da Fazenda





07000000 - DPPR

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior			
Despesa Orçamentária (VI)	64.080.283,83	46.725.429			
Ordinária	64.080.283,83	43.886.391			
Vinculada	0,00	2.839.037			
Recursos Destinados à Educação	0,00	0			
Recursos Destinados à Saúde	0,00	0			
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	0,00	0			
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS	0,00	C			
Recursos Destinados à Seguridade Social	0,00				
Outras Destinações de Recursos	0,00	2.839.037			
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	8.036.257,00	3.851.352			
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00				
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	8.036.257,00	3.851.352			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00				
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00				
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	6.511.187,25	5.712.55			
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.383.510,58	1.502.748			
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	37.880,37	589.960			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.089.796,30	3.619.846			
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00				
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	3.620.160,74	10.083.559			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.620.160,74	10.083.559			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00				
Outros Valores	0,00				
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	82.247.888,82	66.372.896			

23. Balanço Patrimonial (DCASP)



ESPECIFICAÇÃO

ATIVO

Exercício

Atual

Coordenação do Tesouro Estadual - CTE



Exercício

Atual

Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO

07000000 - DPPR

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício

Anterior

Exercício Anterior

ATIVO	17,767,214.15	22,571,756.28	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.767.214,15	22.571.756,28
ATIVO CIRCULANTE	3,972,139.30	10,469,199.08	PASSIVO CIRCULANTE	5.138.040,27	119.138,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	3,620,160.74	10,083,559.26	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.919.707,13	9.701,89
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	175.439,06	28.178,48
Estoques	351,978.56	337,423.15	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0.00	48,216.67	Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00
			Provisões a Curto Prazo		
			Demais Obrigações a Curto Prazo	42.894,08	81.257,68
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	13,795,074.85	12,102,557.20	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		
Créditos a Longo Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Fornecedores a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo			Provisões a Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Resultado Diferido		
Estoques					





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO PATRIMONIAL

					EXERCÍCIO: 2017		
ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior		
VPD Pagas Antecipadamente							
Investimentos							
Participações Permanentes							
Propriedades para Investimento							
Demais Investimentos Permanentes			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.629.173,88	22.452.618,23		
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos			Patrimônio Social e Capital Social				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				
Imobilizado	11,840,823.92	11,276,568.40	Reservas de Capital				
Bens Móveis	11,840,823.92	11,276,568.40	Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Bens Imóveis			Reservas de Lucros				
(-)Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas			Demais Reservas				
(-)Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado			Resultados Acumulados	12.629.173,88	22.452.618,23		
Intangível	1,954,250.93	825,988.80	Resultado do Exercício	(9.823.444,35)	4.248.015,87		
Softwares	1,954,250.93	825,988.80	Resultado de exercícios anteriores	22.452.618,23	18.204.602,36		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			Ajustes de exercícios anteriores				
Direito de Uso de Imóveis			Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão				
(-)Amortização Acumulada			(-) Ações / Cotas em Tesouraria				
(-)Redução ao Valor Recuperável de Intangível							





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2017

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Ativo (I)			
Ativo Financeiro	3.620.160,74	10.083.559,26	
Ativo Permanente	14.147.053,41	12.488.197,02	
Total do Ativo	17.767.214,15	22.571.756,28	
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	2.542.600,24	119.138,05	
Passivo Permanente	4.912.363,58	0,00	
Total do Passivo	7.454.963,82	119.138,05	
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	10.312.250,33	22.452.618,23	





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2017

Quadro das Contas de Compensação

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contra garantias recebidas	117,719.03	84,313.77
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos	117,719.03	84,313.77
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contra garantias concedidas		
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		
Obrigações contratuais	30,820,551.27	11,100,542.63
Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	30,820,551.27	11,100,542.63

24. Demonstração das Variações Patrimoniais (DC	ASP)	





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	65.953.432,34	54.444.947,18
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	2.190.858,26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	65.953.432,34	56.635.805,44
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	53.824.771,16	33.695.873,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.680.037,65	12.632.240,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	234.888,86	10.986,10
Transferências e Delegações Concedidas	8.036.257,00	3.851.352,32
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	2.195.645,78
Tributárias	922,02	1.690,81
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	75.776.876,69	52.387.789,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	-9.823.444,35	4.248.015,87

25.	Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,0	0,00
Impostos	0,0	0,00
Taxas	0,0	0,00
Contribuições de Melhoria	0,0	0,00
Contribuições	0,0	0,00
Contribuições Sociais	0,0	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,0	0,00
Vendas de Mercadorias	0,0	0,0
Vendas de Produtos	0,0	0,0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,0	0,0
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,0	0,0
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,0	0,0
Juros e Encargos de Mora	0,0	0,0
Variações Monetárias e Cambiais	0,0	0,0
Descontos Financeiros Obtidos	0,0	0,0
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,0	0,0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,0	0,0
Transferências e Delegações Recebidas	65.953.432,	4 54.444.947,1
Transferências Intra Governamentais	65.830.218,8	4 54.444.947,1
Transferências Inter Governamentais	123.213,	0,0
Transferências das Instituições Privadas	0,0	0,0
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,0	0,0
Transferências de Consórcios Públicos	0,0	0,0
Transferências do Exterior	0,0	0,0
Delegações Recebidas	0,	0,0



Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
ESFESIFICAÇÃO	Atual	Anterior
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	2.190.858,26
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	2.190.858,26
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	65.953.432,34	56.635.805,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	53.824.771,16	33.695.873,89
Remuneração a Pessoal	43.023.046,71	26.572.482,42
Encargos Patronais	4.353.368,90	3.618.093,36
Benefícios a Pessoal	6.340.032,92	3.447.654,63
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	108.322,63	57.643,48
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.680.037,65	12.632.240,67
Uso de Material de Consumo	242.070,24	325.148,84
Serviços	13.437.967,41	12.307.091,83
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	234.888,86	10.986,10
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	234.888,86	10.986,10
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	8.036.257,00	3.851.352,32
Transferências Intragovernamentais	8.036.257,00	3.851.352,32
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	2.195.645,78
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	2.190.858,26





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Desincorporação de Ativos	0,00	4.787,52
Tributárias	922,02	1.690,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	902,02	1.290,81
Contribuições	20,00	400,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPA de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	75.776.876,69	52.387.789,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	-9.823.444,35	4.248.015,87

26. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP)





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	69.724.879,20	58.128.64
Receitas derivadas e originárias	0,00	
Transferências correntes recebidas	0,00	
Outros ingressos operacionais	69.724.879,20	58.128.64
Desembolsos	75.759.582,68	54.301.90
Pessoal e demais despesas	58.366.713,39	42.986.20
Juros e encargos da dívida	0,00	
Transferências concedidas	4.266.815,99	3.844.50
Outros desembolsos operacionais	13.126.053,30	7.471.19
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	-6.034.703,48	3.826.73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	
Alienação de bens	0,00	
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	
Outros ingressos de investimentos	0,00	
Desembolsos	428.695,04	23.74
Aquisição de ativo não circulante	428.695,04	23.74
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	
Outros desembolsos de investimentos	0,00	
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-428.695,04	-23.74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	
Operações de crédito	0,00	





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-6.463.398,52	3.802.990,25
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	10.083.559,26	6.280.569,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.620.160,74	10.083.559,26





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	4.266.815,99	3.844.500,93
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	4.266.815,99	3.844.500,93





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	0,1	00 0,
Judiciária	0,0	00
Essencial a Justiça	58.365.435,	41.210.633,
Administração	0,0	0,00
Defesa Nacional	0,0	0,00
Segurança Pública	0,0	0,00
Relações Exteriores	0,0	0,00
Assistência Social	0,0	0,00
Previdência Social	0,	00
Saúde	0,	00
Trabalho	0,	00
Educação	0,	00
Cultura	0,	00
Direitos da Cidadania	1.277,	1.775.504
Urbanismo	0,	00
Habitação	0,	00
Saneamento	0,1	00
Gestão Ambiental	0,1	00
Ciência e Tecnologia	0,1	00
Agricultura	0,1	00
Organização Agrária	0,	00
Indústria	0,1	00
Comércio e Serviços	0,1	00
Comunicações	0,1	00
Energia	0,	
Transporte	0,	





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	68,42
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	58.366.713,39	42.986.206,43





Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro

07000000 - DPPR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00	
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00	
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	

27. Notas explicativas às DCASP

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As presentes Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo a Constituição da República "a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados" (art.134, caput).

Desde a emenda constitucional nº 45/2004, as Defensoria Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional (art.134, §2°, CF), bem como financeira (art. 168, CF), estando fora, portanto, da estrutura do Poder Executivo. A Defensoria Pública presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também, por meio de tutela coletiva.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná foi instituída pela Lei Complementar 55/1991 e organizada pela Lei Complementar 136/2011 com alterações dadas pela Lei Complementar 200/2016.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná utiliza o sistema informatizado de orçamento e finanças denominado "SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro" juntamente com os órgãos da administração direta e indireta do estado e pelos Poderes, de forma a possibilitar a consolidação das contas do estado.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 e suas alterações, os Princípios Contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (7ª edição) e demais disposições normativas vigentes.

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis apresentadas são expressos em Reais e não contemplam arredondamentos.

NOTA 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

O Balanço Orçamentário previsto no Art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Considerando tratar-se de Balanço Orçamentário de um órgão não arrecadador, apresenta-se um déficit orçamentário devido a existência apenas de despesas decorrentes da prestação de serviços públicos e realização de investimentos inexistindo o registro de receitas orçamentárias. Para a execução destas despesas e investimentos o órgão contou com repasses financeiros transferidos pelo Tesouro Estadual, o que não pode ser reconhecido como receita orçamentária para fins deste Balanço. Estas transferências estão evidenciadas no Balanço Financeiro.

Destaca-se a utilização do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 8.036.257,00 para suplementação do orçamento da entidade nas espécies Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

NOTA 02 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro previsto no Art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, permitindo apurar o confronto entre receitas e despesas, o resultado financeiro do exercício e o saldo de caixa que se transfere para o exercício seguinte.

Na composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte estão consideradas disponibilidades oriundas das transferências recebidas e ingressos de recursos extra orçamentários, cujos desdobramentos por fonte de recursos são as seguintes:

Fonte de Recursos	Disponibilidade
100 - Tesouro Estadual - Ordinário não vinculado	2.303.723,48
147 - Recolhimentos ao Tesouro por Determinação Legal	1.219.719,95
148 - Convênios do Tesouro Estadual	53.823,23
Extra-orçamentários - Depósitos em Caução decorrentes de contratos	8.404,81
Extra-orçamentários - Consignações em Folha de Pagamento	34.489,27
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.620.160,74

NOTA 03 - BALANÇO PATRIMONIAL

Parte integrante das demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial previsto no Art. 105 da Lei Federal nº 4.320/64 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Em relação a esta demonstração contábil destaca-se:

Imobilizado e Intangível

Os valores apresentados para Imobilizado e Intangível representam o custo de aquisição sem quaisquer ajustes por depreciação, amortização ou exaustão. Para a implementação do Esquema

de Avaliação e Depreciação de Bens Públicos (item 7.6, Parte II do MCASP 7ª ed.) a serem implementados conforme cronograma estabelecido na Portaria/STN nº 548 de 24 de setembro de 2015, o Órgão depende de adequações no sistema de acompanhamento contábil/financeiro e sistema de controle patrimonial, administrados respectivamente pela Secretaria da Fazenda e pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito são registrados pelo valor patrimonial definido nos termos de doação.

Os bens transferidos do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná - FADEP são registrados pelo valor de aquisição, inicialmente contabilizados no Fundo e, posteriormente incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Passivo Circulante

Fato relevante a mencionar no Passivo Circulante da Entidade refere-se à conta obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais em que a entidade inscreveu o saldo devedor das gratificações por acúmulo de funções devidas aos membros ativos da entidade em exercícios anteriores, cujo pagamento esteve suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado sendo posteriormente reconhecido o direito com entendimento pela legalidade.

Conta Contábil - SIAF	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Saldo Atual (R\$)
21111020104 SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DEVIDOS A PAGAR	0,00	4.912.363,58

Fonte: Sistema SIAF

A conta apresenta atributo (P) permanente, visto que ainda depende de execução orçamentária para se tornar um passivo financeiro da entidade.

NOTA 03.1 – RETIFICADORA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Com o intuito de revelar a situação real do patrimônio da entidade, em decorrência de fato contábil conhecido, mas que não foi devidamente escriturado em momento anterior aos atos que encerraram a contabilidade do exercício, resultando na edição do Balanço Patrimonial consolidado, faz-se necessário retificar valores apresentados na referida demonstração contábil.

Com este destaque o Balanço Patrimonial deverá ser analisado levando em consideração os seguintes valores, às especificações com as seguintes alterações:

ESPECIFICAÇÃO			Exercício Atual	Exercício Anterior
	Versão Publicada	Ajuste	Versão Retificada	Versão Publicada
Ativo	17.767.214,15	1.873.666,74	19.640.880,89	22.571.756,28
Ativo Circulante	3.972.139,30	1.873.666,74	5.845.806,04	10.469.199,08
VPD Pagas Antecipadamente		1.873.666,74	1.873.666,74	48.216,67
Patrimônio Líquido	12.629.173,88	1.873.666,74	14.502.840,62	22.452.618,23
Resultados Acumulados	12.629.173,88	1.873.666,74	14.502.840,62	22.452.618,23
Resultado do Exercicio	(9.823.444,35)	1.873.666,74	(7.949.777,61)	4.248.015,87
Resultado de exercícios anteriores	22.452.618,23		22.452.618,23	18.204.602,36

Essas alterações serão efetivadas na escrituração contábil do exercício seguinte.

NOTA 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) prevista no Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Na demonstração em tela destaca-se:

Variações Patrimoniais Aumentativas - Transferências e Delegações Recebidas.

Em Transferências e Delegações Recebidas as Transferências Intra Governamentais são compostas por recursos provenientes dos repasses financeiros transferidos pela Tesouro Geral do Estado para execução orçamentária da entidade, rendimentos de aplicação financeira não descontados em repasses e transferências não financeiras recebidas que correspondem aos bens adquiridos com recursos do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública - FADEP e incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública, consoante artigo 234 da Lei Complementar nº 136/2011. Destaca-se, ainda, as Transferências Inter Governamentais compostas por bens e materiais de almoxarifado recebidos em doação.

Transferências Intragovernamentais	Valor (R\$)
Cotas recebidas do Tesouro Geral do Estado para execução orçamentária	64.646.257,00
Rendimentos de Aplicação Financeira não considerados nos repasses	27.189,50
Transferências recebidas de Intangível	1.128.262,13
Transferências recebidas de Bens Móveis	28.510,21
Total das Transferências Intragovernamentais	65.830.218,84
Transferências Intergovernamentais	Valor (R\$)
Transferências recebidas de Bens Móveis	107.050,27
Transferências recebidas de Material de Almoxarifado	16.163,23
Total das Transferências Intergovernamentais	123.213,50
Fonte: SIAF	

Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

No montante registrado em Pessoal e Encargos verifica-se uma movimentação significativa em relação ao ano anterior devido ao reconhecimento, neste exercício, de despesas de exercícios anteriores devidas à membros e servidores, quais encontravam-se suspensas pelo Tribunal de Contas Estadual e que, cujo julgamento final se entendeu pela legalidade. Essas despesas reconhecidas são relativas às verbas de auxílios alimentação e transporte de membros e servidores e gratificação por acúmulo de funções de membros. Ressalta-se quanto ao pagamento realizado no exercício limitado às disponibilidades orçamentárias.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Destaca-se neste item a correção monetária baseada no IPCA acumulado, incidente no pagamento das despesas de exercícios anteriores acima mencionadas.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Transferências e Delegações Concedidas

Em Transferências e Delegações Concedidas observa-se uma transferência ao Tesouro Geral do Estado no montante de R\$ 8.036.257,00, referente à parcela superavitária de exercício anterior, qual foi utilizada para suplementação do orçamento conforme mencionado em notas explicativas referentes ao Balanço Orçamentário.

NOTA 04.1 – RETIFICADORA DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Com o intuito de revelar a situação real do patrimônio da entidade, em decorrência de fato contábil conhecido, mas que não foi devidamente escriturado em momento anterior aos atos que encerraram a contabilidade do exercício, resultando na edição da Demonstração das Variações Patrimoniais consolidada, faz-se necessário retificar valores apresentados na referida demonstração contábil.

Com este destaque a Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser analisada levando em consideração os seguintes valores, às especificações com as seguintes alterações:

ESPECIFICAÇÃO			Exercício Atual	Exercício Anterior
	Versão Publicada	Ajuste	Versão Retificada	Versão Publicada
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.680.037,65	(1.873.666,74)	11.806.370,91	12.632.240,67
Serviços	13.437.967,41	(1.873.666,74)	11.564.300,67	12.307.091,83
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	75.776.876,69	(1.873.666,74)	73.903.209,95	52.387.789,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	(9.823.444,35)	1.873.666,74	-7.949.777,61	4.248.015,87

Essas alterações serão efetivadas na escrituração contábil do exercício seguinte.

NOTA 05 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Nesta demonstração destaca-se:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais - Outros Ingressos Operacionais.

Em Outros Ingressos Operacionais registram-se as transferências financeiras recebidas do Tesouro Estadual, os valores retidos em consignações da folha de pagamento de membros e servidores, depósitos em caução decorrentes de garantia de execução de contratos, movimentações da conta cartão corporativo e movimentação da conta de valores diversos restituíveis.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais - Transferências Concedidas

Estes valores são devidos a pagamentos ao Regime Próprio de Previdência Social, a título de encargos patronais, não sendo enquadrados em Pessoal e Demais Despesas em razão dos pagamentos serem efetuados a órgão integrante o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná. Os valores são também visualizados no Quadro 2FC - Transferências Recebidas e Concedidas / Intragovernamentais.

Outros Desembolsos Operacionais

Em Outros Desembolsos Operacionais registram-se os valores retidos em consignações da folha de pagamento de membros e servidores que foram recolhidos ao credor de destino da verba,

movimentações a débito da conta de depósitos e cauções, movimentações a débito da conta cartão corporativo, movimentações a débito da conta de valores diversos restituíveis e devolução de parcela superavitária de exercício anterior ao Tesouro do Estado.

28.	Outros	Documentos
-----	--------	-------------------



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....: EDIONE BERNARDINO

REGISTRO.....: PR-062462/O-1 CATEGORIA....: CONTADOR CPF.....: 834.119.769-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: CURITIBA, 05.03.2018 as 14:55:42.

Válido até: 03.06.2018. Código de Controle: 258200.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

29.	Termo de Distribuição	

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº629/2018

Processo No: 165982/18

Data e hora da distribuição: 15/03/2018 16:40:30 Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

Interessado: EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO, LUCIANA TRAMUJAS AZEVEDO BUENO, SÉRGIO

ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA

Exercício: 2017

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Impedimentos:

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, Superintendente da 4ª ICE, conforme disposto no art. 262, § 4º, do

Regimento Interno.

30. Recibo de Petição Intermediária - 264395-18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 264395/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 165982/18

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tipo de petição: PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA

DOCUMENTOS ANEXOS

- Outros Documentos (XI - Demonstrativo da Dívida Flutuante (SIA 875).pdf.p7s)

- Petição (Ofício 151.2018 - complementação de documento - prestação de contas.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: **DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a)**

Representante Legal EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO, CPF 251.308.828-06

Email: eduardo.abraao@defensoria.pr.def.br

Telefone: 32197315

Curitiba, 17 de abril de 2018 15:26:47

Portal eContas Paraná Página 1



Ofício nº 151/2018/DPG/DPPR

Curitiba, 16 de abril de 2018.

Ao Excelentíssimo Conselheiro Relator

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Processo nº 165982/18

Assunto: Complementação de documento referente à Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Paraná

Excelentíssimo Relator,

Verificou-se que em atenção ao inciso XI do art. 10, da Instrução Normativa nº 137/2017 do Tribunal de Contas do Estado, no que se refere à Demonstração da Dívida Pública, somente foi acostada a Demonstração da Dívida Fundada, faltando a Demonstração da Dívida Flutuante, que está prevista no Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, razão pela qual se solicita a juntada deste documento complementar.

Nesses termos, pede deferimento.

Atenciosamente,

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defeasor Público-Geral do Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF (ANEXO 17 DA LEI N. 4.320/64)

07000000 - DEFENSORIA PÚBLICA

Mês de Referência: Dezembro/2017 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

REF. SIA875 PAG. 1/2 DATA 05/03/2018

	SALDO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO
TITULOS	DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
RESTOS A PAGAR/SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
RESTOS A PAGAR E SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	37.880,37	93.142.265,09	92.997.362,85	182.782,61
SUBTOTAL	37.880,37	93.142.265,09	92.997.362,85	182.782,61
DEPÓSITOS				
DEPÓSITOS DE TERCEIROS				
CAUÇÕES	43.869,02	44.310,31	79.774,52	8.404,81
CONSIGNAÇÕES	37.374,09	1.410.138,52	1.413.023,34	34.489,27
FUNDOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO ESTADO	0,00	3.165.504,12	3.165.504,12	0,00
ENTIDADES ESTADUAIS CREDORAS				
DEPÓSITOS INTRAGOVERNAMENTAIS DIVERSOS				
OUTROS DEPÓSITOS	14,57	14,57	29,14	0,00
SOMA	81.257,68	4.619.967,52	4.658.331,12	42.894,08
RECEITA DE TERCEIROS				
RECEITA REPASSADA AO FUNDEB				
PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL				
PARTICIPAÇOES DIVERSAS	0,00	431.465,18	431.465,18	0,00
SOMA	0,00	431.465,18	431.465,18	0,00
RECURSOS DE TERCEIROS A APLICAR				
SUBTOTAL	81.257,68	5.051.432,70	5.089.796,30	42.894,08

ESTADO DO PARANÁ

Mês de Referência: Dezembro/2017

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR

RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SISTEMAS INTEGRADOS DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO - SIAF (ANEXO 17 DA LEI N. 4.320/64)

07000000 - DEFENSORIA PÚBLICA

SALDO

2.357,69

1.925.805,89

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

REF. SIA875 PAG. 2/2

DATA 05/03/2018

SALDO

60.255.80

2.256.667,75

MOVIMENTO NO EXERCÍCIO

2.136.232,79

2.256.667,75

2.078.334,68

1.925.805,89

98.193.697,79	98.087.159,15	225.676,69
-	98.193.697,79	98.193.697,79 98.087.159,15

NOTA 2:

O SIA875 - DÍVIDA FLUTUANTE CORRESPONDE AO PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO OU PASSIVO FINANCEIRO, ISTO É, TODAS AS CONTAS PERTENCENTES AO PASSIVO CIRCULANTE QUE POSSUEM ATRIBUTO "F".

PELAS NORMAS DO PCASP, O PASSIVO CIRCULANTE ORIUNDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA É CONSTITUÍDO DE DESPESA LIQUIDADA E QUE ESTÁ CONCORDANTE COM A LEI 4320 E A LRF, COMENTADA (AUTORES J. TEIXEIRA MACHADO E HERALDO DA COSTA REIS).